

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELOISA KRÜGER BARRETO

ROMANCE E INTERPRETAÇÃO NACIONAL NO BRASIL:
“HISTÓRIA LENTA” EM *INCIDENTE EM ANTARES* E *À MÃO ESQUERDA*

CURITIBA

2020

HELOISA KRÜGER BARRETO

ROMANCE E INTERPRETAÇÃO NACIONAL NO BRASIL:
“HISTÓRIA LENTA” EM *INCIDENTE EM ANTARES* E *À MÃO ESQUERDA*

Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ramos Dolabela Chagas

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Barreto, Heloisa Krüger

Romance e interpretação nacional no Brasil : “história lenta” em Incidente em Antares e À mão esquerda. / Heloisa Krüger Barreto. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Pedro Ramos Dolabela Chagas

1. Veríssimo, Érico, 1905 - 1975. 2. Wolff, Fausto, 1940-. 3. Romance brasileiro. 4. História na literatura. 5. Historia do Brasil. I. Chagas, Pedro Dolabela. II. Título.

CDD – B869.34

ATA Nº1012

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS

No dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte às 14:30 horas, na sala vídeo-conferência, R. General Carneiro, nº 460 - Ed. D. Pedro I, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestrand **HELOISA KRÜGER BARRETO**, intitulada: **ROMANCE E INTERPRETAÇÃO NACIONAL NO BRASIL: HISTÓRIA LENTA EM INCIDENTE EM ANTARES E À MÃO ESQUERDA**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: PEDRO IPIRANGA JÚNIOR (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARIA ISABEL DA SILVEIRA BORDINI (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA), FERNANDO CERISARA GIL (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, PEDRO IPIRANGA JÚNIOR, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 29 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

01/06/2020 21:15:05.0

PEDRO IPIRANGA JÚNIOR

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/06/2020 11:23:21.0

MARIA ISABEL DA SILVEIRA BORDINI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

02/06/2020 09:35:52.0

FERNANDO CERISARA GIL

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **HELOISA KRÜGER BARRETO** intitulada: **ROMANCE E INTERPRETAÇÃO NACIONAL NO BRASIL: HISTÓRIA LENTA EM INCIDENTE EM ANTARES E À MÃO ESQUERDA**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

01/06/2020 21:15:05.0

PEDRO IPIRANGA JÚNIOR

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/06/2020 11:23:21.0

MARIA ISABEL DA SILVEIRA BORDINI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

02/06/2020 09:35:52.0

FERNANDO CERISARA GIL

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*Para as minhas avós Nedy (Teixeira) da Costa Barreto e Lenita (Bastos) Oliveira
Krüger, por me ensinarem tanto sobre travessias - suas vidas são lições rosianas de coragem.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao professor Pedro Dolabela Chagas pela orientação dessa dissertação. Obrigada por abrir tantas portas para o estudo da literatura, a começar pela disciplina Teoria Literária I em 2015, quando terminava minha graduação. Essas aulas, e tantas outras que vieram depois, ampliaram meus horizontes. Admiro como faz da pesquisa acadêmica um trabalho coletivo, transdisciplinar e comprometido. Ao longo desses anos, sua generosidade intelectual e o estímulo constante foram responsáveis pela realização desse trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná e ao CNPq pelo apoio institucional e suporte com a bolsa no primeiro ano do mestrado.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, professora Maria Isabel Bordini e professor Fernando Cerisara Gil, pela leitura atenta e pelo instigante diálogo.

Aos professores do programa Milena Ribeiro Martins e Luís Bueno pelas lições de literatura brasileira. Dentre eles, também agradeço aos professores Caetano Galindo, Luci Collin e Guilherme Gontijo Flores, pela inspiração em eventos dentro e fora da universidade. Vocês fazem de Curitiba um lugar mais bonito e quente para se viver.

A todas as bibliotecas e seus colaboradores que frequentei durante essa pesquisa. Muito obrigada pelo espaço, atendimento e, especialmente, pelos livros usados nessa pesquisa. Registro aqui algumas dessas instituições: Biblioteca de Ciências Humanas, Biblioteca de Ciências Jurídicas - ambas da Universidade Federal do Paraná; Biblioteca Pública do Paraná; Biblioteca Central da Universidade de Brasília; *Princeton Public Library* e *Firestone Library* da Universidade de Princeton.

À professora Vera Karam de Chueri, por redirecionar meu caminho para a literatura na graduação em Direito, com a disciplina e orientação do trabalho final em “Direito e Literatura”.

À Amanda Raulik, pela leitura atenta e apaixonada. Obrigada por ser o fôlego que me faltava no fim desse trabalho. Espero que esse encontro seja o primeiro de muitos.

Um agradecimento imenso também às pessoas que ofereceram presença, compreensão e amor durante todas as fases dessa pesquisa, mesmo quando eu não consegui fazer o mesmo. Muitas delas, foram as primeiras leitoras desse trabalho - de todas, nomeio algumas aqui:

Ao Lucas, pelo carinho e apoio durante essa pesquisa. Obrigada pela troca diária e pelas “distrações” ao mestrado em Brasília e Princeton. Sem dúvidas, nossas experiências tornaram esse texto — mesmo que indiretamente — mais interessante.

À Helena, pelo companheirismo em partilhar o apartamento em Curitiba no primeiro ano do mestrado. Agradeço também a companhia de Fernanda, Gustavo e Pietro, pela escuta interessada e incentivo desde aplicação até a banca de defesa.

Aos meus pais e avós, pelo suporte afetoso em minha formação e pelo estímulo à leitura desde sempre.

À Larissa, Alex, Juliana, Allan e Eliane Geren pelo acolhimento inesquecível aqui nos Estados Unidos.

À Anny, parceira de sempre e também desse mestrado; de mãos dadas entramos e fechamos esse ciclo.

RESUMO

Este estudo propôs a categoria “história lenta” - termo emprestado de José de Souza Martins (1994) - como síntese aglutinadora ou “tipo ideal” (na acepção weberiana do termo) de uma nova sensibilidade interpretativa da história nacional, orientada para a detecção de preservação de arcaísmos em processos de modernização. Este foi um estudo compartilhado entre ensaios e romances. Com relação aos ensaios, buscou-se revelar a atribuição de lentidão à história do Brasil na ensaística brasileira dos anos 60 e 70 em seus diagnósticos sobre o processo de modernização conservadora em curso. Uma das particularidades dos ensaios selecionados reside na crítica da interpretação nacional dualista e na perda da utopia de futuro, atuando como sismógrafos das mudanças sociais e políticas nessas décadas. As obras escolhidas para o estudo foram *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo (1971) e *À mão esquerda*, de Fausto Wolff (1996), que foram analisadas sob esse mesmo prisma: a sua representação das implicações da formação nacional brasileira sobre o presente e o futuro político do país, mediante a observação de condições atuantes na longa duração histórica, que freiam a nossa modernização ao preservarem arcaísmos em nossos processos de transição. A obra de Veríssimo foi tomada como estudo de caso da afinidade do romance brasileiro com a noção de “história lenta”, desde a década de 60. A análise do romance *À mão esquerda*, publicado 25 anos depois, testou a longevidade da hipótese construída para além da esteira do golpe de 1964. Como resultado, indicamos a potencial fecundidade da categoria “história lenta” para historiografia do nosso romance. Ao final, sugerimos outros romances para continuidade da investigação da hipótese.

Palavras-chave: Romance brasileiro pós-1964; História lenta; Interpretação nacional; Érico Veríssimo; Fausto Wolff.

ABSTRACT

This study proposed the category of "slow history" – a term borrowed from José de Souza Martins work (1994) - as a synthesis or "ideal type" (in the Weberian sense of the term) of a new interpretative sensibility of national history, focused on the archaisms preserved throughout its modernizing processes. The research was shared between essays and novels. Concerning the essays, the aim was to reveal the attribution of “slowness” to Brazilian history in the essays of national interpretation published around 1960s and 1970s, in their diagnoses of the ongoing conservative modernization process. One of the particularities of these essays lies in the criticism of the dualistic national interpretation and the loss of utopia, acting as seismographs of the social and political changes in these decades. The novels selected for the study was *Incidente em Antares*, by Érico Veríssimo (1971) and *À mão esquerda*, by Fausto Wolff (1996) and they were analyzed in this same light: the way it represents the implications of the Brazilian national formation on the present and the political future of the country, by identifying longstanding conditions that hamper our modernization by preserving archaisms within transition. Veríssimo's work was taken as a case study of the affinity of the Brazilian novel with the notion of "slow history", since the 1960s. The analysis of the novel *À mão esquerda*, published 25 years later, tested the longevity of the hypothesis built beyond the 1964 military coup. The result indicates the potential fecundity of the category “slow history” for the historiography of our novel. In the end, we suggest other novels for further investigation of the hypothesis.

Keywords: Post-1964 Brazilian novel; Slow history; National interpretation; Érico Veríssimo; Fausto Wolff.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A noção de “história lenta”	15
3 <i>Incidente em Antares</i> e os anos 70: uma arqueologia do golpe	33
4 <i>À mão esquerda</i> e os anos 90: o Brasil no divã	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa explora as relações entre a literatura e o pensamento social brasileiro, especificamente entre o romance e ensaios de interpretação nacional. Entende-se que a partir da década de 1960 e 1970 as tradicionais temáticas de formação da sociedade brasileira ganharam novas expressões, com o passado e momentos históricos centrais sendo reinterpretados. Assim, modos de pensar, falar e interpretar o país se transformavam. Com o golpe de 1964, a bossa nova perdeu o embalo, e um Brasil menos jovem e ensolarado despontou nos campos discursivos. Um Brasil lento e assombrado por velharias começou a pipocar nos ensaios e, em nossa hipótese, também no romance brasileiro do período. Desta maneira, cada gênero — ficções e ensaios —, ao seu modo, participaram reflexivamente da mesma tarefa: interpretar o Brasil.

Em meio a continuidades e inovações no campo da ensaística, pensadores como Florestan Fernandes (1975), Raymundo Faoro (1958; 1973), Francisco de Oliveira (1973), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) convergiam no diagnóstico. Ainda que muito diversos entre si, tais autores concordavam que o processo histórico brasileiro é resistente a mudanças efetivas, em grande parte devido ao peculiar caráter conservador e autoritário de nossas modernizações. Diferente das idealizadas revoluções liberais ocorridas em sociedades “desenvolvidas” e “industrializadas”, aqui o “novo” surgia para preservar o “velho”. Essa indissociação de temporalidades na sociedade brasileira seria responsável por uma sensação de lentidão: o nosso futuro “moderno” é sempre suspenso ou adiado. Isso não quer dizer que interpretações pessimistas ou que denunciasses a permanência do passado não tivessem sido construídas anteriormente. A particularidade da bibliografia citada consiste na ruptura com interpretação majoritária até aquele momento, marcada pela compreensão dualista do nosso processo histórico — baseada na dicotomia entre arcaico e moderno — em que processos de modernização eram valorados positivamente.

A nova interpretação resultante do pós-64 teve impacto não só na revisão crítica do modelo político-econômico nacional desenvolvimentista, mas também no plano cultural. Como consequência, tivemos um abalo do paradigma formativo de compreensão do país e um bloqueio de um ideário ou noção de projeto de futuro. Nesse sentido, a presente pesquisa procura refletir sobre a permanência dessa interpretação nacional — ou ao menos de traços dela — para além do pano de fundo do golpe militar e da modernização conservadora em curso naquele período.

Como síntese dos elementos característicos da ensaística mencionada, esta dissertação propõe a categoria “história lenta”: um termo emprestado da obra do sociólogo José de Souza Martins (1994), mas apropriado aqui como um “tipo ideal” (na acepção weberiana do termo) de uma sensibilidade interpretativa da história nacional. Com a finalidade de investigar a hipótese da presença e longevidade da “história lenta” também na literatura, essa categoria será usada como recurso analítico para explorar os quadros interpretativos que dela emergem, visando uma análise comparativa entre os gêneros.

De modo mais específico, a pesquisa investigará se a noção de “história lenta”, tendo emergido nos anos 1960 no pensamento social e na literatura, se repetiria em outros romances brasileiros produzidos posteriormente. Esta dissertação representa o início dessa investigação; para tanto, foram escolhidos dois objetos de análise: *Incidente em Antares* (1971), de Érico Veríssimo, e *A mão esquerda* (1996), de Fausto Wolff. O romance de Veríssimo será o objeto central de um estudo de caso sobre a aplicabilidade de uma categoria do pensamento social (“história lenta”) como ferramenta analítica para um *corpus* literário extenso. O romance de Wolff, por sua vez, testará a hipótese de permanência de tal interpretação nas décadas seguintes. Assim, este trabalho busca relacionar romance, o pensamento social brasileiro e a interpretação nacional, contribuindo na compreensão de como o romance passou a entender o Brasil naquele período histórico. Além disso, a categoria de “história lenta” pode sugerir padrões de longa duração no romance.

No entanto, ao atribuir ao romance e ao pensamento social a função de interpretar o país, deve-se tomar alguns cuidados. Em relação à ensaística, sociólogos, historiadores e cientistas políticos tradicionalmente receberam a vocação de intérpretes nacionais — sendo isso, muitas vezes, um objetivo voluntário e explícito no discurso. Porém, no que diz respeito à literatura e ao romance, o mesmo processo pode dar margem a diversos equívocos que devem ser ressaltados desde já.

Primeiro, considerando que a literatura tem a capacidade de tematizar problemáticas relevantes para o debate público sincrônico, a forma romance não será analisada aqui como representação de natureza meramente mimética. Isso quer dizer que não trataremos “Antares” como o Brasil; tampouco que Brasil esteja em “Antares”. Entende-se, ao invés disso, que o romance brasileiro reagiu a um momento difícil do país, tomado de incertezas e inseguranças pelo vazio de explicações sobre o presente (nem o campo teórico mais crítico ao desenvolvimentismo esperava ou previu a ruptura democrática como seu resultado histórico) (MARTINS *In* FERNANDES, 2006, p. 15-16).

E assim, sem compreensões estáveis, os autores encenaram versões próprias do Brasil. Desse modo, ao dar forma estética a conflitos sociais latentes, o romance participa da tarefa de interpretar o país, ainda que com representações diversas da ensaística. Como sugere Franco Moretti (2007), essas representações podem ser incompletas, ambíguas e não conceitualmente articuladas, mas há uma função pragmática: ao mobilizar os afetos do público leitor por meio de atribuições de valor a estados de coisa socialmente compartilhados, identificando os seus pontos de crise e sugerindo quais seriam os valores adequados para a sua interpretação, a literatura constitui comunidades (provisórias ou duradouras) em torno desses juízos. Desse modo, mesmo que ela não ofereça solução definida para os conflitos reais, a literatura pode produzir a experiência de consensos valorativos sobre eles (MORETTI, 2007, p. 41).

Nesse sentido, é importante destacar que o apelo retórico dos romances não necessariamente é motivado ou consciente:

Quem usa uma forma do sistema retórico não precisa pensar nem estar totalmente consciente, naquele momento de estar usando aquela forma, assim como quem dirige um carro não precisa nem estar totalmente consciente naquele momento de quantos cilindros tem o motor ou como ele funciona (...) o conhecimento das formas retóricas pelo ouvinte pode, na verdade, pôr em risco o efeito que o falante espera despertar com tais formas, já que o efeito está sujeito ao controle do ouvinte. (...) As figuras de retórica e as combinações maiores que organizam as narrativas longas são, assim, semelhantes aos pressupostos profundos, encobertos e invisíveis de todas as visões de mundo. (Lausberg, parágrafo 2, *apud* MORETTI, 2007, p. 19)

Em outras palavras, a literatura é capaz de abordar problemas que já nos angustiam, mas que não sabemos bem como nomear e enfrentar. Assim, torna-se possível analisar a presença das interpretações do Brasil nos romances brasileiros: elas refletem noções em processo embrionário de disseminação, em resposta a incômodos ainda carentes de teorização, mas nem por isso menos impactante (CHAGAS, 2013; 2016).

O interesse pelas obras escolhidas diz respeito às suas ambições na representação da formação histórica do Brasil, reveladora de uma indissociação de temporalidades diversas. Foram duas obras de alto impacto no campo literário brasileiro que apresentam características em comum, apesar do distanciamento temporal de 25 anos: se a permanência do *topos* citado for confirmada, haverá indícios da sua longevidade no romance brasileiro. Assim, a distância temporal entre as duas obras se justifica, pois, em razão da pretensão da hipótese da identificação de um padrão de longa duração na história do romance brasileiro. Com isso, as conclusões iniciais deste trabalho poderão indicar um caminho para a extensão deste projeto de investigação — a ser realizada em pesquisas futuras —, cuja hipótese principal seria mais bem

corroborada mediante a análise de outras obras que, por limitações temporais próprias de uma dissertação de mestrado, não puderam ser abordadas neste trabalho.

As semelhanças entre os romances escolhidos é um dado significativo: sagas familiares que retornam ao passado para lidar com o presente; cidades do interior de um país cheio de “ismos” (mandonismo, machismo, racismo, paternalismo e patriarcalismo); a morte e a violência como signos narrativos. Mas não só: elementos novos da política nacional estavam também lá encenados: multinacionais e a dependência externa; subdesenvolvimento e a modernização tardia; o bloqueio do futuro e de saídas utópicas. São obras volumosas que cobrem períodos históricos extensos, chegando ao presente da publicação. Apresentam, de certo modo, uma vocação épica na totalização do quadro social, histórico e cultural do país. Cada um é singular em sua produção técnica e autoria; ambos, contudo, possuem familiaridades às quais, acreditamos, a categoria de “história lenta” pode agregar um poderoso potencial analítico.

Desse modo, os capítulos do trabalho seguirão o seguinte ritmo: 1) a apresentação da proposição “história lenta”, de sua afinidade e pertinência para a análise de interpretações do Brasil feitas por obras romanescas do mesmo período; 2) a análise da obra *Incidente em Antares* (1971) de Érico Veríssimo, como marco inicial da presença da citada noção no romance brasileiro; 3) a análise do romance *A mão esquerda* (1994), de Fausto Wolff, como indicativo da continuidade e permanência daquela noção. Completada a valsa, espera-se que a comparação com a ensaística possa iluminar uma hipótese de longa duração para a história do romance brasileiro.

2 A noção de “história lenta”

“Nós sofremos não apenas dos vivos, mas também dos mortos. Le mort saisit le vif!”¹

“Persistência”, “conciliação”, “dependência” e “lentidão” parecem fazer parte de um vocabulário necessário para se ler o Brasil e seu processo histórico, ao menos para certa ensaística desenvolvida no país. Nesse glossário, não só os intelectuais acadêmicos se comunicam: romances também falaram a mesma língua, ou melhor, ajudaram a construí-la. Para situar melhor do quê e de quem estamos falando, para facilitar a aproximação da hipótese desse trabalho, serão apresentadas as obras de um romancista e um jurista — que além da mesma língua, tinham o mesmo sotaque — os gaúchos Érico Veríssimo e Raymundo Faoro. A primeira é o romance *Incidente em Antares*, publicado em 1976; a segunda obra é o ensaio *Os donos do Poder: Formação do Patronato Brasileiro*, publicada em 1958, mas recebida pela crítica apenas na segunda edição, em 1975². Antecipa-se que as duas compartilham um modo de falar, pensar ou interpretar o Brasil ilustrado aqui nas palavras que iniciam o parágrafo.

As primeiras páginas de *Incidente em Antares* já indicam que o tempo, ou melhor, o passado, importa. Menções a eras geológicas e documentos históricos de fundação foi o jeito escolhido para começar a contar a história de Antares, uma cidadezinha no interior do Rio Grande do Sul, cujo presente narrativo orienta para um incidente ocorrido no dia 13 de dezembro de 1963. Considerando que o romance foi publicado no Brasil da década de 1970, dificilmente essa data seria uma coincidência; era sim uma remissão aos eventos recentes da história do país. Com mais precisão: ao golpe militar de 1964 e à instituição do AI-5 em 1968³. Estruturalmente, o romance é dividido em duas partes: “Antares” e “O Incidente”. Na primeira narra-se a trajetória histórica de disputa política entre os clãs Vacariano e Campolargo em sincronia com eventos e personagens da história nacional, dentre eles: a proclamação da República, a revolução de 1930, o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio e o plebiscito popular de Jango. Sobre o teor da primeira parte, o narrador comenta no seguinte trecho:

¹ Trecho do Prefácio da primeira edição do *O Capital*, de Karl Marx, citado em *Os donos do Poder* de Raymundo Faoro (2001).

² Renato Lessa, em ensaio (2011), nota sobre a recepção de *Os donos do poder*: “Esse livro de Faoro viria a ter impacto tardio na reflexão brasileira, sobretudo a partir de sua reedição ampliada no início dos anos 1970. Para uma recepção importante e pioneira das teses de Faoro, ver Schwartzman (1975)” (LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. In: *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, 2011, n. 82, p. 33).

³ Veja-se o Decreto que institui o Ato Institucional no seguinte link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm.

Por motivos puramente de economia e espaço – uma vez que o objetivo desta narrativa é tecer um sumário pano de fundo histórico contra o qual apresentar oportunamente os macabros eventos daquela sexta-feira 13 de dezembro de 1963 – estas páginas lamentavelmente têm seguido o espírito dos citados livros escolares, focando de preferência as duas grandes oligarquias que em Antares, durante cerca de setenta anos, disputaram o predomínio político, social e econômico. Ficaram na penumbra do segundo, do terceiro e do último plano todos aqueles que – para usar duma expressão de Spengler – não “fazem” mas “sofrem” a História (...) (VERÍSSIMO, 2006, p. 38)

Na segunda parte do romance, em tom de sátira e humor, relata-se o tão anunciado “incidente”: em meio a uma greve geral dos trabalhadores — que impede que os mortos do dia sejam enterrados — os insepultos “acordam” e descem até a cidade assombrando e atordoando os vivos com a podridão dos corpos e das verdades reveladas no coreto da praça central. Dos mortos: “o sapateiro Barcelona, o músico Menandro Olinda, a prostituta Erotildes, o torturado operário João Paz, o beberrão Pudim Cachaça, o advogado da Prefeitura Dr. Cícero Branco e, por fim, a ilustre dama rica Dona Quitéria Campolargo” (FURLAN, 1977, p. 56). Em praça pública, os defuntos expõem os membros da *high society* antarense com denúncias sobre atos corruptos, violentos e imorais. O caos só “acaba” após os mortos serem expulsos por tiros de radicais. Com o intuito de solucionar o conflito, a cúpula política e social de Antares se reúne e arquiteta a “Operação Borracha”, um plano para evitar a difusão dos acontecimentos pela imprensa e apagar da memória da cidade o “incidente”. Bom, antes que se avance em *spoilers* desnecessários da narrativa, vejamos o que colhemos até aqui: elites políticas; autoritarismo; passagem de gerações; conciliações como mediação de conflitos; e um incidente “macabro” a ser compreendido. Nota-se que a estrutura da narrativa sugere uma postura do romance em retornar ao passado para compreender o presente “nebuloso”.

Como resultado, após o lento percurso de quase 500 páginas e 130 anos, a resposta histórica de Antares é frustrante: tudo mudou, mas para ficar tudo igual. Ou melhor, aos moldes lampedusianos⁴: tudo precisa mudar para ficar como está. A imobilidade de Antares com a passagem de gerações e a resistência das suas elites à mudança sugeriam uma metonímia do poder de permanência das velhas estruturas sociais e políticas no Brasil.

O resultado interpretativo, ainda que ficcional, se assemelha ao ensaio “*Os donos do poder: Formação do patronato brasileiro*”. Na obra, Faoro propõe uma viagem pela história do Brasil para diagnosticar nossa formação política, e o ponto de partida é a origem do Estado português. Na chegada, temos a mesma interpretação fatalista: “*assim é porque sempre foi*”

⁴ O termo “lampedusiano” se refere a célebre frase citada no romance “*Il Gattopardo*”, de Giuseppe Tomasi de Lampedusa, utilizada na análise política de Gramsci (WERNECK VIANNA, 1997).

(FAORO, 2001, p. 819). O capítulo final é intitulado como “A viagem redonda” (FAORO, 2001, p. 818) e inicia com o seguinte trecho: “*De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo*” (FAORO, 2001, p. 819). O jurista identificou e descreveu a persistência secular de uma cultura política autoritária e burocrática que travava o natural desenvolvimento do país. Como foi dito, o autor traçou um percurso histórico e analítico de seis séculos: de Dom João I a Getúlio Vargas. Como diagnóstico identificou o Estado português e o brasileiro como “patrimonial” e “estamental” – sintomas categorizados pela sociologia de Max Weber. Em poucas palavras, patrimonial em razão da ausência de distinção entre os bens (e interesses) públicos e privados, bem como pela concentração do poder político e econômico no Estado. Estamental pela constituição de uma camada social de poder dependente da riqueza estatal, ou seja, fruto do Estado patrimonial. Explica-se que de modo diverso do estado moderno, o modelo analisado por Faoro possui um caráter tradicional, ou aristocrático, característico de sociedades pré-capitalistas. Neste modelo, o funcionalismo público, ao invés de garantir a imparcialidade e a legalidade modernas, é transformado em “balcões de negócios” a serem disputados, não raro, em troca de favores de natureza patrimonial. Diante dessa estrutura, constrói-se uma dinâmica de poder orientada de cima para baixo, com mecanismos de conciliação entre os interesses aristocráticos e cooptação ao invés de representatividade. O autor evidencia, ainda, a flexibilidade da forma patrimonial, o que torna possível a peculiar dinâmica social provocada com o amálgama entre o novo e o velho:

A incolumidade do contexto de poder, congelado estruturalmente, não significa que ele impeça a mudança social, quer no acomodamento ao campo internacional, quer no desenvolvimento interno. A permanência da estrutura exige o movimento, a incorporação contínua de contribuições de fora, adquiridas intelectualmente ou no contato com as civilizações mais desenvolvidas. (FAORO, 2001, p. 833)

Para Faoro, é a partir da moldura patrimonial que se torna possível resguardar privilégios, revitalizar o passado e garantir a imutabilidade histórica sem uma ruptura abrupta com as elites — como aconteceu em processos revolucionários modernos.

A autenticidade das forças sociais, que operam de baixo para cima, se mantém pura, mediante o processo de circulação e revitalização das elites. A história não é senão um *cemitério de elites*, que correm, ao longo do leito secular, como um rio: a classe dirigente não será a mesma de ontem. (FAORO, 2001, p. 110, grifo meu)

A história brasileira como um *cemitério de elites* aparece como uma imagem facilmente assimilável no Brasil de *Incidente em Antares*. Ao se demonstrar semelhanças nas obras de

Veríssimo e Faoro, é importante notar que ambas produziram uma abordagem sobre o país que as diferencia da interpretação nacional majoritária corrente no período de suas publicações. Porém, a partir disso, as duas obras apresentadas não representaram expressões isoladas. Entende-se que ensaios do pensamento social, tanto quanto romances, foram sensibilizados pelo golpe militar de 1964 e atuaram como uma espécie de sismógrafos do presente, produzindo novos diagnósticos que, por sua vez, provocaram reinterpretações de elementos de longa duração no pensamento social. Não por acaso a obra de Faoro, publicada em 1958, só ganhou visibilidade no debate público em 1973.

Dito isso, é possível reforçar a hipótese geral desta pesquisa segundo a qual, a partir dos anos 1960 e 1970, o romance começou a difundir uma percepção sobre o Brasil que se tornou recorrente no pensamento social e na literatura brasileira. Propõe-se aqui uma categoria para representar essa percepção, a qual chamaremos de “história lenta”. Ainda que o termo seja apropriado da obra do sociólogo José de Souza Martins (1994), não se confunde com sua argumentação. A categoria é, na verdade, uma proposta aglutinadora de proposições de vários autores que, a partir da década de 1960, em comum descreveram um Brasil preso no passado, com uma dinâmica social morosa e conciliatória, como brevemente indicada na apresentação das obras *Incidente em Antares* e *Os donos do poder*. Antes de explorar melhor as respostas de Veríssimo e Faoro àquela dinâmica, precisamos olhar melhor para a história.

Como já antecipado, a situação política do Brasil nas décadas de 1960 e 1970 provocou um abalo nas interpretações nacionais vigentes ou majoritárias (LESSA, 2011, p. 34; PERLATTO, 2014). A partir da década de 1930, o projeto nacional desenvolvimentista foi moldando a compreensão do país em um modelo de desenvolvimento e de construção de nacionalidade comum que durou décadas, caracterizado pelo signo do “moderno” em detrimento do “arcaico”. Nos projetos de modernização desse paradigma, o objetivo era combater os arcaísmos e criar condições para formação de uma nação, em seu sentido autêntico (NOBRE, 2013). Notadamente, os anos 1950 marcaram a expressão desse ideário em sua versão mais progressista e democrática, seja no aspecto político, seja no cultural. As demandas sociais por democracia foram consagradas com a Constituição de 1946, que resgatou os direitos e garantias individuais e preservou a separação de poderes. Ainda, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) representou um dos projetos mais ambiciosos de modernização pelos quais o país já passou, sendo Brasília um símbolo de uma utopia. O modernismo arquitetônico da nova capital dava materialidade ao projeto desenvolvimentista em voga no país, fazendo jus ao lema “Cinquenta anos em cinco”. O projeto adotado pelo governo era fruto da concepção social-econômica nacional-desenvolvimentista alimentada por vários intelectuais de relevância

no debate público, fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dentre eles: Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Álvaro Viera Pinto, Ignácio Rangel e Júlio Barbosa. O ISEB era protagonista da cena intelectual brasileira nos anos 1950; ele foi uma entidade autônoma ligada ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 1955 no governo Kubitschek, e funcionava como um laboratório de ideias do governo para superar o atraso e alcançar o desenvolvimento nacional por meio da industrialização (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 417). A relação entre o ISEB e o governo é ilustrativa da noção do projeto nacional em curso no momento (TOLEDO, 1982; 2005). A aula inaugural do Instituto foi realizada por Álvaro Vieira Pinto e publicada como ensaio intitulado *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* (PINTO, 1960). Diante do contexto de prosperidade, o autor define o Brasil como um “corpo em crescimento” (PINTO, 1960, p. 15), argumentando que o projeto a ser desenvolvido pela ideologia nacional-desenvolvimentista era capaz de “acelerar o processo nacional” (PINTO, 1960, p. 35).

Além do ISEB, as ideias desenvolvidas pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), fundada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, também orientaram o planejamento do governo. A comissão tinha como objetivo criar um espaço de discussões para reflexão sobre o desenvolvimento e integração comercial entre os países membros. O economista argentino Raul Prebisch foi diretor, e o brasileiro Celso Furtado foi um integrante notável. Como fruto do trabalho realizado, foi desenvolvido o conceito de *subdesenvolvimento* como uma condição específica do sistema capitalista, dividido em países centrais e periféricos. Dessa forma, as reflexões econômicas da CEPAL inspiraram o conhecido programa do governo Juscelino Kubitschek (JK), intitulado *Plano de Metas* (SCHWARCZ; STALING, 2015, p. 418). Sobre a participação no governo de JK, o relato do próprio autor:

A técnica de planejamento que criamos na Cepal serviu ao governo de Juscelino Kubitschek para fazer o Plano de Metas, o mais importante que o Brasil teve, pois foi a única vez que o país teve uma política industrial deliberada, racional e ampla. Falhou, porém, no esquema de financiamento, insuficientemente estudado. Roberto Campos, quando foi Ministro do Planejamento, seguiu essas mesmas técnicas que nasceram na Cepal, só que seu plano para o governo militar tinha objetivos sociais distintos. (FURTADO, 1999, p. 79)

De modo sintético, pode-se atribuir a esses intérpretes uma visão dualista do Brasil, cujo projeto nacional-desenvolvimentista buscava superar o Brasil arcaico, atrasado, interiorano e rural; em contrapartida, apresentava-se um Brasil moderno, progressista, central, urbano e industrializado. Tanto o ISEB quanto a CEPAL entendiam que o Brasil poderia superar o atraso

com uma estratégia nacional de industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2005). Ainda, a ideologia do nacional-desenvolvimento defendia a aliança de classe; para tanto, seria necessário um processo de conscientização das massas e da burguesia. A partir dessa unidade, o conflito entre classes seria eliminado (PINTO, 1960, p. 35). O caráter programático do projeto era uma das marcas desse desenvolvimentismo, o qual buscava orientar a ação política na fixação de metas para os governos (PINTO, 1960, p. 23), tal qual aplicado no governo JK. Como resultado das políticas aceleradas de modernização, o processo de industrialização cresceu significativamente: houve a entrada de muitos recursos no país, utilizando-se como atalhos, dentre outros, o capital estrangeiro, o incentivo à indústria automobilística e o aumento da malha rodoviária (FERREIRA, 2006, p. 50).

Os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada da inflação, cresceu em 80% com altas porcentagens nas indústrias do aço (100), mecânicas (125), eletricidade e comunicações (380) e material de transporte (600). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa *per capita* de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 50, o crescimento do PIB brasileiro *per capita* foi aproximadamente três vezes maior do que o resto da América Latina. (FAUSTO, 2001, p. 236)

Também na cultura não faltava entusiasmo. Para dar melodia ao espírito da época surgiu a Bossa Nova, um ritmo musical leve criado por João Gilberto e Tom Jobim que alcançou o mundo — não por acaso, JK ficou conhecido como o “Presidente Bossa Nova”. Não bastasse tudo isso, em 1958 a Seleção Brasileira ganhou a Copa do Mundo pela primeira vez (FERREIRA, 2006, p. 54-55).

A Bossa Nova era um modo de dizer que o país tinha de melhor e a confirmação de sua viabilidade: um Brasil moderno, cosmopolita, sofisticado, belo, livre. Ela forneceu aos brasileiros a senha para acelerar o tempo e criar, em cinco anos, algo novo capaz de vencer o subdesenvolvimento — ao menos no campo da cultura. (...) Ainda em 1956, Juscelino recorreu ao plano de metas e fez da construção de Brasília a metassíntese: uma cidade inteiramente planejada que pretendia representar o esforço de afirmação. Da nacionalidade e o desejo de integração do inteiro ao centro, do país ao mundo, da tradição ao moderno. A construção de Brasília forneceu ao governo de Kubitschek e ao plano de metas um símbolo compreensível pela população. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 422)

Havia, nesse contexto da década de 1950, uma tendência progressista que alcançou todas as dimensões da vida nacional. Democracia, abertura para as massas, desenvolvimento planejado e renovação cultural eram alguns dos principais valores em circulação (JAGUARIBE, 2008).

Mesmo em posicionamentos mais críticos, a busca pelo “nacional” e pelo “novo” orientou as produções artísticas do período. Procurava-se produzir expressões culturais mais

autênticas da realidade social brasileira e próximas da cultura popular, representando-se assim os “verdadeiros brasileiros”. Como exemplo desse movimento, o cinema e o teatro foram apresentados com inovações estéticas que tratavam da questão nacional, a exemplo do filme *Rio 40 graus* (1955), de Nelson Pereira dos Santos, e a peça *Eles não usam black tie* (1958), de José Renato e escrita por Gianfrancesco Guarnieri — de alguma forma precursores do Cinema Novo e do Teatro Oficina (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Diante de tantas transformações iniciadas com o processo de industrialização da Revolução de 1930, o país estava diante de uma “nova era geológica” da história nacional, como diria o narrador de *Incidente em Antares*. Mas, como sabemos, a euforia não durou muito e a década de 1960 trouxe uma grande frustração ao horizonte imaginado e projetado. O ISEB e as promessas do nacional-desenvolvimentismo, a CEPAL e a construção do futuro fundamentada na crítica da nossa formação histórica: com o golpe militar de 1964, possibilidades ainda recentemente plausíveis pareceram se fechar. O futuro imaginado estava bloqueado.

Diante da controversa modernização ocorrida no regime militar, as temáticas sobre a natureza das mudanças sociais, dos processos de modernização e, sobretudo, sobre os agentes responsáveis por elas, se tornaram um objeto caro às ciências sociais no Brasil (LESSA, 2011, p. 35). Com diferentes matizes e influências — da sociologia norte-americana de Barrington Moore Jr. (1969) ao pensamento produzido por Antonio Gramsci (1968) — o diagnóstico mais influente a partir de então era o de que haveria uma peculiaridade contraditória ou paradoxal no processo histórico brasileiro: as modernizações brasileiras possuiriam um caráter conservador. Processos revolucionários que em outros lugares foram responsáveis por transformações sociais profundas, aqui — como em outros países periféricos — representariam a preservação ou renovação de estruturas arcaicas e, não raro, com autoritarismo.

Essa forma de interpretar o Brasil e sua peculiar modernização corresponde à noção de “história lenta”, e tem com ela muitos autores-fonte. A descrição buscará selecionar os aspectos convergentes ou semelhantes entre eles. A noção de “história lenta” será tratada como uma tipologia, e como tal sintetiza proposições teóricas diversas, porém convergentes. Afim ao que Max Weber chamaria de “tipo ideal”: trataremos a noção de “história lenta” como um construto heurístico, um instrumento proposto para nos auxiliar a documentar as regularidades de um determinado fenômeno social — no caso, a descrição do processo histórico corrente, em seus fundamentos de “longa duração”. Veremos que essa compreensão da história era o que o próprio José de Souza Martins tinha em mente ao cunhar o termo, justificando a sua escolha para forjamos a categoria, cuja formação inicial nós localizamos entre o final dos anos 1950 e

o início dos anos 1970. Mas o que importa como metodologia de trabalho é frisar que não a utilizamos com a intenção de traduzir, em uma síntese redutora, a variedade de interpretações do Brasil que passaremos a comentar. Em termos weberianos, a formulação do tipo ideal ocorre “mediante um exagero consciente das características essenciais do padrão de ação que interessa ao pesquisador” e a “síntese dessas orientações características [se dá] em um conceito unificado e rigoroso do ponto de vista lógico” (KALBERG, 2010, p. 41). Ou então, nas palavras do próprio Weber:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia (...) Ora, desde que cuidadosamente aplicado, esse conceito cumpre as funções específicas que dele se esperam, em benefício da investigação e da representação. (WEBER, 2003, p. 106)

Não sugerimos, portanto, que o pensamento social aqui analisado foi homogêneo e linear em suas interpretações do Brasil; pelo contrário, explicitamos que a semelhança advém da nossa seleção intencional de algumas das suas características salientes, originalmente presentes de diferentes maneiras e em diferentes graus em cada ensaio comentado. Assim, a natureza da categoria “história lenta” é próxima do “tipo ideal” weberiano, como recurso analítico capaz de conferir critérios e limites para uma análise de longa duração. As características salientes selecionadas serão chamadas aqui de quadros interpretativos e servirão de estrutura para análise dos romances. Esses quadros devem ser lidos como molduras que delimitam um recorte de investigação e compreensão desse trabalho, do que uma mera aplicação de conceitos sociológicos como explicação dos romances em questão. Em outras palavras, os elementos selecionados serão como reagentes para nossa hipótese — que por sua natureza, prescinde de padronização. Em suma, pressupondo-se que romances e ensaios sugeriam novos modos de interpretação de uma realidade social que eles afirmavam como real, a ideia de “história lenta” é proposta aqui como matriz descritiva de uma nova relação do romance brasileiro com o passado e o futuro nacional.

A identificação da noção de “história lenta” nos romances será feita mediante a seleção (aos moldes do tipo ideal weberiano) de elementos marcantes — na longa duração — da bibliografia apresentada, representados aqui por cinco quadros interpretativos: 1. patrimonialismo e corrupção; 2. violência e autoritarismo; 3. conservadorismo moral e anticomunismo; 4. militarismo; 5. indissociação entre modernidade e arcaísmo. Tal recurso

metodológico busca permitir a inteligibilidade e pertinência necessárias para relacionar obras e interpretações diferentes (seja em seus gêneros ou temporalidade), traçando pontos comuns e reconhecendo a acumulação intelectual ao longo da história — sem, com isso, esvaziar a particularidade, abertura e complexidade de cada um dos textos.

Para fundamentar a adequação do termo “história lenta”, esse capítulo desenvolverá um pouco dos ensaios que a inspiraram. Como já foi mencionado, a obra fonte do termo “história lenta” é *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta* (1994), do sociólogo José de Souza Martins. O livro é composto por quatro ensaios sobre as persistências históricas que impedem o desenvolvimento e a transformação social. A divisão da obra nos expõe claramente a problemática em questão: “o uso conservador do moderno” e o “uso transformador da mediação conservadora” (MARTINS, 1994).

A reflexão que instiga o primeiro ensaio diz respeito ao então recente caso de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e escândalos de corrupção. Naquele contexto, o autor conclui que apesar das relações clientelistas e da dominação patrimonial comporem a cultura política do país há séculos, apenas em momentos circunstanciais de crise certas condutas são valoradas como inapropriadas ou “corruptas”. Essa distinção é valorada, em regra, por critérios de natureza tradicional ou moral, e não racional-legal, usando a língua de Max Weber (MARTINS, 1994, p. 20). No segundo, a propriedade de terra é identificada como a responsável pelo principal bloqueio ao desenvolvimento nacional, apontando assim a conciliação como mecanismo das elites políticas de preservação do poder (MARTINS, 1994, p.80). De sorte que no Brasil os processos de mudança são dirigidos por agentes da elite, movidos por interesses “contra revolucionários” ou conservadores. É a esse paradoxo que o autor confere a lentidão do processo histórico brasileiro:

Quando a riqueza se modernizou ao longo do século XIX e, sobretudo, nas décadas finais daquele século, não se modernizou por ações e medidas que revolucionassem o relacionamento entre a riqueza e o poder, como acontecera na história da burguesia dos países mais representativos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sócias, culturais, econômicas e institucionais. O novo sempre surge do velho. (MARTINS, 1994, p. 30)

Na segunda parte, é mostrada a capacidade transformadora na atuação das pastorais ligadas a Igreja Católica na ditadura militar, uma força social historicamente conservadora (MARTINS, 1994, p. 144). Feito o diagnóstico paradoxal, Martins defende a abordagem interpretativa da “sociologia da história lenta”, cujo objetivo é identificar os ritmos do processo

histórico a fim de encontrar potenciais transformadores peculiares de cada sociedade (MARTINS, 1994, p. 14).

Intérpretes como Raymundo Faoro (1958/1973); Luiz de Aguiar Costa Pinto (1963); Florestan Fernandes (1975); Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) e Francisco de Oliveira (1973) — ainda que diversos em sua argumentação — foram pioneiros dessa noção delimitada nesse trabalho. O próprio autor posiciona-se como herdeiro do pensamento de Florestan Fernandes e de Fernando Henrique Cardoso; reproduz também conceitos weberianos, como o de “dominação patrimonial”, compartilhados entre muitos ensaios da década de 1970.

É importante ressaltar, novamente, que há nesses autores uma dissidência clara em relação ao projeto nacional-desenvolvimentista e seu paradigma dualista: lá, o processo de modernização seria conduzido por meio de um acordo de classes, administrado ou impulsionado pelas elites, em prol da industrialização — o desenvolvimento viria em salto. Na experiência nacional desenvolvimentista da década de 1950 — mais progressista e democrática que a experiência anterior — terminava confiante no futuro, embalada pela leveza da bossa nova. Em meio a esse otimismo com o futuro, a editora Globo de Porto Alegre publicou “Os donos do poder – Formação do Patronato político brasileiro” que, no fim de suas quase 900 páginas, conclui:

A máquina estatal resistiu a todas as setas, a todas as investidas da voluptuosidade das índias, ao contato de um desafio novo — manteve-se portuguesa, hipocritamente casta, duramente administrativa, aristocraticamente superior. Em lugar da renovação, o abraço lusitano produziu uma social *enormity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse. O fermento contido, a rasgadura evitada gerou uma civilização marcada pela veleidade, a fada que presidiu ao nascimento de certa personagem de Machado de Assis, claridade opaca, luz coada por um vidro fosco, figura vaga e transparente, trajada de névoas, toucada de reflexos, sem contornos, sombra que ambula entre as sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora. Cobrindo-a, sobre o esqueleto de ar, a túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante. (FAORO, 2001, p. 838)

Esse Brasil “sufocado pelo passado” parecia não combinar com o clima do momento. Não se imaginava que em menos de uma década estaríamos diante do retrocesso de uma ditadura militar; e que em 1973 — com a publicação da segunda edição — essas imagens ofereciam um sentido para “as trevas” do presente.

Diante dessa interpretação, o golpe militar de 1964 não era uma novidade a ser compreendida, e sim mais um processo de modernização de caráter contra-revolucionário promovido pelas elites. O novo fazia aliança com o velho, como em diversos outros episódios

da história brasileira, a exemplo da Independência, da Proclamação da República e da Aliança Liberal que desencadeou no Estado Novo. Para melhor compreensão desse aspecto, Faoro (2001) distingue os fenômenos de *modernização* e da *modernidade*. O primeiro fenômeno é impulsionado pelo capitalismo, o qual é orientado pelo ritmo histórico dos países centrais. Para superar o atraso, algumas sociedades tentam “de salto, ou de golpe” alcançar a modernidade, não raro com a implementação de projetos “milagrosos” realizados sem participação da sociedade civil. Nesse modelo, o autor entende que as sociedades estariam fadadas a um reiterado fracasso. Enquanto a modernidade alcança e modifica toda a sociedade e revitaliza os papéis sociais. Assim, a solução sugerida estaria em seguir o próprio ritmo de desenvolvimento, sem atalhos, ao lado da cidadania e democracia.

De modo similar, o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto entendia pela coexistência contraditória entre os modelos de organização social “arcaico” e “moderno” (PERLATTO, 2014, p. 466). Costa Pinto busca estabelecer diferenças entre o processo de modernização e o de desenvolvimento — chamado por Faoro, de forma análoga, de modernidade. Enquanto a primeira diz respeito a mudanças superficiais ou “epidérmicas”, o segundo processo seria capaz de “mudanças sociais profundas”. Nesse sentido, segue a explicação de Costa Pinto a respeito do aprimoramento de sua proposta conceitual para compreensão da mudança social no Brasil:

Quando em 1947 propusemos o conceito de marginalidade estrutural para explicar os problemas de transição da sociedade brasileira (...) queríamos, em primeiro lugar, nos referir ao fato da estrutura social apresentar características de dois padrões – o arcaico e o novo, o tradicional e o moderno –, e, em segundo lugar, ao fato desses dois padrões, e não somente o arcaico, estarem ambos em crise. A nossa hipótese visava expressamente ampliar e completar o conceito já exposto por Boeke (...) e Furnivall (...), que cunharam a expressão “sociedade dual” ou “dualista” para indicar a mesma situação transitória, deixando, entretanto, a impressão de que o padrão arcaico está em crise e no novo padrão estariam todas as soluções. A dualidade consistiria, então, na coexistência de dois padrões como que hierarquizados numa escala de arcaísmo e progresso; enquanto o nosso conceito de marginalidade estrutural procura capitalizar a noção básica que se refere à presença de dois padrões – acentuando, entretanto, o fato de ambos estarem em crise. Isto, que pode parecer pura nuança, tem implicações metodológicas e práticas extremamente importantes. (COSTA PINTO, 1963, p. 95-96)

Assim, criticando o dualismo, defendia uma outra forma de estudar as mudanças sociais. Em meio a um otimismo no campo sociológico, Costa Pinto era cético às mudanças provocadas defendidas pelo ISEB. O autor também rejeitava também o nacionalismo entusiasta do vocabulário político dos anos 50 e 60 (VILLAS BÔAS, 2005).

Em afinidade eletiva com as proposições apresentadas, surgiram as *Teorias da Dependência*, que tinham como objeto de pesquisa a modernização de países latino-americanos.

Em reação crítica às teorias etapistas⁵ do desenvolvimento, elaboradas especialmente na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), um dos seus principais representantes, Fernando Henrique Cardoso, escreveu em conjunto com o chileno Enzo Faletto o ensaio “Dependência e desenvolvimento na América Latina” entre 1966 e 1967.

Os autores defendiam, de modo geral, que seria necessário investigar as estruturas sociais e históricas de cada país, sem tratar a América Latina, ou os países “periféricos”, de maneira homogênea. Ainda, sustentaram que as soluções esperadas pela modernização, provocada pela industrialização nacional e diversificação da estrutura produtiva, não seriam suficientes para o desenvolvimento autônomo e autossuficiente.

Nesse tom, o livro critica os conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica desenvolvidos na CEPAL. Em vez deles, os autores defendem o conceito de “dependência” como instrumento teórico capaz de uma avaliação integrada e concreta. Vale dizer, uma avaliação que considere não só aspectos econômicos do subdesenvolvimento, mas também os processos políticos de dominação entre os países, classes e suas condições históricas particulares de cada país (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 38). Ou seja, dependência entre os países não se estabelece de forma “metafísica” em razão da mera posição dos países do sistema produtivo, mas a partir da atuação concreta de forças sociais internas e externas. Há uma rede de interesses e coerções entre os grupos e classes sociais que se relacionam de modo variável. Portanto, para identificar a dependência ou compreender o sentido das mudanças sociais é necessário interpretar as relações concretas entre Estado, Classe e Produção, no plano nacional e internacional de cada país (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 140).

Especificamente sobre o Brasil, os autores descrevem os processos históricos da Independência e o da modernização provocada pelo nacional-desenvolvimentismo:

Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo das forças políticas e sociais que atuaram na década "desenvolvimentista", os responsáveis tanto do resultado favorável como da perda do impulso posterior do processo brasileiro de desenvolvimento? Entretanto, não se reorganizaram na direção esperada nem o sistema social, nem o sistema político. Isso levou a pensar que ainda quando a "sociedade tradicional" haja transformado em grande medida sua face econômica, contudo, alguns de seus grupos não perderam o controle do sistema de poder, apesar de terem sido obrigados a estabelecer um sistema complexo de alianças com os novos grupos que surgiram. Assim, pois, com a diminuição do ritmo de crescimento, que se iniciou em fins dos anos 50, **teriam reaparecido os antigos problemas do Continente com novos protagonistas sociais ou com os mesmos de sempre, revestidos agora de aparência moderna.** (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 15)

⁵ Diz respeito à interpretação de que seria necessário aos países periféricos repetir determinada fase evolutiva das econômicas centrais.

Nas duas situações descritas foi identificada a relação conciliatória entre os grupos sociais que disputavam hegemonia política. Ainda, os autores definiram as instituições políticas nacionais como ambíguas, pois respondem sempre a uma dupla inspiração: “a dos grupos ‘modernizadores’ que têm origem no próprio sistema econômico exportador e a dos interesses oligárquicos regionais; estes últimos podem opor-se que o paternalismo dominante transforme-se em um burocratismo mais eficaz” (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 44-45). Nessa estrutura social o “moderno” e “arcaico” são indissociáveis.

Então, o diagnóstico da “história lenta” se repete: a mudança social no Brasil tem um caráter ambíguo em razão das alianças feitas entre os grupos tradicionais de dominação e os novos grupos sociais que surgem com o processo de modernização. Assim, se evitam, historicamente, as consequências renovadoras do desenvolvimento no plano social e político. Porém, de modo diverso de muitos intérpretes da esquerda, Fernando Henrique Cardoso enxergava variáveis formas de integração e alternativas de crescimento para os países da América Latina, mesmo em situação de dependência (CARDOSO; FALETTTO, 1975). E, sobretudo, acreditava ser possível um desenvolvimento dependente, mesmo com a internalização dos mercados internos (RODRIGUES *In* SCHWARCZ, p. 397).

A obra de Florestan Fernandes *A Revolução Burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1975) é central para esse debate. O ensaio é iniciado com a Nota Explicativa, que manifesta a intenção de “uma resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964” (FERNANDES, 1975, p. 9). A obra busca fazer uma análise das características dinâmicas da revolução burguesa brasileira, percorrendo a trajetória da independência do país (1822) até o contexto pós-golpe militar. De maneira geral, busca analisar as razões peculiares da (resistência à) mudança social no Brasil, considerando que a burguesia não foi capaz de protagonizar um movimento “revolucionário” como na tradição burguesa - com conteúdo democrático e republicano. Ao contrário, para o autor, temos uma dinâmica histórica que foi caracterizada pela reiteração e permanência do passado — que foi responsável por uma “contra-revolução” e uma “ditadura preventiva” (FERNANDES, 1975, p. 317).

A importância desta análise está num fato simples: ela permite detectar um drama crônico, que não é da essência do capitalismo em geral, mas é típico do capitalismo dependente. As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes, como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se representa na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da conciliação (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da reforma). (FERNANDES, 1975, p. 202-203)

O processo histórico da Independência é denominado como “revolução encapuzada”, em função do uso instrumental da ideologia do liberalismo pelas elites políticas como recurso de manutenção da ordem e dominação estamental. Desta forma, e com aparência liberal, renovava-se a validade de componentes do mundo colonial. Em outras palavras, por meio de um Estado Nacional independente, os interesses comuns (privilégios) daqueles estamentos podiam se mascarar em interesses gerais (solidariedade social). Florestan caracteriza a revolução burguesa em países periféricos como um fenômeno político de preservação de estruturas de poder predominante, “submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (FERNANDES, 1975, p. 294). O sociólogo uspiano entende que nesses processos de mudança não ocorreram rupturas com as velhas classes dominantes, como nas chamadas “revoluções” dos países centrais. Esse reposicionamento só seria possível, segundo o autor, a partir de uma mudança de forma do “cosmos patrimonialista”, de tradição escravista e estamental, para um “*ethos* burguês” - o que, no entender do autor, era muito difícil de ocorrer (FERNANDES, 1975, p. 312).

No prefácio da 5ª. Edição do ensaio de Florestan, publicada em 2006, José de Souza Martins comenta:

A dependência não é apenas nem principalmente a relação de dependência econômica e de insuficiente poder sobre o excedente econômico. Ela é, sobretudo, um complexo de relações sociais e de mentalidade orientadas em oposição às demandas ideais de revolução burguesa e do próprio capitalismo. A lenta revolução burguesa num país como o Brasil, com mudanças e transformações sociais que pode e precisa promover, emerge e se dissemina a partir do déficit de historicidade entre o social e o politicamente necessário e o seu mínimo possível de modo a assegurar o máximo de permanência das estruturas tradicionais. (MARTINS *In* FERNANDES, 2006, p.19)

Já o sociólogo Francisco de Oliveira publicou o ensaio *Crítica à Razão Dualista* em 1972 e também entrou no debate intelectual (entre ISEB, CEPAL e Teoria da Dependência) sobre aquilo que todos estavam discutindo: modelos de desenvolvimento do capitalismo, a industrialização após a Revolução de 1930, e o projeto de modernização que desembocou na ditadura militar. O ensaio analisa o desenvolvimento pós-primeira guerra, a “revolução burguesa” brasileira, o processo de industrialização feito por governos populistas, o Plano de Metas do JK e o significado histórico de 1964.

Logo no início do texto, Oliveira critica a visão economicista e dualista da CEPAL e busca contribuir com a revisão dessa interpretação. Entende que há uma peculiaridade na estrutura social e histórica do Brasil, com a simbiose entre os elementos “moderno” e “atrasado”, em que o primeiro se alimenta do segundo (OLIVEIRA, 1972, p.32). Ainda,

esclarece que o subdesenvolvimento não se trata de uma etapa histórica, mas sim uma formação do capitalismo (OLIVEIRA, 1972, p.33). Assim, nega o conceito de subdesenvolvimento para explicar o Brasil e argumenta que o desenvolvimento do capitalismo aqui é peculiar: paradoxalmente, o capitalismo cresce com relações novas ao arcaico, vale dizer, com a acumulação industrial urbana. No meio da tensão existente entre fontes “novas” e “arcaicas” de acumulação a revolução burguesa ocorre, e é no populismo que terá sua forma política. Para ele, as políticas de JK e o Plano de Metas tinham como objetivo mudar a estrutura do poder, conferindo à classe burguesia-industrial a hegemonia do poder político. Porém, em função de fatores econômicos externos, não era possível excluir totalmente as classes proprietárias rurais da estrutura de poder. Assim, há mudança trabalhista no âmbito urbano, sem tocar nas questões agrárias. Desse modo, os grupos sociais pactuam para preservar modos de acumulação de capital diferentes, mas não antagônicos. Ou seja, ocorre aqui a “junção do arcaico e do novo” para obter fontes internas de acumulação, sem destruir o antigo modo (OLIVEIRA, 1972, p. 64). Chico de Oliveira, como os outros autores, também diferencia a revolução burguesa brasileira das “clássicas”, e a entende como uma especificidade particular do modelo brasileiro: as mudanças não rompem com a estrutura de poder. Por fim, o significado atribuído ao golpe de 1964 não é outro, representaria apenas uma hipérbole do padrão estrutural da combinação, ou indissociação, entre o arcaico e moderno. E, assim, ao invés de uma revolução, trata-se de uma contra-revolução:

O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-1964, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida *na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas*. Sob esse aspecto, o pós-1964 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão. (OLIVEIRA, 1972, p.102)

Em geral, os movimentos supracitados concluíam que as mudanças ocorridas no país se caracterizariam por sempre virem “de cima”, por meio de conciliação promovida pelas elites, em detrimento dos interesses da população, a fim de garantir permanências arcaicas. Como resultado desse processo de reflexão, foram resgatados conceitos não majoritários ou criadas categorias que entraram nesse novo vocabulário político pós-64, como: “modernização conservadora” (REIS, 1976), “revolução burguesa” (FERNANDES, 1975), “capitalismo dependente” (CARDOSO; FALETTTO, 1969) e “revolução passiva” (WERNECK VIANNA, 1997).

Sobre essas novas interpretações conferidas ao processo de modernização brasileiro, Luiz Werneck Vianna descreveu em artigo publicado na obra *Um enigma chamado Brasil*, organizado por Lília Moritz Schwarcz e André Botelho (2009):

Os anos 1970 se fecham com uma literatura inteiramente renovada sobre a síndrome do autoritarismo político no país, como se observa nas obras de Luciano Martins (*Politique et développement économique: structures de pouvoir et système de décision au Brésil*, 1930-1964, 1973), Florestan Fernandes (*A revolução burguesa no Brasil*, 1975), Simon Schwartzman (*São Paulo e o Estado nacional*, 1975), Otávio Velho (*Capitalismo autoritário e campesinato*, 1976), Elisa Reis (*Agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil*, 1880-1930, 1979), José Murilo de Carvalho (*A construção da ordem*, 1980). (...) A esse conjunto, se acrescenta a segunda edição de *Os donos do poder*, dada à luz em 1975, revista e ampliada com dois extensos capítulos sobre o período republicano, em que se confirmam, em algumas passagens com maior refinamento, o marco teórico e a perspectiva analítica da edição anterior. (...) O livro *Os donos do poder* desloca-se, então, da margem da bibliografia e passa a fazer parte do seu mainstream, num momento em que as ciências sociais brasileiras aprofundavam sua institucionalização universitária. (WERNECK VIANNA, 2009 *apud* BOTELHO e SCHWARCZ, p. 370)

No mesmo sentido, o historiador Fernando Perlatto aponta uma nova bibliografia interpretativa a partir dos anos 1970. Em seu artigo intitulado “Interpretando a Modernização Conservadora A Imaginação Sociológica Brasileira em Tempos Difíceis” (2014), Perlatto escreve que:

Entre os trabalhos produzidos por sociólogos que desenvolveram abordagens nesse sentido, vale citar *A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista* (Francisco de Oliveira, 1972), *São Paulo e o Estado Nacional*, de Simon Schwartzman (1975); *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*, de José de Souza Martins (1975); *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (1975); *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna (1976). **Não obstante as diferenças existentes entre essas obras, elas compartilhavam a pretensão de evidenciar o caráter conservador da revolução burguesa brasileira, que teria sido operada mediante o estabelecimento de uma coalizão entre as elites modernas e tradicionais. Dessa forma, ao contrário do que sustentara grande parte da bibliografia produzida no período anterior, ancorada em perspectivas dualistas, a modernização do país não teria implicado no desaparecimento das antigas elites agrárias, representando, pelo contrário, um processo de renovação de sua participação no controle político do país. O moderno, portanto, não vinha a partir da superação do atraso, mas era o próprio atraso que impulsionava a modernização brasileira.** (PERLATTO, 2014, p. 469, grifo meu)

Em resumo, ainda que cada autor acima citado tenha sua peculiaridade, conseguimos resgatar como elementos interpretativos em comum: a contradição na modernização da história brasileira; a presença do passado no presente; a indissociação entre arcaico e moderno; e a

conciliação entre as elites como modo de resolução de conflitos, o que confere a sensação de uma história nacional “sempre por fazer”, “inacabada”, “incompleta” ou, como aqui nos apropriamos: “lenta”.

Essa interpretação nacional tem vigor no pensamento social. Noções semelhantes orientam intérpretes do Brasil contemporâneos como: Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez (2008), Lilia Schwartz (2018 e 2019) e Heloisa Starling (2018). Evidências disso estão nas seguintes citações dos autores mencionados:

No país, o tradicional convive com o cosmopolita; o urbano com o rural; o exótico com o civilizado – e o mais arcaico com o mais moderno coincidem, um persistindo no outro, como uma interrogação. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 19)

Na combinação das duas perspectivas analíticas, de Florestan e Faoro, tem-se a chave para o deciframento dos impasses histórico-sociológicos e jurídico-ideológicos e para compreender-se *as limitações no Brasil do presente como História*, até os dias atuais. Que, de resto, incluem o governo liberal-democratizante de Fernando Henrique Cardoso e o governo neopopulista de Lula da Silva. Em ambos, uma vez mais o fantasma da conciliação das elites se materializou, reforçando o *apartheid* econômico-social e político-cultural em que vive o país até a atualidade. Em suma, ao que se assistiu foram avanços aparentes “modernizantes” seguidos de regressismos perturbadores, que nos trazem aos dias de hoje. (MOTA, 2018, p. 437)

Sobre o fôlego interpretativo desse modo de ver o país, a socióloga Glaucia Villas Bôas parece concordar:

A concepção de um entrelaçamento de condutas tradicionais, cordiais e autoritárias com condutas modernas competitivas e individualizadas não perdeu sua força interpretativa e permanece como pano de fundo dos debates sobre os temas atuais da violência, cidadania, democracia, igualdade de oportunidades, educação. Por detrás deste “entrelaçamento” reinam incontestes as hipóteses de que a ambivalência brasileira se deve ao patriarcalismo, patrimonialismo, mandonismo, clientelismo, coronelismo ou corporativismo, que se misturam às formas de dominação “modernas” nos negócios sociais e políticos do País. (VILLAS BÔAS, 2005, p. 81)

Alguns recorrem à visão lampedusiana para explicar, inclusive, o fenômeno em curso no Brasil de 2019. Num relato emocionado de Ruy Gomes Braga sobre a última conversa que teve com o sociólogo Francisco de Oliveira, Braga menciona tal visão:

— Conversamos sobre o novo projeto do Cenedic e aventamos a possibilidade de gravarmos uma entrevista a respeito da comparação histórica que estamos propondo realizar entre o golpe de 1964 e a situação atual do país. Ele se animou e falou bastante sobre aquilo que viveu nos anos 50 e 60. Conversamos sobre o papel da imprensa e dos intelectuais. No final de minha visita ele disse: “De fato, está tudo tão diferente e, ao mesmo tempo, tudo tão igual”. Eu respondi: “É o Gatopardo do Lampedusa que Gramsci gostava de citar, Chico”. Ele sorriu e disse: “O sardo foi realmente genial”. E nos despedimos

com um abraço. Arrependo-me de não ter lhe respondido: “Genial é você, grande mestre... Genial é você”.
Seguramente, um dos maiores intérpretes que a sociedade brasileira já teve, Chico fará muita falta nesse momento tão sombrio da história do país. No entanto, ele nos deixou com uma bússola mais do que confiável: sua obra. Que saibamos fazer bom uso dela”.⁶

Assim, a longevidade da noção de “história lenta” é claramente verificada no pensamento social. Contudo, esta pesquisa se propõe a investigar a sugestão de tal interpretação no romance brasileiro. Assim, demonstrada a solidez conceitual da noção “história lenta”, podemos retornar, finalmente, à literatura.

Nos próximos capítulos essa dissertação enfrentará os objetos escolhidos para a análise proposta: as obras *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo (no Capítulo 2), e *A mão esquerda*, de Fausto Wolff (no Capítulo 3) — aquela como marco inicial da presença da noção de “história lenta” no romance brasileiro, esta como indicativo da sua continuidade. Agora, vamos a Antares...

⁶ Artigo de Ruy Braga publicado no dia 10/07/2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/artigo-obra-de-chico-de-oliveira-bussola-em-momento-sombrio-do-pais-23797036>. Acesso em: 15/07/2019.

3 *Incidente em Antares* e os anos 70: uma arqueologia do golpe

“E a nossa esperança de jovens não aconteceu, não,
não.”

(*Não leve flores, Belchior*)

Nos anos 70 o Brasil passava por uma ditadura militar que não parecia não ter data para acabar. A expectativa civil da convocação de eleições para por fim ao regime de exceção iniciado em 1964 foi frustrada com o Ato Institucional n.5, decretado em uma sexta-feira 13, em dezembro de 1968. Enquanto isso, em 1971, Érico Veríssimo publicou seu último romance. Com o Congresso fechado, censura prévia (Decreto Lei n.1.077/70) e repressão policial nas ruas, a partir dos anos 1970, os militares não puderam esconder mais o caráter violento e autoritário do regime (GASPARI, 2002; SKIDMORE, 1990; FERREIRA, 2006). A situação política do país poderia ser apenas um mero detalhe para a obra, mas não foi o caso de *Incidente em Antares*. O romance resolveu não só tematizar o presente, como também provocou o governo com a seguinte propaganda, em anúncios e no fac-símile: “*Num país autoritário, este livro seria proibido*” — uma estratégia editorial de mestre⁷.

O autor, tradutor e experiente editor (MINCHILLO, 2015) negou submeter sua obra à censura prévia, que foi um *best seller* imediato. Foram vendidos 15 mil exemplares no lançamento, e mais cinco mil na semana seguinte. No ano da publicação vendeu três edições de tiragens de dez mil exemplares, e nove reimpressões nos primeiros 15 meses (URLAN, 1997, p. 46). Logo no início de 1972, por exemplo, o romance ficou em primeiro na lista de mais vendidos do país (CHAVES, 1972, p. 16). Mas o alcance da obra não ficou só no sucesso de vendagem, a obra teve 15 traduções e uma adaptação para minissérie na Rede Globo, em 1994. Ainda, no levantamento de busca em bibliotecas públicas publicadas na imprensa da época, era uma das obras mais procuradas. Uma pequena amostragem disso está na seguinte matéria publicada no Correio Braziliense em julho de 1973:

Cultura, meus jovens. Lançamento da biblioteca central da UNB – 203 mil volumes e funciona de 8 da manhã à meia noite. É um movimento de fazer gosto. Jovens e velhos buscando cultura no magnífico edifício do campus universitário. Inaugurada a 12 de março, a biblioteca teve, nesse mês, uma frequência de 32.361 pessoas; em abril, o movimento foi de 75.030 pessoas; maio, 88.743; e junho 81.671. (...) O movimento de empréstimos de obras em março foi de 6.555 livros; em abril de 14.433, 11.078; e junho, 18.087. (...) os autores mais procurados são Jorge Amado, com *Seu Tereza Batista casada de*

⁷ Anúncio da obra *Incidente em Antares*. **Jornal do Brasil**, ed. 183, 7 e 8 de novembro de 1971, 1971, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/43734. Acesso em 18 de julho de 2019.

guerra; **Érico Veríssimo com *Incidente em Antares***; Herman Hess, com *O Lobo da Estepe*; e Chico Anísio (sim, senhor Chico Anísio), com *O batizado da vaca*. (grifo meu)⁸

Além disso, a publicação do romance foi objeto de discussão de críticos literários influentes: Hélio Pólvora, Wilson Martins, Antônio Candido, Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), Guilhermino Cesar e Moyses Vellino, para citar apenas alguns exemplos⁹. Com esses resultados, não é difícil inferir que a obra teve grande repercussão no debate público da época. Nesse sentido, é importante acrescentar que Érico Veríssimo não hesitava em expressar seu posicionamento contrário à censura prévia na imprensa. O escritor concedeu muitas entrevistas¹⁰ na época da publicação e também mencionava sobre o conteúdo político da obra e sua relação com os últimos eventos políticos do país. Nesse sentido, vejamos o excerto da entrevista concedida à Revista Política (RJ), em 1972:

Tu foste um dos primeiros escritores brasileiros a emitir opinião clara e categórica a respeito da censura prévia, declarando preferir não mais escrever a submeter tuas obras a tal censura. Diante disso, surgem suas perguntas: a) como reagiu a censura ante o *Incidente em Antares*, haja vista ser ele um livro social e politicamente polêmico? R: A censura que eu saiba, nada fez (contra ou favor) quanto ao Incidente, nem parece que tenha motivos para fazer. Todo romance que trata da nossa época será necessariamente político, não só social e politicamente, como também eticamente, psicologicamente, filosoficamente, e outros “mentes”. Meu último livro até que é bem-comportado. Não ataca o Exército Nacional. Não insulta o Presidente da República. Não incita o povo à contra revolução. Ao contrário mostra até

⁸ ‘Cultura, meus jovens’. **Correio Braziliense (DF)**, ed. 04138, 25 de julho de 1973, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/35572>. Acesso em 21 de julho de 2019.

⁹ MORAES, Santos. *Incidente em Antares*. **Jornal do Commercio (RJ)**, ed. 84, p. 9, 11 de janeiro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/11756>. Acesso em 21 de julho de 2019;

ATHAYDE, Tristão de. A censura prévia. **Jornal do Brasil**, ed. 274, 26 de fevereiro de 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/3103>. Acesso em 20 de julho de 2019.

¹⁰ ‘Somos todos uns mentirosos’. **Correio da Manhã (RJ)**, seção Anexo, ed. 24113, sexta-feira 19 de novembro de 1971, ano 1971, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_08/26244>. Acesso em 18 de julho de 2019;

Erico Veríssimo: “Sou contra a censura” - Entrevista. **Jornal Opinião (RJ)**, Ed. 13. 1973. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/123307/308>>. Acesso em 18 de jul. de 2019;

Verissimo acha censura insulto aos escritores. **Jornal do Brasil**, ed. 270, 21 de fevereiro de 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/279>. Acesso em 20 de julho de 2019;

A censura no mundo. **Jornal do Brasil**, ed. 263, 13 de fevereiro de 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/2205>. Acesso em 20 de julho de 2019.

como a fina flor da sociedade de Antares está feliz com a revolução de 31 de março de 1964, e como a sociedade progrediu, etc, etc.¹¹

De fato, o último capítulo relata que a comunidade de Antares estava próspera e feliz. A ironia da frase, porém, pode ser percebida logo no início da sentença, vejamos: “A julgar pelas aparências, pelo seu progresso material visível a olho nu (...) Antares é hoje em dia uma comunidade próspera e feliz” (VERISSIMO, p. 487, grifo do autor). Com a ressalva, vem o questionamento: como estaria Antares, então, com a ajuda de algum instrumento óptico?

Dentre tantos olhares e leituras possíveis, apostamos aqui que a categoria de “história lenta” pode funcionar como *mais* uma lente examinar o romance de Veríssimo. Como já adiantado no capítulo anterior, esse trabalho propõe analisar o romance à luz de elementos característicos do pensamento social brasileiro, influentes partir dos anos 60 e 70, cuja síntese está na categoria proposta. Com a mesma postura de misturar a literatura com outros gêneros, o historiador Robert Darnton defende:

Nenhuma delas – a história, a literatura, e economia, a sociologia, a bibliografia – é capaz de fazer justiça a todos os aspectos da vida de um livro. Pela sua própria natureza, portanto, a história dos livros deve operar em escala internacional e com método interdisciplinar. Mas não precisa ser privada de coerência conceitual, porque os livros fazem parte de circuitos de comunicação que funcionam segundo modelos homogêneos, por mais complexos que sejam. Exumando esses circuitos, os historiadores podem mostrar que os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem. (DARNTON, 2010, p. 149)

Em Darnton: romance fazendo a história; e aqui: romance interpretando o país. A partir da leitura de intérpretes do Brasil, como *Incidente em Antares* se relaciona com a noção de “história lenta”? Antes de responder, vamos a uma introdução mais detalhada do enredo, para depois mostrar como essa comparação pode funcionar.

A primeira página do romance relata uma escavação feita no município de Antares — uma pequena cidade gaúcha na fronteira entre Brasil e Argentina — em que foram encontrados fósseis e carapaças de animais de eras geológicas passadas. Logo no começo da obra também ficamos sabendo de evidências científicas de que a espécie humana surgiu na região. Assim, o narrador nos convida a olhar para Antares, um povoado até então ignorado pelos cartógrafos, mas que talvez valesse a pena prestar atenção para entender as origens da humanidade, ou quem sabe, do Brasil?

¹¹ Depoimento de Erico Verissimo. **Política (RJ)**, ed. 29. 1972, p. 19. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/126535/691>. Acesso em 25 de julho de 2019.

Não é por acaso que a “História” vem sempre com letras maiúscula no texto narrativo — é mais uma pista indicando que o passado importa para o romance. Ao longo da narrativa, a transição de eras geológicas é usada como metáfora das mudanças políticas e sociais em Antares. Com frequência, a morte dos patriarcas das famílias Vacariano e Campolargo é sincrônica a essas transições, também bem marcada no texto no encadeamento dos capítulos da narrativa. Dessa forma, a passagem de gerações das famílias poderosas é um fator que orienta o ritmo da história do Brasil ficcionalizada no romance.

A frase “*os tempos estão mudando*” é repetida por diferentes personagens por toda a narrativa, muitas vezes como um alerta aos coronéis de Antares, o que parece novamente chamar a atenção dos leitores para as mudanças históricas, ou melhor, para a *resistência* a elas. Provavelmente é por isso que *Incidente em Antares* escolhe contar a história a partir das elites políticas da cidade. O narrador justifica o enfoque “(n)as duas grandes oligarquias que em Antares, durante cerca de setenta anos, disputaram o predomínio político, social e econômico” para melhor compreendermos um incidente ocorrido no dia 13 de dezembro de 1963 (VERÍSSIMO, 2016, p. 38).

Desse modo, a narrativa, ainda que com suspense, anuncia o que busca escavar: as razões de um assustador “incidente”, que provocou angústia coletiva na sociedade antarense. O narrador também faz questão de esclarecer que a história da cidade e dos habitantes será contada de “maneira tão sucinta e imparcial possível” (VERÍSSIMO, 2016, p. 17). Para isso, são juntados dois documentos históricos sobre a Pré-História de Antares — então conhecido como o Povinho da Caveira — quando ainda o povoado pertencia ao município de São Borja. O primeiro registro corresponde a trechos do diário de viagem de um naturalista francês (1830-1831), e o segundo é uma carta de um padre missionário argentino que visitou o povoado para fazer casamentos e batizados. Ambos os documentos mencionam a presença de Francisco Vacariano: trata-se da apresentação do primeiro personagem do romance. Era um senhor de terras, criador de gado, com domínio político do povoado. A descrição física era de um “homem ainda jovem, de compleição robusta, cabelos e barbas castanhos e pele clara. Tem um ar autoritário, costuma falar muito alto, parece habituado a dar ordens e a ser obedecido” (VERÍSSIMO, 2006, p. 18). Ainda sobre o temperamento de Chico Vacariano, o cientista descreve: “ao que diz, o Sr. Vacariano é um homem violento e vingativo” (VERÍSSIMO, 2006, p. 19-20), tendo, inclusive, confessado um assassinato de um fiscal de imposto de terra para intimidar o pesquisador, quando teve desconfiança sobre a motivação de pesquisa apresentada. No mesmo diário, o cientista francês relata que Chico Vacariano compartilhou com ele sobre as origens de suas propriedades. As terras foram herdadas de seu avô que, por sua vez, recebeu

sesmarias da Coroa portuguesa; quanto ao restante, o coronel se apossou com violência dos estancieiros vizinhos. Vacariano também confessa ao estrangeiro sobre a origem ilícita de parte do seu gado. Segundo o coronel, foram roubados por seu pai durante uma guerra entre Brasil e Argentina.

Já na carta escrita pelo padre argentino, são encontradas ainda mais informações sobre as características morais do coronel Vacariano. Nesse registro, Francisco Bacariano — marcado com “b” como a pronúncia espanhola do sobrenome — teve muitos filhos “ilegítimos” com mulheres indígenas, e casou-se por interesse com a filha de um estancieiro rico. “Que Sr. Bacariano não parece ter muito respeito pela nossa região ou por qualquer outra” (VERÍSSIMO, 2016, p. 22), mas ao menos ajudou em sua missão, ressaltava o padre.

Assim, apenas com esses documentos já é possível atestar que a caracterização dos personagens e lugares de Antares, ou seja, muito da construção desse mundo ficcional é realizada com referências da formação do Brasil: os modos costumeiros de aquisição de terras no Brasil — por herança, doação da Coroa portuguesa, ou por violência — são responsáveis por uma estrutura fundiária com latifúndio, monocultura e trabalho escravo. Ainda, uma colonização marcada pela violência dos povos originários, como a violência sexual contra as mulheres indígenas, o desprezo das elites pela educação formal e pelo pensamento científico, considerando que apenas no século XX o Brasil fundou sua primeira Universidade. Ainda, a frase do padre “esse é, porém, um problema que por ora temos que deixar nas mãos misericordiosas de Deus” ao se referir às violências do coronel, o romance sugere uma convivência da Igreja Católica com essa estrutura de poder. Está presente também, nos excertos, uma remissão a Guerra da Cisplatina (1825-1828), o primeiro de muitos conflitos armados do país mencionados na narrativa, que não raro, envolvem diretamente Francisco Vacariano e seus descendentes.

Assim, a voz narrativa principal, feita em terceira pessoa, é intercalada por esses excertos de cartas, diários pessoais, jornais e artigos científicos, os quais fornecem mais vozes à narração principal. Esses registros documentais são marcados em *itálico*, o que infere ao leitor vivacidade e autenticidade aos excertos, mimetizando a transcrição de documentos originais. Outro exemplo desse efeito está na carta do padre argentino em que Vacariano é registrado com a letra inicial “b”, sugerindo a escrita de alguém que fala espanhol. Ainda, um tom historiográfico é marcante no narrador, cujas informações transmitidas ao leitor são constantemente justificadas com fontes válidas ou legítimas de conhecimento. O comentário do narrador no capítulo que segue a juntada de documentos é um exemplo dessa justificação: “*Que*

esse casamento se realizou, é fato fora de dúvida, pois seu registro se encontra nos velhos da matriz de Alegrete” (VERÍSSIMO, 2006, p. 22).

Logo após essa apresentação documental das origens de Antares, o primeiro conflito da narrativa é apresentado ao leitor: após quase dez anos de “autoridade suprema” (VERÍSSIMO, 2016, p. 23) de Chico Vacariano, chega à localidade um novo senhor de terras e criador de gado, Anacleto Campolargo, desafiando seu monopólio de mando. A hostilidade entre os patriarcas foi imediata e se estendeu para uma rivalidade entre as famílias que durou quase sete décadas (VERÍSSIMO, 2016, p.25). A origem da propriedade de Anacleto também é informada explicitamente pela narrativa: havia boatos que descendia de um tropeiro que encontrou muito ouro. Um fenômeno de aquisição de propriedade comum na época da Regência, como descrevem as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling: “Tropeiros transformaram-se em criadores de gado e passaram a demandar sesmaria e posse de terra” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 260). Assim, novamente a narrativa usa de referências da formação fundiária brasileira pra compor o mundo ficcional.

A representação do conflito entre os clãs é marcadamente antagônica, desde o temperamento dos personagens até a vida partidária. Enquanto Chico era “agressivo, opiniático, autoritário, o patriarca do cão, sujeito sem tato, e suas palavras soavam como chicotadas” (VERÍSSIMO, 2016, p. 25), Anacleto tinha “um ar paternal, frequentemente chamava o interlocutor de “meu filho”, se estava diante dum jovem, ou de “meu chefe”, se falava com um ancião”. (VERÍSSIMO, 2016, p. 25). Anacleto fundou o Partido Conservador, e em seguida Chico Vacariano decidiu fundar o Partido Liberal, porém as diferenças não tinham fundamento ideológico, mas sim interesses privados.

Depois de apresentados os dois oligarcas de Antares, os capítulos seguem em progressão temporal linear compatível com a história brasileira, percorrendo de 1830 até 1963. Estruturalmente, essa fase da narrativa compreende ao menos 54 (capítulos 5 ao 59) de um total de 79 capítulos da primeira parte. Os eventos ficcionais descritos no romance tem sincronia temporal com o que acontecia na história nacional, os seguintes episódios históricos mencionados mediam isso, como: Guerra dos Farrapos, Guerra do Paraguai, Abolição da Escravidão, Golpe da Maioridade, Revolução Federalista, Proclamação da República, Revolução de 30, o fim do Estado Novo, suicídio de Vargas, Golpe preventivo para JK assumir, inauguração de Brasília, Renúncia de Jânio Quadros, Campanha da Legalidade de Leonel Brizola e, finalmente, o plebiscito parlamentarista proposto por Jango, tendo como última frase do capítulo, o seguinte trecho: “A experiência parlamentar no Brasil durara escassamente dezesseis meses e fora um fracasso” (VERÍSSIMO, 2016, p. 136).

Como prometeu o narrador, apenas a perspectiva da elite política sobre esses eventos é compartilhada nos diálogos: fundamentalmente, os Vacariano e Campolargo se relacionam com atores da política rio-grandense e nacional, como Pinheiro Machado, Júlio de Castilho, Borges de Medeiros, Luiz Carlos Prestes, Getúlio Vargas... São raras as exceções de outros personagens que ganham nome já na primeira parte, dentre eles estão o diretor do jornal local Lucas Faia, o sindicalista Geminiano Ramos e o chinês industrial Chang Ling. E ainda: a cafetina Venusa, e a jovem Cleo — uma prostituta, amante de Tibério Vacariano (um dos futuros patriarcas de Antares e neto de Chico Vacariano). A narrativa chega até 1963 e, logo após mencionar que a experiência parlamentar de Jango Goulart foi um fracasso, o narrador imparcial entra em cena com uma nova suspensão da ação e pergunta: “Que tipo de cidade era Antares e que espécie de gente a habitava e governava ao tempo em que ocorreu o macabro incidente que em breve se vai narrar?” (VERÍSSIMO, 2016, p. 137). Em busca de respostas, uma nova fonte de informações sobre Antares é oferecida aos leitores: um estudo sociológico realizado na cidade, descrito no trecho abaixo:

Os estudiosos talvez encontrem respostas satisfatórias a essas perguntas na obra intitulada *Anatomia duma cidade gaúcha de fronteira*, da autoria de um grupo de professores e alunos do Centro de Pesquisas Sociais, da Universidade do Rio Grande do Sul, publicada em forma de livro em 1964, mas baseada, toda ela, em dados colhidos entre a segunda semana de fevereiro e meados de março de 1962. (VERÍSSIMO, 2016, p. 137)

A pesquisa envolvia um grupo de onze pessoas, coordenados pelo orientador professor Martim Francisco Terra. O neto do coronel Tibério, Xisto Vacariano Neto, era um dos alunos do grupo de pesquisa, financiada pela Ford Foundation. O relato da pesquisa compreende o período de 1961 a 1965. A narrativa descreve desde as preparações para pesquisa em 1961, a reação controversa com chegada dos pesquisadores em 1962, até a repercussão da publicação para a sociedade antarense e para o novo regime iniciado em 1964. Por fim, em maio de 65, Martim Francisco e Xisto se encontram na universidade e debatem sobre o presente: o último decreto do governo (AI-1) e o autoritarismo do novo regime; as diferenças entre humanismo e tecnocracia e as perspectivas sobre o futuro — enquanto o jovem Xisto se mantinha cético sobre a repressão e otimista dos benefícios da tecnocracia, o professor Martim mostrava-se pessimista e preocupado, portanto, decide não arriscar e emigrar com sua família.

Em resumo, a primeira parte compreende o relato historiográfico da fundação da cidade até 1963 e o relato sobre a pesquisa sociológica em Antares. Nas últimas páginas da primeira parte, o narrador “controlador” faz mais uma pausa na ação para explicar a inserção de trechos do *Jornal de Antares* — o diário pessoal do pesquisador Martim Francisco da Terra — e a

justificava continua a mesma: trazer informações interessantes sobre pessoas envolvidas no “incidente” de 13 de dezembro de 1963. De fato, novos personagens aparecem, bem como instituições sociais de Antares. Alguns exemplos significativos: o pesquisador Martim Francisco da Terra; o pe. “vermelho” Pedro Paulo; Mendes, secretário da prefeitura; o pseudo intelectual, diretor do Ginásio Nacional, prof. Libindo Olivares; médicos Dr. Erwin Falkenburg e Dr. Lázaro Bertioga; o pianista reprimido Menandro Olinda; o velho fotógrafo tcheco Yaroslav; o juiz de direito Quintiliano; e o teuto-brasileiro Egon Sturm, ex-campeão de tiro nostálgico do nazismo. O prefeito, ainda que já mencionado, é nominado pela primeira vez: maj. Vivaldino Brazão. Também são mencionadas instituições como Associação Comercial de Antares, Rotary Club, Lions, Centro de Tradição Gaúcha, Legionários da Cruz e Ford Foundation. A menção da última é representativa da perseguição política ocorrida nas universidades pelo regime militar. A fundação abriu o escritório no Rio de Janeiro em 1962 e apoiou muito da pesquisa sociológica realizada no Brasil na ditadura militar, tendo financiado em 1969, por exemplo, 70% do orçamento do Cebrap, instituição que abrigou pesquisadores que haviam sido expulsos no ano anterior da Universidade de São Paulo (USP). Inclusive pesquisadores da ensaística mencionada por essa pesquisa, como Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, por exemplo (BROOKE; WITOSHYNSKI, 2002).

Chegado o fim da parte inicial, não há mais dúvidas, é possível identificar que a construção dos personagens na narrativa é desenvolvida a partir de arquétipos sociais (i.e: familiares, padres, prostitutas, estudantes, professores, grevistas, advogados, juizes, chefes políticos) e da ficcionalização de figuras públicas e instituições sociais presentes na realidade brasileira. A remissão de entidades conservadoras que apoiaram o Golpe Militar também estava presente no romance. Além disso, nas representações recorre-se a estigmas do ambiente histórico pré-64, altamente polarizado. Como exemplos desses estigmas, temos: o padre humanista, visto como “padre vermelho”; os pesquisadores de ciências humanas, vistos como “esquerdistas”. Outros clichês são utilizados, como o advogado “chicanista” e instituições elitistas típicas em cidades do interior, como Rotary e Lions.

Ainda, as relações interpessoais desse mundo ficcional se desenvolvem em um contexto social-político, com vínculos gerados pela política e poder, influência e dominação: seja para alcançar vantagens econômicas, status, ou sexo. Assim, a verossimilhança das representações na construção de personagens, diálogos, e lugares, mas também nos valores sociais e políticos, provocam um apelo retórico contínuo no romance.

Já na segunda parte chegamos ao relato do tão anunciado “incidente”. A extensão temporal da narrativa nessa fase é concentrada. Enquanto a primeira parte segue uma trajetória

de 130 anos, a segunda compreende dezembro de 1963 até 1970. Apesar disso, a segunda fase ocupa a maior parte do romance: o “Incidente” ocupa 289 páginas da narrativa, em detrimento de 180 da primeira. A diferença de distribuição do tempo narrativo nas páginas sugere a relevância do “Incidente” para o romance. Como já alertado pelo narrador, a primeira parte corresponde a um pano de fundo para entender a segunda. Ou seja, o passado é investigado para compreender o “tão macabro” presente.

O relato começa no dia 11 de dezembro de 1963, quando os trabalhadores industriais, com o apoio de outros setores sociais, deflagram uma greve geral em Antares, que perturbou a cidade, incluindo, é claro, o coronel Tibério Vacariano. As sugestões de solução, por vezes autoritária, por outras de conciliação, não seguiram adiante. Ninguém queria ceder. Os representantes das multinacionais se eximiam da responsabilidade de um acordo por serem apenas prepostos das orientações da sede no exterior; já os sindicalistas justificavam a rigidez da pauta pelos efeitos da crise econômica e da inflação sobre os trabalhadores — que conscientes de sua força de articulação, também disseram não. Sem solução à vista, veio a radicalização: os grevistas barraram o acesso ao cemitério municipal e impediram que os mortos fossem sepultados e os coveiros também aderiram a greve. Até resolver o impasse, o esquife da matriarca da cidade, Dona Quitéria Campolargo, e de outros mortos, passaram a noite insepultos. Na madrugada do dia 13 de dezembro de 1963, Antares presenciou o evento macabro que a narrador busca tanto compreender: os mortos levantam de seus caixões — não ressuscitam, apenas despertam. Ao perceberem que não tinham sido enterrados, decidiram protestar aos vivos o direito de sepultamento. Pela manhã invadiram a cidade, assombrando a população. Eram sete: Dona Quitéria, esposa de Zózimo Campolargo; uma prostituta idosa, Erothildes; o advogado chicanista, Cícero Branco; o bêbado, apelidado de “Pudim da Cachaça”, o pianista Menandro, o sapateiro Barcelona; e o estudante João Paz. O advogado Dr. Cícero Branco foi escolhido como porta voz dos mortos. Após a cúpula descumprir o prazo estipulado por eles, os mortos foram até ao coreto central da cidade e montaram uma espécie de “auto”, ou julgamento, para denunciar as hipocrisias, crimes e imoralidades da sociedade antarense. Os principais acusados eram autoridades — mas não só — e as denúncias de traições, favorecimento em licitações em troca de vantagens, lesão do fisco, contrabando, contas na Suíça e laudos médicos falsos eram trazidas à praça pública com toda a sociedade antarense como expectadora do ato em que os mortos testemunham. Após o juízo histórico do Brasil desenvolvido na primeira parte da obra, na segunda predominam as críticas à hipocrisia da nossa vida social. Dentre tantas acusações, a “testemunha mais importante” (VERÍSSIMO, 2016, p.373), segundo o advogado Cícero, foi o estudante João Paz, assassinado pela polícia de Antares. Aqui foram

detalhadas práticas cruéis de tortura responsáveis pela morte do estudante — numa remissão clara aos mecanismos utilizados pelo Exército brasileiro no regime militar. Depois de tantas máscaras caídas, como a sociedade antarense lidou com isso?

No dia seguinte “uma certa atmosfera de fim de mundo” dominava a cidade (VERÍSSIMO, 2016, p. 462). Vejamos o seguinte trecho:

Cedo, na manhã daquele sábado – verdadeira aleluia para os antarenses –, um vento forte começou a soprar em Antares, de leste para o oeste, varrendo na direção da Argentina e de outras repúblicas vizinhas os miasmas e o mau cheiro deixado pelos mortos na praça da República e arredores. (VERÍSSIMO, 2016, p. 453)

Comparemos com notícia do dia seguinte da publicação do AI-5, na capa do Jornal do Brasil:

O noticiário informava que “ontem foi o dia dos cegos” e a previsão meteorológica, no canto superior esquerdo da primeira página, dizia: “Tempo negro. Temperatura sufocante, o ar está irrespirável, o país está sendo varrido por fortes ventos”. Toda a edição do jornal refletia um clima de regresso, de absurdo. (GASPARI, 2002)

Assim, fica claro que coincidência entre a data do “incidente” e da publicação do decreto do AI-5, ambos numa azarada sexta-feira 13 de dezembro, não eram um acaso na narrativa. Diante do mal estar coletivo, a cúpula social e política de Antares arquitetou um plano para evitar repercussão internacional do “incidente” e apagar da memória coletiva, chamado “Operação Borracha”. Mudaram a versão dos fatos — com ajuda do diretor do jornal local — informaram aos jornalistas estrangeiros que era apenas um boato, para chamar atenção. Por fim, fizeram uma festa no Clube Comercial, fingindo que nada tinha acontecido, enquanto a Democracia era brindada, lá fora estudantes protestavam e foram reprimidos pela violência policial.

A reação da elite política de Antares pode ser comparada com a realidade pós-golpe, em que “Milagre econômico” mascarava o autoritarismo e vendia a ideia de um novo Brasil: sem socialismo e corrupção. Isso é relatado, especialmente, nos dois últimos capítulos, numa elipse de sete anos, que salta à 1970 e à euforia do “milagre econômico”, a cidade estava próspera e tinha esquecido o macabro evento, ou então “sabia fingir muito bem” — comentou o narrador (VERÍSSIMO, 2016, p. 488). Nas páginas finais são descritas a ordem e a pacificação geral causada pela revolução vitoriosa — com a perseguição ao sindicalista Geminiano Ramos, o fechamento dos bares “comunistas”, a promoção do delegado torturador, a exoneração e exílio do professor Martim para o Chile. O novo regime saíra vitorioso, até que a última página fala da morte de um estudante pela polícia, no exato momento em que ele escrevia num muro a

palavra “liberdade”. Um sopro de esperança é depositado na vaga possibilidade de uma insurgência bem-sucedida num futuro adiado: decerto era uma esperança mínima, mas talvez o máximo de esperança possível no presente histórico. Como disse o professor Martim, em sua despedida: “— Acho que no Brasil devemos ser pessimistas a prazo curto e otimistas a prazo longo. Até mais ver, Pedro-Paulo! Até março, Xisto!” (VERÍSSIMO, 2016, p. 479).

Assim, o narrador percorrera toda a história do país buscando no passado explicações para o presente, numa espécie de arqueologia do golpe de 64 — tal como Raymundo Faoro viajara à ascensão da Casa de Avis, em 1385, para entender o Brasil contemporâneo. Em suma, para dar familiaridade ao Brasil ficcionalizado, a narração recorria a informações amplamente compartilhadas sobre o país — estereótipos, interpretações tradicionais, ideologias, crenças —, que aparecem mesmo em meio a eventos fantásticos e sobrenaturais.

Apresentado o enredo, voltamos à pergunta do capítulo: nessas tantas remissões ao Brasil, como a noção de “história lenta” pode ajudar a enxergar melhor Antares? Em poucas palavras, ao entender que a literatura também participa da disseminação de interpretações sobre o Brasil, dentro de certo recorte temporal, a comparação entre o romance e a ensaística brasileira pode ser fértil, indicando preocupações e soluções comuns em um e outro gênero. Para fazer essa análise comparativa é preciso rememorar a natureza metodológica do termo como um tipo ideal weberiano, vale dizer, “história lenta” representa uma síntese aglutinadora de características do pensamento social a partir da década de 60 e 70. As características selecionadas serão divididas aqui em subtítulos, como quadros que compõe o painel interpretativo chamado de “história lenta”. Vamos à montagem...

Patrimonialismo e corrupção

No mundo ficcional de Antares a ação dos personagens é guiada por jogos de poder, exercido por pessoas influentes no campo político ou pela dominação das classes subordinadas ao mando político — sem contar, a subordinação das mulheres em um mundo controlado pela “virilidade gaúcha”. A atividade política, porém, é personalista e patriarcal. Ao longo da narrativa é comum ver os coronéis Vacariano e Campolargo recorrerem a amigos “importantes” para solucionar seus problemas pessoais. Assim, as fronteiras sociais entre o público e o privado desse mundo não são bem definidas.

Desse modo, entende-se que a categoria “patrimonialismo” pode iluminar a interpretação do romance. Originalmente, o termo diz respeito a um tipo ideal de dominação tradicional elaborada por Max Weber. Contudo, a apropriação da tipologia weberiana tem tradição na ensaística brasileira. E o conceito de patrimonialismo apareceu em importantes

ensaios, presente, por exemplo, no clássico “As Raízes do Brasil” ainda em 1936 (HOLANDA, 2006). Mas, foi na interpretação de Raymundo Faoro que ganhou centralidade. Como já desenvolvido no capítulo anterior, o advogado gaúcho defendeu a existência de uma experiência peculiar na tradição portuguesa e brasileira de organização do poder, presa e centralizada num Estado de estamento burocrático que dirige a história brasileira. A burocracia aqui não está relacionada ao sentido moderno, que atribui um valor racional-legal ao Estado, mas corresponde a uma organização político administrativa em que os cargos públicos são apropriados por uma camada social chamada estamento, qualificada para o exercício do poder, mas guiada por interesses privados (sejam familiares ou econômicos), buscando privilégios materiais e sociais a partir do Estado. Famílias tradicionais oligárquicas que gravitam em torno do poder estatal são exemplos dessa comunidade estamental. É também por isso, que não raro, o estamento representa o conservadorismo — é preciso manter suas bases de poder. Dessa maneira, a soberania popular não tem lugar, e as decisões políticas são conduzidas de cima, deixando a sociedade “amordaçada” (FAORO, 2001, p. 63). Essa ausência de distinção entre a coisa pública e o domínio privado explicava características e condutas persistentes na cultura política brasileira como: clientelismo, coronelismo e nepotismo, por exemplo. Com a nova edição de *Os donos do poder* em 1975, a denúncia de Faoro é ouvida pelo pensamento social e ganha reverberação na ensaística a partir de então. Finalmente o golpe de 64 encontrava uma explicação e, no diagnóstico feito, era mais uma expressão do Estado patrimonial.

Em Antares, o patrimonialismo nos ajuda a observar como as relações sociais e de poder são construídas na narrativa desde as origens da cidade. Em 1878, a amizade de Anacleto Campolargo com “figurões do governo da província” (VERÍSSIMO, 2016, p. 27) foi responsável pela lei que concedeu autonomia política à cidade. Na próxima geração dos clãs a prática patrimonial se repetiria quando Xisto Vacariano recorreu à amizade do senador Pinheiro Machado para voltar do exílio na Argentina. Em um encadeamento de favores entre os poderosos, o prestigioso senador aciona Júlio de Castilhos - o presidente do estado do Rio Grande do Sul – que usa sua influência para intimidar Benjamin Campolargo a conceder ao rival o direito de retorno à Antares (VERÍSSIMO, 2016, p. 35).

Xisto valia-se agora dessa amizade para tentar resolver a sua situação e a de toda a sua família. Pinheiro Machado escutou-o com atenção e prometeu “amansar” os Campolargos, pelos quais — confessou — não morria de amores, apesar de eles serem seus correligionários. Mandou uma carta a Júlio de Castilhos — então presidente do estado — explicando-lhe a situação e pedindo a sua intercessão no assunto. Castilhos escreveu a Benjamim Campolargo recomendando-lhe que fizesse vista grossa ao reaparecimento dos seus inimigos Vacarianos em Antares. Benjamim levou alguns dias para “digerir” essa carta. Respondeu, porém, a ela declarando que faria como seu

“prezado chefe e amigo” pedia. Tinha antes escrito ordenava mas passou a carta a limpo para trocar o verbo. Assim os Vacarianos foram voltando pouco a pouco para Antares, com todos os membros de suas famílias. (VERÍSSIMO, 2016, p. 35)

Vejamos: a relação hierárquica entre Benjamim Campolargo e o presidente da província, Júlio de Castilhos, designado como “amigo e chefe” pelo coronel, só faz sentido à luz da compreensão da cultura política brasileira, e é canalizada com o conceito de patrimonialismo (VERÍSSIMO, 2016, p. 35). Assim, a amizade e a troca de favores em Antares fazem parte de um jogo de poder. As relações pessoais no romance raramente são desinteressadas — ao menos quando se trata dos clãs Vacariano e Campolargo, que não hesitam em utilizar sua ingerência pública para preservar a estrutura de mando sobre Antares. Desse modo, a narrativa explora a persistência das relações de dependência e favores entre proprietários rurais com poder local e políticos no Brasil, desde o Império, adaptada com a centralização do poder na República, repactuada na aliança liberal da Revolução de 30, e que na década de 60 encontra um novo obstáculo — que teve como saída o golpe civil militar de 64.

No romance, a primeira crise dos coronéis aparece na década de 20, quando a anunciação da modernidade assusta os “donos do poder” de Antares. Porém, a articulação da Aliança Liberal de Getúlio Vargas chega como uma possibilidade de sobrevivência aos coronéis, que “ao findar a década de 20 os dois senhores de Antares pareciam-se (...) dois representantes de espécies animais em extinção” (VERÍSSIMO, 2016, p. 26). Na narrativa, Getúlio Vargas visita os coronéis Vacariano e Campolargo e propõe um tratado de paz ao conflito dos clãs, em prol de unidade nacional. Nesse encontro, Getúlio sempre se dirige aos coronéis com o vocativo “amigo” ou “amigos”. Fechado o acordo os dois patriarcas, Benjamin e Xisto morrem, e começa uma nova era geológica em Antares. Porém, após Getúlio chegar à presidência estava implícita a dívida de favores com descendentes dos clãs — que Tibério Vacariano não cansou de cobrar. Com a centralização do poder na capital federal, Tibério teria o Rio de Janeiro como uma nova casa; uma ponte precisava ser construída para as negociatas chegarem em Antares, como mostra o seguinte trecho:

Tibério Vacariano fez sua primeira visita ao Rio de Janeiro. Teve um rápido colóquio com o presidente, que o recebeu com afabilidade, no Palácio do Catete, declarando-lhe: “O senhor, coronel, é o meu homem de confiança em Antares”. Tibério aproveitou a oportunidade para conseguir com o chefe da nação bons empregos em repartições públicas federais para alguns de seus parentes e amigos. Fez esses pedidos como quem quer dar a entender que ele, Vacariano, não queria nada para si mesmo, pois “Deus me livre, presidente, de abusar duma amizade...”. (VERÍSSIMO, 2016, p. 56-57)

Assim, Tibério transfere o seu balcão de negócios para o Rio de Janeiro e passa a traficar influência sob o beneplácito do presidente (Antares era vizinha a São Borja, terra de Getúlio). O novo QG de Tibério era um apartamento na famosa Avenida Atlântica no Rio de Janeiro, comprado com empréstimos no Banco do Brasil “graças a um cartão com umas palavrinhas do Homem” (VERÍSSIMO, 2016, 59). A partir de então, Tibério “habituara-se a viver à sombra do Banco do Brasil, do qual conseguia empréstimos para amigos e sócios, e para si mesmo” (VERÍSSIMO, 2016, p. 61). Essa prática descrita na narrativa faz remissão a um escândalo de corrupção famoso na época de Vargas. Quando o jornalista Carlos Lacerda, porta da voz da oposição (UDN), acusou¹² o governo de Vargas por conceder créditos do Banco do Brasil a um jornal governista, chamado *Última Hora*. O escândalo deu origem à instauração de uma CPI para investigar a concessão indevida de créditos do Banco estatal para empresas jornalísticas. Foi no contexto dos escândalos de corrupção do segundo governo de GV que a ainda usada expressão “mar de lama” foi criada (SCHWARCZ, 2019, Versão Kindle).

Passados anos de “aventuras estado novistas” e de prosperidade ensolarada na vida do coronel Tibério, uma nova crise política chegava e colocava em risco seu poder: com o fim da Segunda Guerra, a ditadura do Estado Novo tornava-se obsoleta e a sociedade clamava por democracia. Com risco de ter sua base de poder perdida, Tibério Vacariano fica apreensivo “já pensando na sua retirada, caso houvesse uma radical mudança de ventos políticos” (VERÍSSIMO, 2016, p. 63). Assim, o caráter patrimonial da relação de Tibério com Getúlio fica escancarado e é motivo de zombaria no seguinte diálogo entre Tibério e Zózimo Campolargo, quando na narrativa Tibé nega visitar Getúlio em São Borja:

Pois é. Me fizeram presidente do diretório da UDN. Coisas da Quita, que continua uma grande politqueira... E, por falar em política, já foste visitar o doutor Getúlio? — Não. Por que perguntas? — Ele não era teu amigo? — Era e é. Mas eu separo o homem do político. São duas coisas diferentes. — Desde quando? — sorriu Zózimo. — Desde que ele caiu? (VERÍSSIMO, 2016, Capítulo 83 – Versão Kindle)

Ou seja, apenas quando o convém, Tibério separa amizade de política. Porém, como a história nos informa, Tibério errou na estratégia e Getúlio renasceria na política brasileira, eleito pelo povo, numa onda democrática da República. O clamor da opinião pública por democracia aparece também na narrativa com a menção de um Congresso de Escritores Brasileiros, União

¹² Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/CPIUltimaHora>. Acesso em mar. 2021.

Brasileira de Estudantes e o comício popular em Recife que vitimou um estudante e operário¹³ (VERÍSSIMO, 2016, p. 64) — remissões claras a eventos da história brasileira.

Com o quererismo e a volta de Getúlio pelo voto, Tibério tenta uma reconciliação com o “Homem”, mas sai do Rio frustrado. Ressentido, “com um certo orgulho de campeiro” (VERÍSSIMO, 2016, p. 75), o que sobrava era se unir a crítica fervorosa da oposição e criticar as fraudes e corrupções do governo:

— Em matéria de dinheiro o Getúlio é um homem honesto. Mas finge que não vê certas safadezas que se fazem a seu redor. A sua técnica é de corromper para governar. E nunca se roubou tanto, nunca se fez tanta negociata à sombra do Getúlio e em nome dele como neste seu atual quadriênio. Parece que no Catete todo mundo está dançando uma espécie de golpe final. (VERÍSSIMO, 2016, p. 87)

Porém, mesmo fora da arena política nacional, em 1951, Tibério volta a usar o aparato estatal municipal para conseguir negócios pessoais. Na década de 50 os tempos são outros, e acordo agora é com um empresário chinês. O coronel leva Mr. Chang Ling jantar em um bom restaurante para barganhar a instalação da sede de uma fábrica de óleos comestíveis de soja e amendoim em Antares. Com um primo-irmão prefeito, o coronel oferece um terreno e isenção tributária municipal por cinco anos — já que tinha os vereadores nas mãos. Novamente, na troca estavam implícitas algumas benesses pessoais, entre elas: o fornecimento da sua safra de soja e de algumas ações na companhia (VERÍSSIMO, 2016, p. 76).

Na eleição de 1955, Tibério “virou a casaca” e acompanhou a facção dissidente de seu partido e apoiando candidato da UDN, Juarez Távora. “— Com os trabalhistas de novo no poder, estamos fritos” dizia com hipocrisia, o velho Vacariano. As suspeitas de corrupção e gastos excessivos com Brasília no Governo JK (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 429) também estão na boca do coronel, que bradava:

— Com esses negócios e empreendimentos do arco-da-velha o Juscelino está dando a seus amigos, afilhados e sócios a oportunidade de enriquecer ilicitamente (VERÍSSIMO, 2016, p. 111)

— Essa “inauguração” foi fraudulenta como quase tudo quanto o Juscelino tem feito (VERÍSSIMO, 2016, p. 114)

Com a inauguração de Brasília e o fim do Governo JK em 60, morre o coronel Zózimo Campolargo — indicando com simbologia uma possível mudança em curso. É certo que a eleição de Jânio Quadros e a presença, na narração, das noções de “subdesenvolvimento”, “Terceiro Mundo” e dependência (cultural e econômica) confirmavam uma nova atmosfera

¹³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-80-anos-uniao-nacional-dos-estudantes-faz-historia-no-pais>. Acesso em mar. 2021.

histórica. Por outro lado a instalação de multinacionais em Antares, que também sinalizava novos tempos, indicava, na mesma medida, a persistência do passado: Jefferson Monroe III, Jean-François Duplessis e Chang Ling, respectivamente os diretores do Frigorífico Pan-Americano, da Cia. Franco-Brasileira de Lãs e da Cia. de Óleos Comestíveis Sol do Pampa, tinham fácil acesso ao prefeito Vivaldino Brazão e outros líderes políticos locais, que eles beneficiavam diretamente e dos quais eles obtinham benefícios pessoais. Logo em seguida, um ano depois, Jânio renuncia e um novo impasse chegava, mas o velho coronel Tibério não se entregava à morte, muito menos as mudanças (ele tinha horror a elas, já dizia Dona Quita no romance):

— Enquanto eu estiver vivo, hei de espernear, gritar, queimar até o último cartucho defendendo o que me pertence, o que herdei de meu pai (tanto terras e títulos e gado, como tradições, o que meu pai herdou de seu pai, de seu bisavô, trisavô, etcetera, etcetera. Ninguém põe a mão no que é meu sem a minha licença. Não aceito essas ideias modernas de socialismo, comunismo e sei lá o que mais. (VERÍSSIMO, 2016, p. 116)

Assim, a longa duração e a renovação do poder de tantas gerações de Vacarianos são explicadas por Raymundo Faoro na forma resiliente de organização do poder patrimonialista e sua capacidade de coexistência com processos de modernização de valores liberais. Nesse sentido, Faoro explica que o patrimonialismo:

(...) se amolda às transições, às mudanças, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, controle de crédito, consumo, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia. (FAORO, 1975, p 737)

Ainda que com adaptações na prática, a permanência secular de caráter patrimonial do Estado ao longo de todas essas gerações causa sensação de imobilismo na história. Patrimonialista, Antares era o Brasil lampedusiano, em que as coisas mudavam continuando iguais, ou nas palavras de Tibé: “— Este mundo velho dá cada volta!” (VERÍSSIMO, 2016, p. 88).

Violência e Autoritarismo

A violência e o autoritarismo também são fenômenos identificados na formação política do país pela ensaística selecionada e estão presentes nas representações de Antares. Logo no início da narrativa, a rivalidade entre os clãs Vacariano e Campolargo era fomentada com muita violência: uma sucessão de assassinatos cruéis são permitidos em nome da vingança e honra familiar. O sociólogo José de Souza Martins descreve no ensaio *O poder do atraso* (1994) que

episódios violentos como os de Antares — envolvendo vingança entre oligarquias políticas — eram costumeiros na história brasileira:

Em muitas regiões do Brasil essa contabilidade de débitos e créditos de honra ainda tem um peso muito maior do que se crê. Tais débitos e créditos envolvem não só o favor recebido ou favor concedido, mas também a ofensa recebida ou cometida. Trágicas histórias de vingança atravessam gerações no âmbito de famílias extensas. Mesmo entre os pobres do sertão, ainda hoje o assassinato de um pai de família atira sobre os ombros do filho mais velho o débito de vingança, e por sua vez, engendra verdadeiros encadeamentos de assassinatos sucessivos de crianças e jovens para atalhar a vingança decorrente. Até praticamente a Revolução de 1930, não era raro que os conflitos mortais entre facções das oligarquias culminassem em verdadeiras ações de cerco e aniquilamento de povoados e pequenas cidades que constituíam redutos de uma das facções envolvidas. (MARTINS, 1994, p. 36)

Porém, a violência não é representada em Antares como expressão apenas do mundo rural e como recurso dos coronéis, esse dualismo não funciona aqui. Um exemplo disso é o uso da polícia armada contra greves e reivindicações populares. Do mundo autoritário e violento reconhecido no campo é renovado também em formas modernas como o populismo de Vargas e o Estado Novo. Nesse sentido, novamente Raymundo Faoro explica:

O populismo, fenômeno político não especificamente brasileiro, funda-se no momento em que as populações rurais se deslocam para as cidades, educadas nos quadros autoritários do campo. O coronel cede a lugar aos agentes semioficiais, os pelegos, com o chefe do governo colocado no papel de protetor e pai, sempre autoritariamente, distribui favores simbólicos e castigos reais. (FAORO, 2001, p. 793)

Ainda, as heranças violentas de uma sociedade escravocrata — comumente apontada pelo pensamento social — aparecem no romance com a preservação de hierarquias de mando, no racismo, na naturalização de castigos físicos e na aversão das elites em aceitar os direitos trabalhistas. Como exemplo específico dessas representações na narrativa, temos: a forma sexualizada que o coronel Vacariano trata as trabalhadoras negras; a proibição do pesquisador negro a entrar no jantar da Associação Comercial de Antares em 1962; e, ainda, na repressão a greves trabalhistas. A relação dessas práticas com a herança escravocrata pode ser inferida no trecho que mostra a reação do coronel Antão Vacariano à Abolição da Escravatura. Ele define a assinatura do decreto pela Princesa Isabel como um “ato de loucura” que precipitaria o Império. Mas é no seguinte comentário do narrador: “foi com relutância que, pelo menos *formalmente*, liberou seus escravos” (VERÍSSIMO, 2016, p. 28, grifo do autor), que o romance sugeria que apesar do decreto assinado pela princesa Isabel, práticas análogas à escravidão permaneceriam.

No ensaio de Raymundo Faoro o autoritarismo e a violência existem como um elemento constitutivo à nossa formação e, por isso, recorrentemente usado como recurso de manutenção das estruturas de poder. Nesse sentido, a narrativa de Veríssimo parece rir dessa nossa condição. Os oligarcas, não raras vezes, desmerecem os limites impostos pelo Estado de Direito. E referem-se ao sistema democrático de modo pejorativo como “cafajestocracia”, ou “merdocracia”. Nesse trecho do romance a violência e a opção por saídas autoritárias são interligadas:

Tibério estava perturbado. “Agora temos de engolir o Jango Goulart como presidente”, pensava. “É o fim da picada! É o fim da picada!” E repetindo essa frase ele atravessou a praça em diagonal e entrou na sede do diretório do PSD, onde só encontrou caras alarmadas e interrogativas. Um de seus correligionários disse: “Segundo a Constituição o Jango tem de assumir”. “A Constituição que vá pro diabo! Não podemos deixar o herdeiro do Getúlio tomar de novo o poder!” Alguém falou em “legalidade” e Tibério, apalpando o revólver na cintura, disse por entre dentes: “A legalidade está aqui”. (VERÍSSIMO, 2016, p. 127)

Ao mesmo tempo, a frase “estamos em uma democracia” é muito repetida no romance. Nesse sentido, o romance sugere que a legalidade e a democracia são valores instrumentais para a manutenção do poder:

— Mas precisamos ser coerentes, Tibé. Quando nos convém, invocamos a Constituição. Quando não convém, estamos prontos a rasgá-la. Tibério ficou a olhar por alguns instantes para a cara do companheiro e depois, sem descerrar os dentes que apertavam o cigarro, resmungou: — Pois eu, meu velho, já vou começar a reunir gente. Acho que dessa enrascada só saímos à bala. A guerra civil é inevitável! (VERÍSSIMO, 2016, p. 134)

Nesse sentido, Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* explica como a dominação estamental provoca a cooptação da sociedade, e torna a democracia apenas um instrumento dos interesses da classe dominante:

Essa situação fomentou um desequilíbrio persistente entre o comportamento político das elites no poder e os requisitos jurídico-políticos da ordem legal, instituída sob o modelo ideal de um Estado Nacional. A democracia não era condição geral da sociedade. Porém, necessidade e recurso de equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental. (FERNANDES, 2006, p. 63-64)

Assim, *Incidente em Antares* como no pensamento social brasileiro sugerem uma tendência brasileira a saídas autoritárias. O romance se assemelhava à ensaística quando “corrige” a historiografia oficial usando a palavra “golpe” para muitas “revoluções” brasileiras. Como exemplos na narrativa temos: o “golpe da Maioridade” pondo fim ao Período Regencial; a Revolução de 30 como “golpe genial do baixinho”; a intervenção militar de 45 como “golpe

de Estado”, liderado por Gois Monteiro; “golpismo” antes da posse JK; “golpe preventivo” de General Lott; e ainda, “golpismo” na Campanha da Legalidade de Brizola. Já sobre 64, ainda que o narrador denomine como revolução vitoriosa, é feito com ironia, pois o caráter ditatorial do evento era escancarado na voz dos personagens: “— O velho Tibério (ele próprio me confessou isso claramente) é a favor duma ditadura militar como último recurso para salvar o que ele chama de ‘democracia brasileira’ (VERÍSSIMO, 2016, p. 195)” — contava o Padre Pedro Paulo ao Martim Francisco. O risco de um golpe também era anunciado pelo o professor universitário antes de emigrar para o Chile: “Antes de cinco ou seis meses, se tanto, teremos um golpe de direita ou de esquerda, com a participação do Exército. Vença o lado que vencer, haverá sempre uma grande vítima: as liberdades civis” (VERÍSSIMO, 2016, p. 479).

Como sabemos, o recurso de Tibério foi usado, e a profecia de Martim foi cumprida, reservando mais uma “revolução encapuzada” (como dizia Florestan Fernandes) para a nossa história. Em Antares, o autoritarismo e a violência — como freios na história — conviviam com brindes à aparente ordem constitucional democrática.

Militarismo: de carta na manga das elites para tutores da República

Como mencionado no tópico anterior, as reiteradas soluções autoritárias no Brasil, não raro, tiveram a participação das Forças Armadas. Assim, as mudanças sociais em diferentes episódios da história nacional estiveram ancoradas na estrutura militar, como exemplos, temos: a proclamação da República; revolução de 30; fim do Estado Novo; golpe e o contra golpe em (des)favor de Juscelino Kubitschek; e, finalmente, o golpe militar de 64. A partir da década de 60, o papel das Forças Armadas na República começou a inquietar o pensamento social por uma novidade: a intervenção militar não seguiu o script de 37, 45, 55 e 61 em que os militares devolveram o poder aos civis — dessa vez eles permaneceram por 20 anos. *Incidente em Antares* lançou esse presságio no diálogo entre o professor Martim Francisco Terra e o Pe. Pedro Paulo, que além de fazer remissão a particularidade histórica de 64, prenunciou o risco de uma ditadura de longa duração:

— Pois o delegado de Antares, Inocêncio Pigarço, que é um homem cruel um torturador de prisioneiros políticos, costuma dizer que o Jango e o Brizola estão cutucando o dragão com vara curta.

— Acho que o delegado tem razão. Se esse dragão despertar e revolver entrar em ação...bom, muita coisa vai acontecer. Nossos políticos profissionais, gente pela qual não tenho a menor simpatia, costumam apelar periodicamente ao Exército a fim de tomarem o poder. Os militares os ajudam e depois se encolhem. É possível que desta vez o dragão resolva ficar no poder e devorar não só as esquerdas como os próprios políticos profissionais do centro. As

carnes destes na minha opinião estão podres... mas o dragão deve ter um estômago de aço... (VERÍSSIMO, 2016, p. 195, grifo do autor)

Desse modo, a narrativa usa como matéria prima o clima do país pré-golpe militar, conhecido por uma agitação permanente desde a renúncia de Jânio Quadros, e agravado com o comportamento radical e inconsequente de Brizola e Jango (GASPARI, 2002). Os comícios brizolistas encorajavam a revolução armada e o fechamento do Congresso, e Jango não economiza em “bolas fora” que provocavam a cúpula do Exército, postura que se não estimulou — no mínimo — dava os motivos que os militares precisavam para obter apoio civil ao golpe (CARVALHO, 2019, Versão Kindle). O historiador e cientista político, José Murilo de Carvalho, na obra *Forças Armadas e política no Brasil*, composto por ensaios escritos entre 1977 até 2004 (com a mais recente edição que inclui uma análise de 2019), descreveu no prefácio da primeira edição a seguinte motivação: “Um choque de realidade política nos sonhos de juventude me levou a estudar os militares. Foi em 31 de março de 64. (...) Registro aqui apenas a perplexidade e a decisão de tentar corrigir a falha dos analistas políticos buscando estudar a história de nossas Forças Armadas” (CARVALHO, 2019, Versão Kindle). Após anos de estudo para suprir essa lacuna, diagnosticou nas Forças Armadas brasileiras uma função de tutora da República, com papel político previsto em cinco de nossas sete Constituições feitas depois da independência.

Assim, essa nova ensaística (com fôlego explicativo até 2019) observava no papel das Forças Armadas um empecilho para nossa modernidade. Em *Antares*, é possível encontrar nas vozes dos personagens o militarismo como recurso para frear a aceleração da história, nas mudanças dirigidas “do alto”. O Exército é tratado pelos coronéis como uma “carta na manga” e vendido para a população como herói nacional: para eles a democracia e o liberalismo tem um caráter meramente instrumental; ela não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de classe. Isso fica evidente no romance, quando em meio à greve geral instaurada em *Antares*, Tibério Vacariano liga para o Governador do Estado, que ao sugerir uma solução legal e democrática para o conflito, foi interrompido com a seguinte fala do coronel:

— A situação não é mais para conversas, mas para ação. Quer que eu fale com franqueza? Chegou a hora do Exército Nacional entrar em cena empolgar o poder em nome do povo, da tranquilidade geral e da justiça. O Brasil neste momento é um trem sem freios que se precipita a toda velocidade para o abismo. E o pior é que o maquinista e o foguista estão loucos, loucos varridos. (VERÍSSIMO, 2016, p. 202)

O apelo às Forças Armadas para garantir “normalidade” institucional, com a “desconsolada queixa de que a política saiu de seu eixo” foi descrita também em *Os donos do*

poder (FAORO, 2001, p. 626) e visivelmente está presente no trecho do romance citado acima. O último recurso estaria na “espada de Caxias” — que segundo Tibério — “precisávamos mais que nunca”. O Exército seria, para o coronel, como um “trunfo” escondido para os riscos da mudança social, vejamos no seguinte trecho:

Haja o que houver — disse o velho, piscando um olho — Temos um trunfo escondido.

— O Exército?

— Adivinhou. Você não é tão burro quanto parece. — Mas já pensou, coronel, que um golpe do Exército pode levar o país tanto para a esquerda como para a direita? E não ocorreu também que, uma vez no poder, os militares podem facilmente dissolver os partidos e alijar os políticos profissionais...e os coronéis de... de... quero dizer, os coronéis honorários, como o senhor?

— As Forças Armadas, moço, um dia vão apertar os parafusos frouxos deste país. Precisamos, antes de mais nada, de ordem. (VERÍSSIMO, 2016, p. 476)

Curiosamente ou não, Raymundo Faoro e Tibério Vacariano usam a mesma expressão para descrever o Exército como: um “trunfo”. Veja-se no seguinte trecho do ensaio de Faoro pertencente ao capítulo “O militar e o militarismo”:

O Rio Grande do Sul, desde os dias da propaganda republicana, **terá no Exército um trunfo de reserva**, cuidadosamente aliciado por Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, culminando com a ação de 1930. (...) O Exército não será o jacobino, o inimigo da oligarquia, o povo, a classe média, o inimigo dos políticos decepcionados. A força armada guardará sua identidade, a estrutura estamental, superior às contendidas, fiel às tradições: no poder, ela concederá reformas e benefícios, mas não cederá nem se descaracterizará, superior na altura, às querelas transitórias (...) A força armada torna-se uma categoria política atuante, com o sentimento de responsabilidade sobre os destinos do país, sem fechar-se numa casta e sem estruturar-se numa classe. (...) Nem grupo de pressão, nem reivindicação de militarizar a sociedade, a força armada, será, por muitos anos, o elo último de intermediação entre o país submisso e a ordem universal em movimento. (FAORO, 2001, p. 616)

De modo semelhante, José Murilo de Carvalho explica como o permanente papel político das Forças Armadas freia a história brasileira:

Cria-se, desse modo, um círculo vicioso: as Forças Armadas intervêm em nome da garantia da estabilidade do sistema político; as intervenções, por sua vez, dificultam a consolidação das práticas democráticas. Estamos presos nessa armadilha e não conseguiremos escapar dela se não construirmos uma economia forte, uma democracia incluyente e uma República efetiva. Não o conseguimos em duzentos anos de vida independente, e o tempo joga contra nós. (CARVALHO, 2019, Versão Kindle)

Assim, é possível observar na conversa entre velho Tibério e o pesquisador Martim Francisco Terra a interpretação de Raymundo Faoro e de José Murilo de Carvalho: as Forças Armadas como uma carta na manga das elites, mas com um caráter político próprio de garante ou tutor da República, que pode extrapolar a subserviência aos civis.

Desse modo, encontramos mais fontes de imobilismo histórico em Antares: os militares, ao atuarem diretamente na modernização, representam um obstáculo para o desenvolvimento de uma República moderna, com valores democráticos.

Conservadorismo moral e anticomunismo

O romance de Veríssimo descreve o clima de polarização política entre o radicalismo de esquerda e conservadorismo moral da elite brasileira nos anos 60 e 70 criado pelo debate público, especialmente estimulado por propagandas ideológicas coordenadas pelo complexo IPES/IBAD. Dois institutos formados por intelectuais em formação, compostos por “a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, [...]; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos de empresas estatais que faziam parte da tecnoburocracia; c) oficiais militares” (DREIFUSS, 1981, p.71). Tais instituições foram responsáveis por uma articulação contra o governo de Jango, crucial para o apoio civil ao Golpe de 64. Vale dizer, ainda que uma revolução socialista não tivesse qualquer horizonte histórico plausível, o debate público era marcado pela polarização e pela ameaça comunista. Na narrativa, o início da polarização é representado a partir do suicídio de Vargas, em 1954. A grande mobilização popular em reação a morte do líder político é ficcionalizada no romance: o povo se rebela “contra os partidos e jornais antigetulistas agentes do imperialismo ianque, responsabilizando-os todos pelo dramático gesto do chefe da nação” (VERÍSSIMO, 2016, p.101). Como reação conservadora, o golpismo e a fobia comunista são evocados em Antares desde a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições de 55 — de novo, na voz de coronel Tibério Vacariano:

— Mas vocês não compreenderam ainda — replicou — que se não tomarmos o poder *agora* estamos perdidos? Quem vai governar mesmo no próximo quinquênio é o Jango e o maluco do cunhado dele, o Leonel Brizola. Os dois, mancomunados, continuarão manobrando os sindicatos, encorajando as greves, fazendo passar mais e mais leis favoráveis aos seus eleitores e pelegos, aumentando o salário mínimo, em suma, estrangulando cada vez mais as classes produtoras. Vamos acabar no socialismo! (VERÍSSIMO, 2016, p.107)

Porém, o agravamento da situação política ocorreu a partir de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros no país e em Antares. No Brasil pré-golpe, os humores estavam exaltados com a instabilidade política, a sociedade em sobressalto, a inflação nas alturas, greves e comícios pipocavam pelo país inteiro. O clima de insegurança e polarização política, somados a uma intensa articulação ideológica conservadora e anticomunista contra Jango (DREIFUSS, 1981),

causavam a falsa sensação de iminência de um golpe de esquerda (FERREIRA, 2006; FAUSTO, 2001; SCHWARCZ; STARLING, 2018).

A organização sindical estava muito desenvolvida na década de 60. Um exemplo disso foi a criação do Comando Geral dos Trabalhadores em 1962, que congregou organizações sindicais de diversos setores. No governo Jango a mobilização social se acentuava em reação às altas taxas de inflação e para pressionar as reformas de Base. Em outubro de 1963, por exemplo, em São Paulo, 79 sindicatos e 14 categorias profissionais decretaram greve geral, conhecida como “Greve dos 700 mil”, em outubro de 1963 (FAUSTO, 2001, p. 253; FERREIRA, 2006, p. 108; SCHWARCZ; STARLING, 2018). Ou seja, a Greve Geral iniciada no dia 11 de dezembro de 1963 de Antares era mais uma remissão explícita ao conflito do período.

Havia uma disputa ideológica intensamente polarizada em curso — entre a paranoia comunista da direita construída por um aparato ideológico conservador e a uma esquerda sindicalista que começava a se radicalizar, simbolizada na figura de Brizola e o Movimento da Legalidade. Ainda que o primeiro fosse um movimento golpista, e o segundo democrático, a sensação causada era que havia uma iminência de golpe de qualquer um dos lados. Para piorar, estávamos em tempos de Guerra Fria e, assim, os fantasmas do comunismo ou do fascismo pareciam mais próximos da realidade. Nas vésperas do golpe dois eventos simbolizam a polarização: o primeiro é o Comício na Central do Brasil de João Goulart, organizado pela CGT — também ocorrido numa sexta feira 13 — no Rio de Janeiro. Entre 150 a 200 mil pessoas escutavam o discurso improvisado do presidente: “a hora das reformas havia chegado; bastava de conciliação, declarou convicto (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 444). O tom tinha mudado e no dia 19 de março o conservadorismo contra atacou: em São Paulo, entidades conservadoras organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniram em torno de 500 mil pessoas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 444; SIMÕES, 1985). “A opinião nacional estava dividida. Criara-se um impasse perigoso que talvez só pudesse ser resolvido por meios violentos”, dizia o narrador de *Incidente em Antares* (VERÍSSIMO, 2016, p. 134). Como em Antares, “*neutralidade*” era uma palavra inexistente no vocabulário político e social do país (VERÍSSIMO, 2016, p. 26). Essa percepção social estava presente na narrativa e é ilustrada na maneira como a equipe de pesquisadores foi recebida na cidade. De um lado o seguinte manifesto paranoico era distribuído pela cidade:

Povo de Antares! Pais e mães de família! Alerta! Os inimigos estão já dentro de nossos muros! Protegeí a vossa intimidade. Fechai as vossas portas e os vossos corações a esses forasteiros curiosos e indiscretos, agentes do

comunismo internacional ateu e dissolvente. O prof. Martim Francisco Terra, o chefe dessa quadrilha vermelha disfarçada, está fichado no Dops, como marxista confesso. Defendamos a nossa crença em Deus, na Pátria, na Família e na Propriedade! Assinava esse apelo *Um Patriota*. (VERÍSSIMO, 2016, p. 141, grifo original)

No outro espectro: à esquerda, um comunista da cidade em um encontro com seus companheiros afirmou: “O projeto está sendo financiado pela Fundação Ford. Está claro que nesse negócio todo anda o dedo da CIA. Não devemos colaborar com esses lacaios do Departamento do Estado.” (VERÍSSIMO, 2016, p. 141).

Assim, em *Incidente em Antares*, para representar o ambiente de polarização, os estigmas anticomunistas e conservadores da época são representados pelo ponto de vista dos personagens centrais da elite antarense: o “padre vermelho” Pedro Paulo, da “invisível” paróquia da Vila Operária; os pesquisadores de humanas “esquerdistas”, representado pelo professor Martim Francisco Terra; o sindicalista marxista Geminiano Ramos; e o estudante João da Paz, acusado de fazer parte do Grupo dos Onze, o qual foi torturado pela polícia.

Assim, no romance as elites gaúchas são caracterizadas pelo conservadorismo moral. A hipocrisia é geral, como seria denunciado no “auto” dos mortos. Mas antes de falecer, em sua conversa com o professor Martim Francisco, a matriarca dos Campolargo, Dona Quitéria, falava das “indecências” da época e da dissolução dos costumes nos tempos modernos: a rebeldia dos jovens, o despudor das jovens, a expansão da pornografia (em revistas, livros, filmes, peças de teatro), e assim por diante. Em resposta à situação, ela anunciava a criação de um grupo para conter o avanço da esquerda libertina: chamado “Legionários da Cruz”, o seu lema seria “Deus, Pátria e Família”, posteriormente acrescido da “Propriedade” pelo seu presidente de honra, Tibério Vacariano. Não poderia haver menção mais evidente ao movimento pela “Tradição, Família e Propriedade”, e remissão mais clara à censura atuante no momento de publicação da obra, quando canções, filmes, peças teatrais e obras literárias eram proibidas pela ofensa “à moral e aos bons costumes”.

Como resposta valorativa a essa conflito, o romance recorre ao humor e a sátira. Em diálogos exaltados e no comportamento dos personagens equilibrados, como o padre Pedro Paulo demonstram que a manutenção das liberdades e a ponderação são valores sugeridos como positivos no romance. Em uma conversa entre os padres de Antares, essa sugestão fica clara:

— Comunista é o pseudônimo que os conservadores, os conformistas e os saudosistas do fascismo inventaram para designar simplisticamente todo o sujeito que clama e luta por justiça social. Por outro lado, não ignoramos que na Rússia Soviética não existe nenhuma liberdade de crítica ou de expressão e que um escritor pode ser condenado a três ou cinco anos de trabalhos forçados na Sibéria por ter escrito poemas, artigos ou romances que

contrariam ou simplesmente não seguem a linha política do partido único. (VERÍSSIMO, 2016, p. 390)

Mas não só, a narrativa situava também no moralismo agressivo da elite política uma força importante de desaceleração da história.

Indissociação entre modernidade e arcaísmo

Entender a natureza das mudanças sociais no Brasil foi um tema caro para o pensamento social brasileiro após o golpe de 64. A conclusão de muitos autores foi de que a modernização aqui, de modo peculiar, possui conteúdo conservador, a fim de manter o status quo e os interesses das classes dominantes. Esse diagnóstico é essencial para a configuração da interpretação nacional identificada aqui pela noção de “história lenta”, pois integra em sua argumentação muito dos quadros anteriores. Sobre a modernização conservadora como parte de uma nova imaginação sociológica brasileira a partir do golpe, Fernando Perlatto descreve:

Dessa forma, ao contrário do que sustentara grande parte da bibliografia produzida no período anterior, ancorada em perspectivas dualistas, a modernização do país não teria implicado no desaparecimento das antigas elites agrárias, representando, pelo contrário, um processo de renovação de sua participação no controle político do país. O moderno, portanto, não vinha a partir da superação do atraso, mas era o próprio atraso que impulsionava a modernização brasileira. (PERLATTO, 2014, p. 469)

As mudanças em *Incidente em Antares* parecem muito com esse novo modo de ver o Brasil. Vejamos: Antares não é uma cidadezinha do interior qualquer, provinciana e conservadora em que o progresso ainda não chegou. Ao contrário, apesar de pequena e sequer ser mencionada no mapa, a industrialização, carros importados e multinacionais estavam lá. Ou seja, aquele Brasil dualista, evocado pela ideologia nacional-desenvolvimentista, por exemplo, não encontra representação no romance. Ao contrário, ao longo de 130 anos de história do Brasil ficcionalizados no romance, os nossos processos de modernização (especialmente dos anos 20 e 50) não só alcançavam Antares, mas eram construídos e mediados por lá. O “novo” e o “velho” não eram antagônicos, estavam sempre interligados. Getúlio Vargas antes da “revolução” contra a República Velha e Jânio Quadros — o *outsider* contra corrupção — visitaram a casa dos velhos coronéis em Antares antes de chegar à capital federal.

A partir da perspectiva da “história lenta”, é como se os períodos de transformação cultural, carregados de novos valores e discussões sociais, sempre fossem apropriados pelas elites, em uma espécie de contrarrevolução. Assim, o ritmo da história é alterado para preservar os arcaísmos. Nesse sentido, a Revolução de 30 e “Revolução” de 64 têm a mesma natureza.

Do mesmo modo, foram interpretados episódios anteriores da história: a Independência de 1822, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República. É disso que Faoro, Florestan Fernandes e Werneck Vianna queriam dizer com “revolução encapuzada”, “revolução burguesa”, ou “revolução passiva”. Isso explica e representa a constante disputa narrativa entre “golpe” e “revolução” nas mudanças sociais brasileiras. Para essa ensaística as rupturas históricas foram sempre dirigidas para preservar uma ordem hegemônica, perdendo assim seu caráter revolucionário e libertário — prometidas pelas teorias do liberalismo clássico e concretizadas nas nações centrais do Atlântico Norte desde o século XIX. Para Werneck Vianna, por exemplo, nunca tivemos uma revolução:

No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se a sua simples invocação viesse a emprestar animação a processos que seriam melhor designados de modo mais corriqueiro. Sobretudo, aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a *conservação*, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrário a revolução. Nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se automeando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização. (WERNECK VIANNA, 1996, p. 1)

Olhando por esse ângulo, *Incidente em Antares* oferece uma espécie de enciclopédia das contradições da modernização brasileira desde o século XIX, para desembocar na crítica do presente. Mas, como isso funcionava, na prática? Uma estratégia, segundo os ensaios de interpretação nacional, era resolver os conflitos de forma conciliatória — preservando as posições tradicionais de mando —, e não pelo confronto que levaria à substituição dos agentes de poder. A velha conciliação das elites é chamada pela ensaística de “costuras pelo alto”, e tem alcance interpretativo até a atualidade no conceito de “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 2018), por exemplo.

Essa prática é representada também em *Antares*, mas lá com outro nome: “tratado de paz”. O termo foi repetido muitas vezes na narrativa para descrever os acordos entre os “donos do poder”. A conciliação é um modo costumeiro de resolução de conflitos em *Antares*, presente desde o início da narrativa no fim da Revolução Farroupilha, e na Revolução Federalista. O terceiro acordo que aparece na narrativa não acontece por acaso, e expressa tipicamente o que significa uma “modernização conservadora”. Como já antecipado em outro quadro, com a chegada do século XX cria-se uma atmosfera progressista em *Antares*, e a modernização chega à cidade trazendo mudanças, na esteira da proclamação da República e da abolição da escravidão. Especialmente nos anos 20 o “progresso” impactaria o lugar: estrada de ferro, luz

elétrica, carros importados, rádio, bailes e novidades culturais, filhos de velhos oligarcas se sofisticando, saraus de poemas modernistas — na “era do jazz”, Antares se integrava ao mundo contemporâneo. Mas, as coisas não mudavam sem resistência; os dois patriarcas se obstinavam em conservar velhos hábitos,

[relutando] em aceitar a ideia de que já não eram os senhores absolutos e discricionários dentro de seus feudos. As gerações novas rebelavam-se contra as ideias dos seus maiores em matéria de costumes e rituais domésticos. (...) assim, ao findar a década de 20 os dois senhores de Antares pareciam-se um pouco com os gliptodontes e os megatérios no fim do pleistoceno, isso é, eram dois representantes de espécies animais em processo de extinção. (VERÍSSIMO, 2016, p. 46)

Isso explicaria o fim do conflito de sete décadas entre os Vacariano e os Campolargo. Em 1925 Getúlio Vargas chega a Antares e marca uma reunião para promover a conciliação, unindo forças em seu projeto de união nacional contra a “política do café com leite”. No romance, Getúlio fala com bom humor: “quem governa o Brasil são ora os mineiros ora os paulistas — não é justo que o chimarrão tenha também a sua vez?” (VERÍSSIMO, 2016, p.49) e faz uma proposta de tratado de paz entre coronéis:

— Estou aqui a mandado de meu pai. O velho Manuel me fez portador dum pedido ao senhor, coronel Xisto, e ao senhor, coronel Benjamim. Os amigos hão de concordar que os tempos estão mudando. O mundo se encontra diante da porteira duma nova Era. Essas rivalidades entre maragatos e republicanos serão um dia coisas do passado. Precisamos pacificar definitivamente o Rio Grande para podermos enfrentar unidos o que vem por aí... (VERÍSSIMO, 2016, p. 48)

Com esse alerta, os patriarcas de Antares entenderam que seus privilégios estavam em risco, então “engoliram o orgulho” e aceitaram ser domesticados por Getúlio, a partir desse novo pacto de poder. Nessa suspensão do velho conflito oligárquico encerra-se a era iniciada em 1860; simbolicamente, após o acordo os dois coronéis morreriam, mas deixam como herança a reconciliação e a possibilidade de renovação do poder para os dois primogênitos: Tibério Vacariano e Zózimo Campolargo — que preservariam o tratado de paz e manteriam uma boa relação.

Assim, Antares entraria em uma nova era: o seu “Eoceno Político”. O sentido da mudança era claro: a história regional do Rio Grande do Sul — ou de qualquer outro estado da Federação — havia se encerrado, dando início a uma história nacionalizada que unificava as diferentes porções do território, incluindo seus rincões perdidos — como Antares. Como a história nos informa, apesar do acordo, Getúlio Vargas perdeu as eleições para Washington Luís, e o golpismo vem à tona na voz do coronel Tibério: “Fomos esbulhados! Esses ladrões só nos podiam vencer em eleições fraudulentas! Agora só há um caminho: a revolução!”. A saída

autoritária e violenta da Revolução de 30 e do Estado Novo se concretiza e é bem sucedida. Assim, o romance mostra que a novidade anunciada era apenas uma aparência, pois as antigas práticas continuavam — inclusive, confessadas pelo Getúlio no romance:

Logo ao chegar ao Rio, em maio de 1938, a primeira coisa que Tibério fez foi visitar Getúlio Vargas e reafirmar-lhe a sua solidariedade pessoal e política. Nessa ocasião o ditador lhe disse: “Pois me alegro de ver que o amigo compreendeu o espírito do Estado Novo, que no fundo é puro castilhismo”. (VERÍSSIMO, 2016, p. 59)

O comportamento conciliatório das elites no processo da Revolução de 30 explica a longevidade do poder de Vargas, processo de mudança também caracterizado como uma modernização conservadora pela socióloga Elisa Reis:

In 1889, a military coup put an end to the empire, opening the way for the oligarchic republic, which lasted until 1930. During this period, the hegemony of the major landowners was unquestioned and the centrality of patron-client networks uncontested. It was also at this juncture that the first attempts at industrialization took place, often on the initiative of the same landowning elite. The oligarchic republic also saw the birth of an active labour movement, headed by urban workers of European extraction. Organized labour was brought under state control in the new power alliance consolidated after the 1930 revolution, which made possible a conservative modernization process (Reis 1982; Schwartzman 1982; Velho 1976). The combination of an internal and an international crisis in 1930 made it possible for Vargas, a *caudillo* from the extreme south, to overthrow the ruling oligarchy. He enforced new political compromises, which made it possible for him to impose dictatorial rule for fifteen years and even to return later as elected president. Under his rule, the country experienced fast modernization from above. (REIS, 2005, p. 28)

Em Antares demonstra-se que o fim da República Velha não significa o fim do coronelismo, ele só mudam de papel e se adaptam a nova forma — a modernização foi conservadora. Como já mencionado antes, após a centralização do poder estatal na capital da República, os coronéis teriam que aprender o novo jogo. Mas, o feixe de favores ainda mantinha o coronel ligado ao poder.

Voltando à ensaística, em Raymundo Faoro esse processo não é novidade na Revolução de 30, faz parte do mecanismo de manutenção de poder herdado desde Portugal:

— A nobreza, agarrada aos velhos privilégios, ainda se manterá no nível de companheira do soberano. Um pouco mais e ela, já cercada, com as unhas embotadas, dividirá, domesticada depois de uma revolução, o segundo lugar com a burguesia. A ideologia completará a obra, vencendo as consciências e roubando à imaginação o estandarte da resistência. O Estado patrimonial, implacável nos seus passos, não respeitará o peso dos séculos, nem os privilégios da linhagem antiga. (FAORO, 2001, p. 26)

Como vimos, em Antares esse mecanismo de poder fica claro. O espírito conciliatório de Vargas e Jango, bem como as reuniões da cúpula social de Antares durante a greve,

exemplificava o mecanismo tradicional de solução conciliatória dos conflitos, chamada explicitada na obra por meio do “tratado de paz”. No desfecho do romance há a representação de mais um modo como o país costuma lidar com os seus conflitos e traumas: o apagamento intencional das memórias, representado pela Operação Borracha — pois uma maneira eficaz de equacionar um conflito é fazê-lo nunca ter acontecido. Mais enfaticamente que em qualquer outro lugar do enredo, aqui Veríssimo remetia diretamente ao presente da publicação de *Incidente em Antares* (1971), identificando na ignorância voluntária da violência uma condição necessária para a euforia com o sucesso econômico do regime.

No impasse histórico de 64, quando mais uma vez o novo parecia estar para chegar com mais indústrias, mais pesquisa nas Universidades, mais cultura e mais liberdade sexual, Tibério renunciava ainda um quarto tipo de resolução: a violência pura e simples — o último trunfo escondido: o Exército. Da perspectiva da obra, esse modo de encaminhamento não seria mais autoritário que os demais, pois o triunfo dos conservadores pela violência do golpe aparece, na obra, como mais um retorno do mesmo, como tantas vezes acontecera ao longo do tempo. Assim, a interpretação do romance confere com a da ensaística: mais uma vez a modernização conservadora foi bem sucedida.

O golpe frustrava e barrava a implantação de reformas importantes para democratização brasileira (FERREIRA, 2006). O “novo” não estava anunciado só nas Reformas de Base de Jango. Nos fins de 50 e início de 60, o país passava por uma efervescência cultural (SCHWARCZ; STARLING, 2018), era a geração da Bossa Nova; Teatro de Arena e Cinema Novo. No mundo editorial na Civilização Brasileira de Ênio Silveira, publicava-se um livro por dia (SCHWARCZ; STARLING, 2018), dentre eles os Cadernos do Povo Brasileiro, uma importante publicação em parceria com o ISEB e o Centro Popular da UNE (entre 1962 e 1964), com 28 cadernos didáticos sobre temas centrais para os movimentos sociais e a ideologia nacional desenvolvimentista. A tiragem estimada era de um milhão de exemplares (SILVEIRA, 2002). Apesar dos esforços, o projeto do mundo “velho” ganhou. E sobre os vencedores, Roberto Schwarz descreve no ensaio “Cultura e política, 1964-1969, Alguns esquemas”:

Depois de 1964 o quadro é outro. Ressurgem as velhas fórmulas rituais, anteriores ao populismo, em que os setores marginalizados e mais antiquados da burguesia escondem a sua falta de contato com o que se passa no mundo: a célula da nação é a família, o Brasil é altivo, nossas tradições cristãs, frases que não mais refletem realidade alguma, embora sirvam de passe-partout para a afetividade e de caução policial-ideológica a quem fala. À sua maneira, a contrarrevolução repetia o que havia feito boa parte da mais reputada poesia brasileira deste século; ressuscitou o cortejo dos preteridos do capital. (...) Agora, no rastro da repressão de 1964, era outra camada geológica do país quem tinha a palavra. “Corações antigos, escaninhos da hinterlândia, quem vos conhece?” (SCHWARZ, 2014, Versão Kindle)

Com *Incidente em Antares*, Veríssimo podia responder ao questionamento de Schwarz com facilidade: O tempo passa, as mudanças chegam, mas a camada geológica dos clãs de Antares parece sempre falar mais alto, os coronéis em extinção conseguem se preservar recorrendo às mesmas armas: patrimonialismo, conservadorismo moral, autoritarismo e militarismo. A persistência do passado no presente é simbolicamente explicitada no romance em uma cena no capítulo 33 (VERÍSSIMO, 2016, p. 310-313), em que Mendes, o secretário do prefeito, madruga na prefeitura e fica diante da fileira de retratos, quadros e bustos de figuras importantes da política rio-grandense e brasileira: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Oswaldo Aranha, João Goulart, Gaspar Martins, Assis Brasil, Pinheiro Machado, e, finalmente, os bustos de Borges de Medeiros e de Júlio de Castilhos. Em determinado momento as figuras ganham vida e conversam, vigiando o presente. Pinheiro Machado, por exemplo, sugere como solução: “É possível que durante a convulsão que nesta hora sacode a República em seus fundamentos, possamos submergir. É possível”. Depois de um longo debate, Júlio de Castilhos é que dá a última palavra: “A progressão social repousa essencialmente sobre a morte. Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos.” (...) “Isso tudo aconteceu na véspera da fatídica sexta-feira” (VERÍSSIMO, 2016, p.313) e assim termina o capítulo. Essa frase parece uma anunciação do que representava o golpe de 64: os fantasmas do passado tomando novamente as rédeas da história.

Se também estivéssemos num mundo sobrenatural e os personagens de Antares ganhassem vida, talvez pudessem debater com Raymundo Faoro do ensaio *Os donos do poder*. Para isso, voltemos à imagem mencionada no início do trabalho:

A autenticidade das forças sociais, que operam de baixo para cima, se mantém pura, mediante o processo de circulação e revitalização das elites. **A história não é senão um cemitério de elites**, que correm, ao longo do leito secular, como um rio: a classe dirigente de hoje não será a mesma de ontem. (FAORO, 2001, p. 110, grifo meu)

É possível que Zózimo Campolargo pudesse aconselhar uma saída ao círculo vicioso apontado por Faoro, como fez na conversa com Tibé, no seu leito de morte:

— Qual, Tibé! Não adianta a gente querer tapar o sol com uma peneira. Nosso tempo passou. Estamos velhos e atrasados. (...) — O mundo hoje é dos jovens... dos que têm coragem de fazer coisas, não apenas de conservar o que temos de bom ou de “aceitável”. (...) — Nós... nós lá no Rio Grande não iremos... iremos nunca para diante... sem primeiro enterrar definitivamente certos cadáveres simbólicos... Gaspar Martins, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros... Getúlio Vargas... e outros, outros...

— Você quer então matar as nossas tradições? [Respondia Tibério]

— Não. Eu quero que os homens da nossa... da nossa geração compreendam que seu tempo passou... que não podemos continuar olhando para trás... recordando as nossas cargas de cavalaria... Sepé Tiaraju... As “califórnicas” do Chico Pedro... Bento Gonçalves... Tempos novos chegaram, estão sempre chegando... Pedem outra espécie de gente... gente capaz de ousar... de olhar para a frente, enxergar longe... homens com um pé no presente e outro no futuro. (VERÍSSIMO, 2016, p.115)

Se a história de Antares é como a do Brasil de Faoro — um cemitério de elites —, o romance sugere uma saída que responde a ensaística: precisamos acertar as contas com o passado, e os mortos devem ser enterrados para que parem — de uma vez por todas — de assombrar nosso presente. Como clama Lilia Schwarcz, ainda em 2019:

O passado nunca foi, o passado continua, afirmou o então deputado Gilberto Freyre no plenário da Constituinte de 1946, nesse caso fazendo um elogio nostálgico aos tempos de outrora. Mas é esse passado que vira e mexe vem nos assombrar, não como mérito e sim tal qual fantasma perdido, sem rumo certo. O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, e da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira (...) Na verdade, vivos e mortos compartilhavam o mesmo plano de existência. Nós brasileiro, andamos, atualmente perseguidos pelo nosso passado e ainda nos dedicando à tarefa de expulsar fantasmas que, teimosos, continuam a assombrar. (SCHWARCZ, 2019, Versão Kindle)

Assim, a conversa da ensaística com o romance, parece ter dado certo. As representações da indissociação do “novo” e “velho” ficcionalizada em Antares, e do “moderno” e “arcaico” explicados na ensaística, parecem convergir a uma interpretação que explica a lentidão na história do Brasil.

Juntando os cacos

Montado o painel, enxergamos com nitidez a “história lenta” em *Incidente em Antares*. Todos os quadros interpretativos são visíveis lá: a tradição do patrimonialismo; o autoritarismo e os militares como cartas na manga do jogo de poder; a resistência conservadora das elites, a modernização “arcaizante” e os “fantasmas” do passado que assombram o país. Assim, a obra fornece uma interpretação extensiva ao país: “Antares” como metonímia ou microcosmo do Brasil. Além das características temáticas, a composição longa e processual parece fazer sentido para explorar as “eternas permanências”, ou a vitalidade de estruturas arcaicas no presente. No enredo de Veríssimo, o peso das repetições do passado é o modo escolhido para denunciar o presente, em sintonia, portanto, com a noção de “história lenta” proposta aqui.

Como já antecipado na hipótese investigada aqui, além de *Incidente em Antares*, a categoria de “história lenta” pode servir como recurso para analisar outros romances publicados desde então. Apostamos que assim como *Incidente em Antares* reagia às angústias do presente denunciando a imobilidade do tempo, essa presença fantasmática do passado seria novamente acusada nas décadas seguintes.

Por isso as perguntas prosseguem: é plausível estender a fertilidade da noção de “história lenta” para a descrição de romances escritos não apenas na esteira do golpe de 64, mas nas décadas que se lhe seguiram? O próximo capítulo é um indicativo de que sim. A seguir analisaremos o romance *A mão esquerda*, de Fausto Wolff, publicado em 1996. Apesar do distanciamento temporal de um quarto de século: se a permanência do *topos* citado for confirmada, haverá indícios da longevidade da sua permanência no romance brasileiro.

4 *À mão esquerda* e os anos 90: o Brasil no divã

*O sonho já tinha acabado quando eu vim
E cinzas de sonhos desabam sobre mim
Mil sonhos já tinham sonhados
Quando nós perguntamos ao passado
Estamos sós?
(Caetano Veloso, Falou amizade)*

A década de 90 chegou ao Brasil sem frescor. Os longos 21 anos de governo militar tinham acabado, mas a prosperidade democrática sonhada por uma geração ainda parecia distante. O fracasso das “Diretas Já”, a morte trágica de Tancredo Neves e o *impeachment* do primeiro presidente civil eleito são apenas alguns exemplos de como a redemocratização brasileira já começou repleta de frustrações. Para além da política, a ditadura militar legou ao país uma crise econômica de quase duas décadas (FISHLOW, 1988; SOLA; PAULANI, 1995; ALMEIDA, 1996). A pobreza e a desigualdade social aumentaram e as mobilizações sociais da Constituinte (GOHN, 1997) se fragmentaram. Assim, o debate público era concentrado na mídia tradicional que evocava a cartilha do neoliberalismo e da globalização como única saída para a crise (NOBRE, 2013; ROCHA, 2007 et al). Como evidência dessa atmosfera, o romance *À mão esquerda* é lançado em 1996. Seu autor, Fausto Wolff, foi um representante significativo dessa geração que enterrava - mais uma vez - sonhos para o país.

Fausto Wolff nasceu em 1940 em Santo Ângelo, uma pequena cidade do Rio Grande do Sul. Com nome completo de evidente descendência europeia, Faustin von Wolffenbüttel escolheu ser conhecido pela versão reduzida, criando seu pseudônimo. Comumente é lembrado pelo trabalho no jornal satírico *O Pasquim*, mas a trajetória profissional de Wolff foi vasta e diversa. Publicou mais de 20 livros, foi diretor teatral, ator, e lecionou literatura em universidades na Itália e na Dinamarca. Com a ditadura militar, instaurada em 1964, como tantos outros intelectuais do país, o jornalista deixou sua cidade preferida — o Rio de Janeiro — e partiu para o exílio na Europa. Apesar da extensa obra e muitos prêmios literários, são poucos os registros de sua presença na crítica literária contemporânea, tampouco em trabalhos acadêmicos (SOARES, 2005; WEINHARDT, 2008; LEIDENS; GRAZIOLI, 2019; SOUZA, 2010;), seu acervo literário é arquivado na Fundação Casa de Rui Barbosa.¹⁴ Dentre os prêmios,

¹⁴ Lista de acervos literários no site da Fundação Casa de Rui Barbosa: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=259

venceu o Jabuti 1997¹⁵ na categoria melhor romance, justamente com o romance *À Mão Esquerda*.

Tal como *Incidente em Antares*, o romance de Wolff tematizou seu presente histórico, produzindo interpretações do país e de seu tempo. Consideradas as particularidades históricas e da forma literária que os diferenciam, investigaremos os elementos em comum na maneira em que o Brasil e sua história são representados nos dois romances.

Com múltiplas vozes narrativas, *À mão esquerda* conta a saga de uma família de imigrantes alemães no interior do Rio Grande do Sul, cujo foco se consolida ao redor da vida de Percival von Traurigzeit. Aos moldes do autor, o personagem principal é mais conhecido por seu pseudônimo, Pérsio Traurig, um jornalista gaúcho de coração carioca, que em 1995 encontra-se revoltado e angustiado com os caminhos de sua vida e do seu país, o Brasil. O livro é composto por relatos de memória de diferentes narradores, os quais conduzem a busca de sentido para crise existencial do personagem. Ao viajar a um passado longínquo, revisitando as origens os personagens para entender o presente, a narrativa segue o mesmo movimento que o romance de Veríssimo.

O primeiro capítulo apresenta um pouco do conflito de Pérsio, que será causa de preocupação de vários personagens ao longo do romance, começando pelo seu irmão — o primeiro narrador do romance. Ulisses, em 1995, irmão mais novo de Percival, o apresenta como um jornalista e escritor decadente, que com mais de 50 anos está em crise e “envolvido em encrencas” (WOLFF, 2007, p. 13). Ulisses nos conta que Pérsio, após sonhar com ele, decidiu escrever “a obra prima do romance brasileiro” (WOLFF, 2007, p. 11) — em uma espécie de procura de significado para viver. “Teme que a vida se resuma em culpa, angústia e álcool. Quer descobrir o que há atrás do medo, quer descobrir o inventor do medo no momento da criação. Só assim, pensa ele, poderá aceitar e apreciar a morte. Desconfia que no princípio da memória havia um morto. E havia mesmo.”, afirma o narrador (WOLFF, 2007, p.11). Ele se refere a um episódio na infância da família, quando Pérsio com x anos presenciou um tio enforcado. O evento traumático é apresentado como uma das possíveis causas para a “vida que leva”. Porém, o próprio narrador alerta o leitor: “mas não é” (WOLFF, 2007, p. 13). Diante dessa negação assertiva, a caça de respostas para essa inquietude com o presente (“com a vida que leva”) parece ser o estímulo subterrâneo do movimento narrativo que seguirá. Nesse caminho, a memória, o passado e a escrita parecem ser vias de investigação.

¹⁵ Lista de premiados no site oficial do Prêmio Jabuti: <https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=1997&categoria=bea378fd-481e-e811-a837-000d3ac0bcfe>

Apesar da complexidade dos subenredos que serão construídos, o primeiro capítulo levanta muitos elementos que serão relevantes na trama, como:

1. O conflito existencial do protagonista, um intelectual egocêntrico, boêmio e errante. Com origem europeia nobre, mas filho de colonos pobres de uma pequena cidade no Sul do Brasil;
2. Marcos temporais importantes para a narrativa, quais sejam: o ano de 1824 com chegada da família Traurigzeit no Brasil; e 1924, com a passagem da Coluna Prestes pela cidade dos personagens;
3. A relação entre Pérsio e o suicídio de Tio Rogério;
4. O resgate à memória como recurso de busca de sentido;
5. Questões de identidade, nacionalidade e pertencimento como causa de angústia dos personagens;
6. O suspense entre a identidade de Pérsio e um *serial killer* conhecido como *Mão Esquerda de Deus*.

Os capítulos seguem conduzidos por 28 (vinte e oito) narradores. A sequência da alternância é orientada — com frequência — pelo evento que foi mencionado no capítulo anterior. Desse modo, ainda que pausas e descontinuidades ocorram, a narração fragmentada segue certa linearidade. Assim, o romance é composto por 60 relatos memorialísticos, em primeira pessoa, os quais são divididos em capítulos. Os capítulos são intitulados pelo nome do narrador e o ano referente ao relato, seguindo uma ordem temporal aparentemente aleatória. Por fim, a miscelânea de vozes produz uma sobreposição de versões e pontos de vista do passado, que ao final integra um mosaico cada vez mais coerente do personagem Pérsio, da família Traurigzeit, e também do Brasil.

Como em outras obras de Fausto Wolff, o arranjo desse mundo ficcional é composto por elementos autobiográficos, vale dizer, a narrativa combina eventos ficcionais aos fatos da vida do autor. Desse modo, o personagem principal, Pérsio, funciona como uma espécie de *alter ego* do escritor. A brincadeira na composição é apresentada logo na nota do autor; vejamos: “Gostaria de agradecer de antemão a todos que se identificarem com algum personagem e garantir-lhes que estão redondamente enganados. Este é um livro de ficção. Talvez um dia eu escreva a minha biografia, embora escritor menor, sou um mentiroso maior.” (WOLFF, 2007).

Além da relação entre autobiografia e ficção, a história e o Brasil também entram no jogo. A narrativa percorre 300 anos — entre 1594 a 1995 — cujo presente é o ano de 1995. No entanto, a maior parte dos eventos ocorre entre 1924 e 1995, compreendendo narradores que

apresentam algum vínculo com Pérsio, seja do círculo familiar e afetivo, seja profissional. Os narradores familiares compreendem os pais (Theodoro e Mãe), irmãos (Otávio, Ruth, Ulisses), tios (Thibaldo, Ofélia, Almira), avôs (Vô Hermano e Vô João), cunhada (Márcia), primo (Olavo), sobrinho (Harry), e a filha (Ângela). Ainda, eventos da história política brasileira são mesclados sincronicamente com as memórias familiares, dentre elas: a imigração “alemã” no sul do Brasil em 1824; a Revolta Farroupilha; a Revolta dos Muckers; a Revolta dos 18 do Forte; a Coluna Prestes em 1924; a Aliança Liberal em 1930; o suicídio de Getúlio Vargas e o golpe militar na década de 60.

De 1593 a 1824 são narradas memórias sobre o reinado Traurigzeit, lugar onde viviam os antepassados nobres de Pérsio. Aqui eventos da história mundial e figuras do período são incorporados aos eventos e personagens ficcionais, como a Guerra dos 100 anos e a visita do escritor William Shakespeare ao castelo, por exemplo. Já eventos contemporâneos ao presente narrativo e ao presente da publicação, aparecem, mas com outro registro. Especialmente na voz angustiada de Pérsio, que tenta terminar seu último romance, em meio à degradação da sociedade brasileira. Dos eventos que correspondem ao período de abertura política do regime militar até o governo são mencionados, por exemplo: a eleição indireta de Tancredo Neves; a corrupção no governo Sarney, protestos do MST nas estradas; o processo de *impeachment* e a renúncia de Fernando Collor.

Nessa composição mista, um suspense policial surge e ressurge de forma paralela e (aparentemente) desconexa à história da família Traurigzeit. Ocasionalmente, os narradores situados no presente narrativo (na década de 1990) fazem alusão a crimes de um *serial killer* justiceiro, que se denomina como Mão Esquerda de Deus. Os alvos dos crimes são figuras famosas da elite brasileira, políticos e empresários poderosos. Porém, os nomes são alterados pela narrativa de modo caricato. Desse modo, as identidades são facilmente reconhecidas por uma leitora ambientada no Brasil do período. O papel coadjuvante desse caso na narrativa é tensionado justamente com o título do romance, *A Mão Esquerda*. Porém, gradualmente, é possível identificar semelhanças entre o *modus operandi* dos crimes e características do personagem principal. Essa evidência não é explorada explicitamente pelos narradores, cabendo à leitora aventurar-se a montar o quebra cabeça. Esse suspense acompanha a narrativa de modo sutil, mas pulsante, cuja solução não é revelada completamente até o fim do romance.

Dessa estrutura, dois narradores são atípicos: o *Narrador* (será destacado em itálico para diferenciar do termo genérico) e “o Bobo”. Como se vê, o primeiro é anônimo e com frequência aparece com a função de apresentar o contexto histórico-político do que é contado pelos outros narradores e o articula com a vida dos personagens. Em sua primeira aparição, no

Capítulo VI, apresenta-se como um narrador imparcial, nos moldes de técnicas narrativas da dramaturgia; vejamos:

(...) como o rumor de alguns dramas históricos de Shakespeare, como o coringa de certas peças de Brecht ou o diretor de cena de *Nossa cidade*, de Thornton Wilder, sou o narrador. Sou produto da falta de talento do autor que não sabe colocar na boca de seus personagens camponeses, histórias de reis, príncipes e duques mortos na memória dos seus descendentes. Entrarei nesta história sempre que algum acontecimento – fato ou ficção – tiver de ser narrado, imparcialmente, insensível a risos ou lágrimas. (WOLFF, 2007, p. 26)

O trecho acima é uma amostra da presença de dois elementos importantes na narrativa de *À mão esquerda*: a metalinguagem e a intertextualidade. Assim, há um romance dentro do romance: o romance escrito pelo personagem (Pérsio Traurig) e o romance escrito pelo autor (Fausto Wolff), que ora parecem se confundir, ora se diferenciam. A metalinguagem é facilmente identificada no comportamento controlador do *Narrador*, em trechos que interfere no modo do autor construir o romance (WOLFF, 2007, p. 100).

Já a intertextualidade se apresenta não apenas como “autocaracterização” da natureza desse narrador como na primeira citação. Alusões a tantas obras e escritores da literatura mundial (*Hamlet* e *Domação da Megera* de William Shakespeare, Edmund Wilson e Fitzgerald, Ibsen e Strindberg, Nicolay Gogol, entre outros) compõem e conferem complexidade para a narrativa, fornecendo caminhos de leitura. Isso pode ocorrer tanto na identificação de temas abordados, seja no uso de recursos formais da narrativa que dialogam com as obras e escritores citados. Ainda, as referências de outros autores e obras orientam o leitor na caracterização dos personagens, como num jogo de espelhos.

Ao longo da narrativa, a imparcialidade prometida na citação acima, não se realiza. Na medida em que o *Narrador* se posiciona, suas visões de mundo e do personagem Pérsio vão se aproximando. As semelhanças são identificadas no sem-número de referências eruditas de literatura, filosofia e de dramaturgia, mas sobretudo na posição política. Ambos são duros críticos ao capitalismo e a situação política brasileira, também são entusiastas do comunismo e da arte. Isso fica evidente no seguinte comentário do *Narrador*:

(...) o comunismo é antes de tudo uma filosofia revolucionária, política, econômica, e social, um humanismo, enfim, que a burguesia dos países do Terceiro Mundo a serviço do capitalismo internacional diz que acabou. Peço desculpas por ter me desmascarado ideologicamente — pretendia ficar neutro como todos os neutros que estão nos cantos mais quentes do inferno, mas não consegui. (WOLFF, 2007, p. 66)

A conexão entre os dois é revelada pelo próprio *Narrador* quando este declara: “O autor e eu somos uma santíssima trindade, três em um” (WOLFF, 2007, p. 101). A metáfora religiosa parece servir para descrever a relação identitária simbiótica, mas conflituosa, entre autor, personagem e narrador.

O segundo narrador atípico é “o Bobo”, responsável pelos relatos dos anos 1594, 1689 e 1824. Apresenta-se como Juan Ruiz Alarcon de Extremadura Bountempo, um anão corcundinha ilustrado. Trabalha como uma espécie de “bobo da corte” ilustrado para a Casa Traurigzeit, desde 1554 até o fim do mundo — anunciado por ele nos anos 2000. É a partir desse narrador que são apresentados os antepassados de Pérsio: o reino e os duques de Traurigzeit. A fictícia cidade alemã Traurigzeit, como a real Wolfenbüttel, no fim da Idade Média era um reino que abrigou uma das primeiras bibliotecas da Europa iluminista, em que os filósofos Gottfried W. Leibniz e Gotthold E. Lessing foram bibliotecários. Com uma formalidade e humor, “o Bobo” conta episódios como: o cuidado com a higiene no controle de doenças no Reino Traurigzeit; a defesa de Copérnico e a tese da terra redonda pelo Duque; o repúdio à queima das bruxas; uma visita de William Shakespeare ao reinado de Traurigzeit e um debate sobre a criação de Hamlet; o casamento do príncipe Henrique Julius e a apresentação da peça de Shakespeare “Domação da Megera” na cerimônia; a amizade do “Bobo” com Byron, Leibniz e Lessing e, finalmente, a mudança do duque Antônio para o Brasil em 1824. Além de narrador que faz parte do passado remoto, o “corcundinha” aparece como personagem em situações difíceis e decisivas da vida de Pérsio, cuja presença ocorre de maneira sutil e coincide com momentos que o personagem muda um rumo autodestrutivo. O estatuto desse narrador-personagem não é bem definido — seja como alucinação do personagem ou um significado alegórico para o tempo na narrativa.

Na primeira parte da narrativa ganham destaque os relatos sobre as origens nobres da família von Traurigzeit e o percurso de luta do núcleo familiar de Pérsio “para galgar os íngremes degraus que levam à respeitabilidade pequeno-burguesa” (WOLFF, 2007, p. 30). Os antepassados teutônicos chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824, onde fundaram a colônia imperial de São Leopoldo. Disputas políticas na Velha Europa, entre príncipes, protestantes e católicos, o duque Antônio e seus filhos foram expulsos de Traurigzeit — um reinado localizado na região da Baixa Saxônia, que “foi um dos principados mais importantes da Europa, e culturalmente o mais importante” (WOLFF, 2007, p. 27) e hoje é uma cidade pequena na Alemanha. Expulso do seu Reino, o duque fugiu para Holanda, acompanhado de filhos e camponeses fiéis convertidos ao catolicismo. De Amsterdã, acolheu a proposta de um funcionário do “recém-criado Império do Brasil querendo colonos para desbravar o Rio Grande

do Sul” (WOLFF, 2007, p. 39). Um dos filhos do duque, após briga com o pai que o deserdou, abriu a primeira igreja protestante na cidade. Os descendentes dele, já pobres, fundaram Santo Ângelo. Porém, a origem nobre foi esquecida pela família de Pérsio e “o castelo onde moraram três rainhas, biblioteca onde estudam Leibniz e Lessing não ficaram nem no inconsciente” (WOLFF, 2007, p.13), comenta Ulisses ainda no primeiro capítulo.

O núcleo familiar de Pérsio é formado pelos pais Theodoro Traurigzeit e Yolanda Malinoski, os filhos Ulisses, Otávio, Percival e a filha caçula, Ruth. Pobres e sem sinais de ensino formal, em 1944, a família decide sair da colônia alemã “Esperança” para viver em Santo Ângelo e abrir uma barbearia —chamada Vitória —em busca de uma vida melhor e para proporcionar mais oportunidades para os filhos. Com o mesmo propósito, precisaram se mudar novamente. Em 1946, para Porto Alegre, com o apoio da tia Almira e seu chefe, Dr. Hopke. A infância das crianças é rememorada com dificuldades financeiras, vergonha, repressões dos pais e castigos. Enquanto os avôs relatam ressentimentos pelo fracasso familiar ao emigrar para o Brasil, sentem-se enganados pelo Império brasileiro e tristes com a má recepção do povo brasileiro. A sensação de inadequação e frustração era constante, seja pela descendência alemã, ou pela pobreza dos personagens, cujos anseios de consumo e de sucesso sempre inalcançáveis. Assim, o medo, vergonha e culpa sempre rodearam os membros da família.

Esses sentimentos comuns a vários membros da família são enfatizados em relação a Pérsio: “Era louro rodeado de morenos, mulatos e negros; e chamava von Traurigzeit num lugar onde só havia Silvas, Oliveiras, Santos, Rodrigues e Pereiras, e “descobriu que seria definitivamente um estrangeiro — no Brasil ou no estrangeiro” (WOLFF, 2007, p. 100), enfatiza o *Narrador*. Aqui, cabe salientar, desde já, a reiteração do uso da palavra “triste”, ou “tristeza” para descrever Pérsio e muitos dos seus familiares ao longo da narrativa. Vejamos os seguintes trechos: “Ele é um homem triste”, afirma tio Rogério para falar de Tio Otávio (p. 19). “Sou um homem triste”, expressa o vô Hermano em seu relato (p. 25). Ainda: “por enquanto é um menino triste”, afirma Ulisses para se referir a Pérsio na infância. Em contraponto, o sentimento de felicidade, raramente descrito, aparece como algo iminente na vida de Pérsio, mas que nunca se realiza plenamente, como ilustram os trechos a seguir: “eles serão quase muito felizes até a morte dele em 1978”, afirma Pérsio sobre o irmão Otávio e sua esposa Márcia (p. 67). Sobre a relação amorosa entre Pérsio e Lucille, em 1975, o protagonista descreve: “eu estava estranhamente quase feliz” (p. 77). No mesmo sentido, enfatiza o *Narrador*: “Poucas vezes Pérsio estivera tão feliz em sua vida infeliz.” (p. 156). A mesma sensação de tristeza também é narrada por Ângela, filha de Pérsio, após encontrar o pai em 1975:

Pérsio falava do desamparo, do medo e da solidão, enquanto me apontava aquela criança abandonada, aquele homem que bebe, aquela mulher que fala sozinha. Foi nascendo dentro da minha alma uma culpa profunda que certamente não me deixará jamais. Como era possível voltar para a casa? Como era possível agradecer a Deus pela comida? Como era possível juntar a mesada para comprar novos discos? A felicidade passará a ser um projeto decididamente impossível. (WOLFF, 2007, p.143)

A melancolia e a sensação de impossibilidade da felicidade são sentimentos transmitidos pelas gerações da família e indicam uma temática importante para o romance.

Marcado pela infância difícil, Pérsio precisa enfrentar o mundo adulto cedo. Fingia ser mais velho e assim pulava fases da vida. Começou a trabalhar com 14 anos em um jornal antigetulista. Com o passar dos anos, as mentiras de Pérsio não se restringiam a sua idade, o que gerou uma autopercepção constante de impostor, mesmo quando alcançou sucesso na vida profissional e amorosa. Aos 18 anos, o jovem jornalista foi morar no Rio de Janeiro e lá se casou com sua primeira esposa, Lara, e teve sua filha, Ângela. Em poucos anos no Rio, “conquistou a cidade” (WOLFF, 2007, p. 369). Trabalhou em vários jornais importantes da cidade, fez amizades com artistas e celebridades. Experimentou romances com mulheres da elite carioca — como Marjorie — que o ensinara as regras da “vida social burguesa” que tanto criticava. Porém, em 1968, com a ditadura militar consolidada, foi acusado pela DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de comunista e ameaçado pela possibilidade da prisão, exilou-se na Europa.

Mais fragmentado, a segunda parte do romance concentra informações sobre a vida adulta de Pérsio, e as vozes narrativas se pluralizam, com amigos e colegas de trabalho também dividindo suas memórias. Durante o exílio, morou no Vietnã, na Itália e na Dinamarca. Apesar de distante, Pérsio continuou para jornais brasileiros de longe, e lecionou em universidades europeias. No Vietnã, presenciou a Guerra e um ataque vietcongue que quase tirou sua vida. Na Itália, viajou o mundo com uma fotógrafa grega, chamada Milena. Na Dinamarca, experimentou intensamente da liberdade sexual e da vida cultural. Viveu e perdeu um grande amor, com Lucille. Fez amizades com artistas e intelectuais, como Nicolay (que se torna uma das vozes narrativas do romance). Em síntese, após muitas aventuras e desventuras amorosas, intelectuais e de boêmia, em 1978 retorna ao Brasil.

Na chegada, a crise existencial de Pérsio se acentua, simbolizada por um episódio de dupla impotência: em um encontro sexual e na escrita literária. O *Narrador* em 1980, descreve a cena: “Pérsio se masturba e cinco minutos depois diz para a garota que é a própria imagem do Brasil, vulnerável, frágil, precocemente envelhecido e sempre pronto a ser explorado”

(WOLFF, 2007, p. 414). Nesse trecho, a costura entre a situação do personagem com o país é literal. Após de 80 a 90, Pérsio parece resolver muito de suas aflições. Essa resolução no âmbito pessoal parece estar relacionada a um movimento de autoconhecimento e de resgate a seu passado: um no plano amoroso, em 1981, conhece Bárbara — a mulher com quem ficará até o fim de sua vida e que será “razoavelmente feliz” (WOLFF, 2007, p. 455); outro, em 1984, quando em uma das visitas à sua filha Sabrina, na Europa, retorna a cidadezinha de seus antepassados nobres, Traurigzeit. Por fim, por completo acaso, em 90, ao visitar a mãe em Curitiba, descobre um segredo de sua mãe, o suposto “ingrediente da culpa que acompanhou os Traurigzeit” (p. 463). E assim, o filho magoado compreende a dor de sua mãe. Porém, o Brasil continua o angustiando.

Nos últimos capítulos é possível perceber a preocupação dos narradores em relação ao estado mental de Pérsio. A preocupação com Pérsio e seu futuro é exposto por vários personagens situados em 1995. No último capítulo, o *Narrador* alerta o leitor: “Pérsio não está nada bem.”. Em seguida, o tom de relato memorialístico acaba e inicia-se um longo diálogo (discurso direto) entre Pérsio e seus amigos dinamarqueses Nikolay e Kirsten, em novembro de 1995. O encontro acontece em uma visita de Pérsio aos amigos dinamarqueses em um vilarejo artístico de Roma chamado Olevano. As conversas tratam fundamentalmente do presente histórico dos personagens. Eventos de dimensão global (i.e. queda do Muro de Berlim e “o fim do comunismo”; globalização e imperialismo americano; influência da tecnologia e o computador na informação; decadência cultural e alienação completa do povo) são debatidos, cujo foco sempre se direciona aos impactos no Brasil e as razões da revolta e angústia de Pérsio com seu país. Após avaliar o ambiente político e social, Pérsio argumenta a Nikolay que o Brasil não tem mais solução. Mas, ressalva, tem um “maluco” que acredita: o *serial killer* da elite brasileira, conhecido como *Mão Esquerda de Deus*. Na véspera de seu retorno, Pérsio entrega a Nikolay o manuscrito de seu último romance, e apressado, pede sua opinião até o dia seguinte. O amigo cumpre o pedido do brasileiro, e após madrugar lendo o “romance histórico autobiográfico” de Pérsio, assusta-se com as últimas páginas. Ao final do livro, o personagem principal se suicida, repetindo o trauma familiar de Pérsio: “pulou da cadeira, estrebuchou por alguns instantes, e morreu todo cagado como seu tio Rogério Neuman, mais conhecido como o enforcado” (WOLFF, 2007, p. 481). Com medo da repetição do livro se realizar na realidade, Kirsten e Nikolay correm até o hotel à procura de Pérsio. Chegando lá, o porteiro os informou que, por coincidência, um “corcundinha muito elegante” apareceu procurando pelo brasileiro. Minutos depois, os três arrombaram a porta do quarto. Ao entrarem no cômodo encontram o quarto vazio, com uma carta endereçada a Nikolay:

Querido Gurdjeffnov, perdoa a decepção. Mudei de ideia. Há muitas coisas a fazer no Brasil. Sempre seu, Percival von Traurigzeit.

A propósito, o que quer dizer Traurigzeit, pergunta o porteiro. — Triste tempo — respondeu Nikolay ausente, olhos fixos numa barata d'água que atravessa a rua, completamente alheia aos automóveis. Mas Pérsio estava com muito dinheiro e não viajou para o Brasil. Tinha receio de que as pessoas erradas estivessem esperando por ele no Galeão.

FIM. (WOLFF, 2007, p. 482, grifo meu)

Com a tensão elevada ao clímax, em sua última página, o fim do romance *A mão esquerda* é diferente do romance de Pérsio. O personagem desiste do suicídio e muda seu aparente destino. Porém, a descrição final com a repetição da impossibilidade de retornar ao Brasil, retoma o suspense policial, que fica quase resolvido.

Assim, o romance, com desfecho aberto, somado a revelação do significado do nome da família Traurigzeit, como “triste tempo”, sugere uma metonímia para o Brasil dos anos 90, cuja realidade mais uma vez frustrou os anseios de democracia e transformação social, e que dessa vez parecia não ter mais saída à vista. Portanto, entende-se que o romance oferece uma espécie de “divã” para um Brasil em crise existencial, cujo resgate à memória oferece um acerto de contas com o passado, como veremos a seguir. Feita a introdução, a análise da narrativa investigará a interpretação produzida pelo romance e sua relação com a tipologia “história lenta”, proposta nesta dissertação. Seguiremos o mesmo padrão do capítulo anterior, dividindo em quadros compostos por elementos da interpretação nacional em questão.

Patrimonialismo e corrupção

Pela voz de Pérsio Traurig, o romance expõe turbulências de um Brasil pós-redemocratização. Os relatos do jornalista são carregados de revolta ao falar do país em 1995, traçado como: desigual, culturalmente fraturado por 20 anos de ditadura, neoliberal, corrupto, endividado e ainda comandado pelas elites de sempre. Mas, como já vimos nas quase 500 páginas do romance, Pérsio não é o único a contar essa história. Muitas outras vozes ecoam. Nelas, o Brasil e sua política não fazem parte da conversa. Os familiares de Pérsio compõem a maior parte dessas narrações. Apesar da diversidade de dicções e registros, confissões amarguradas conferem muito do tom da narrativa.

Enquanto no mundo ficcional de *Incidente em Antares* as relações patrimoniais marcam o relacionamento entre as famílias de coronéis que mandavam em Antares e o Estado, nesta saga familiar os protagonistas são de origem pobre, colonos do interior do Rio Grande do Sul. Vale dizer, são figuras afastadas do poder. Ainda que os eventos narrativos sejam precisamente sincrônicos com eventos da história do Brasil — como na participação de Thibaldo

e Theodoro na Coluna Prestes —, a política não é relevante nas memórias do núcleo familiar Traurigzeit. O Estado, seus representantes políticos e a vida pública são insignificantes em seus relatos, em contrapartida, o mundo privado é destacado. Nesse contraste, algumas dinâmicas sociais ganharão nitidez, em outra perspectiva.

Assim, se em Antares todas as mudanças políticas do país passavam pela sala dos coronéis Vacariano e Campolargo, aqui os personagens são espectadores da História — como qualifica o *Narrador* (WOLFF, 2007, p. 65). Essa qualificação nos alerta que a distância da política na vida desses personagens não significa que ela seja coadjuvante na narrativa. Ao contrário, essa distância é constitutiva da composição, e nesse ponto a noção de patrimonialismo novamente é pertinente e sugestiva para a análise do romance, como iremos demonstrar.

Uma perspectiva nova aparece quando o *Narrador* — situado em 1995 — entra em cena. Em seguida de um relato sobre a participação de Thibaldo e Theodoro na Coluna Prestes, o *Narrador* intervém: “O narrador garante que os irmãos Thibaldo e Theodoro Traurigzeit que em 1924 caminhavam pelas ruas barrentas de Santo Ângelo para irem ao encontro de Luís Carlos Prestes, nada sabiam do Brasil ou do que passava no Brasil” (WOLFF, 2007, p. 48). O comentário não deixa dúvidas do sentido do envolvimento dos meninos no movimento. O engajamento político dos irmãos era apenas uma aventura, e não correspondia qualquer politização dos personagens.

Em seguida, o narrador novamente declara sua função de ambientar o leitor para a “situação política, filosófica e econômica do país” (WOLFF, 2007, p. 64), fornecendo um pano de fundo para as demais narrações. A partir do entrelaçamento de um evento histórico com a vida dos personagens, como no exemplo da passagem de Coluna Prestes em Santo Ângelo e participação de Thibaldo e Theodoro, o *Narrador* avança e descreve as mudanças sociais e políticas brasileiras na década de 1920. Dentre elas, o surgimento de novos atores sociais disputando o poder político; vejamos a seguinte passagem:

Arthur Bernardes, candidato das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, ganhou fraudulentamente a eleição. Nilo Peçanha, candidato oficialmente derrotado pelas oligarquias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Esses barões latifundiários, aliados aos cafeicultores que viviam brigando entre si, mandavam no país e nomeavam seus representantes políticos. Em 1923, nos centros urbanos, começaram a surgir novos personagens que queriam uma fatia do poder: as classes médias, que se ocupavam do funcionalismo civil e militar, das profissões liberais, do clero e do comércio. Em troca de favores, como o aumento salarial do funcionalismo, os políticos tentaram cooptá-las para uma ou outra facção oligárquica. (...) No Exército a situação era a seguinte: os generais e marechais eram filhos dos ricos, os tenentes formados pelas escolares militares, que compunham de mais

de 65% da oficialidade vinham das classes médias. Os sargentos, cabos e soldados eram o povo e não piavam. (WOLFF, 2007, p.52, grifo meu)

A explicação desse episódio composta pela qualificação de Arthur Bernardes como “candidato das oligarquias”, pela referência de fraudes eleitorais e de troca de favores como ferramentas da elite para cooptar novas forças políticas e pela ausência do povo nas decisões políticas faz parte do repertório interpretativo sobre a cultura política brasileira que, com frequência, foi definida como patrimonial.

Assim, começamos a desconfiar que talvez o Brasil de Antares não fosse tão diferente do Brasil que revolta Pérsio em *A mão esquerda*. Porém, neste romance temos um dilema narrativo: como construir ficcionalmente esse Brasil a partir de personagens distantes do Estado e do poder? Dilema que, inclusive, é objeto de discussão metalinguística no romance. Defende-se que ao redor da noção de patrimonialismo, duas soluções formais a esse dilema são identificadas aqui: 1. na construção dos personagens ricos e suas relações com grupos sociais distintos (de classe e poder); e, como sugere a citação anterior: 2. na narração polifônica, transmitindo a perspectiva de personagens “letrados” que “interpretam” ou traduzem os eventos do mundo ficcional construído, seja em sua própria narração, seja em diálogo com outros personagens-narradores (i.e. *Narrador*, o Bobo, Percival). Vamos, portanto, a elas...

Os personagens ricos são traçados com características comuns. Em geral são egoístas, manipuladores, arbitrários, e não raro, violentos. A partir da interação social desses personagens com os protagonistas — a família de Pérsio — configura-se com clareza a representação de relações de domínio pessoal, mediada pela violência e a cultura do favor, onde a lei e a esfera pública não alcançam. Dr. Hopke, Mabel, Dona Moema e Waldemar são ilustrativos disso. De modo geral, são personagens secundários com aparições episódicas aparentemente insignificantes. Porém, ao analisá-los em conjunto há semelhanças significativas que permitem entendê-los como representação de classe.

Reparemos: Dr. Hopke é apresentado por Almira — tia materna de Pérsio — como um médico alemão famoso de Porto Alegre, que atendeu a mãe dela combatida por um câncer. Como o tratamento era inacessível para a família, Dr. Hopke propõe uma troca de favores. Ofereceu tratamento médico gratuito. Em troca Almira deveria trabalhar em sua casa para sua família (esposa Frau Anne Marie e a filha Mabel). Satisfeita com a oportunidade, Almira deixou a colônia Esperança e se mudou para a capital gaúcha. Primeiro como babá e empregada doméstica, e após a morte de Anne Marie, Almira foi promovida à governanta. Nessa ocasião, como governanta, levou a irmã mais nova, Ofélia, para trabalhar lá também.

No capítulo XVII, composto por uma carta escrita em janeiro de 1945, Ofélia convida a irmã Yolanda — mãe de Pêrsio — para também se mudar para Porto Alegre e morar na casa dos fundos de Dr. Hopke. Nela, defendem-se as vantagens em sair do interior e morar na capital. Em seu texto, Ofélia enfatiza o uso da influência do médico para conseguir oportunidades para a família na cidade. Como a oferta de um vantajoso ponto comercial para barbearia de Theodoro e uma bolsa de estudos em um colégio de elite para Pêrsio (WOLFF, 2007, p. 123). Ambas as irmãs, em suas narrações, apresentam o Dr. Hopke como um “homem bom”, generoso e rico (WOLFF, 2007, p. 82).

A riqueza do personagem é enfatizada por Almira na descrição da casa e do bairro: “Moro num **palácio** no bairro Independência, em Porto Alegre” (WOLFF, 2007, p. 73, grifo meu). “Um verdadeiro **palácio**. Tem mais de dez quartos e cinco banheiros. (...) e mais de vinte cômodos”, foi a descrição feita por Ofélia (WOLFF, 2007, p. 82-84, grifo meu). Além delas, Ulisses também reafirma essa impressão, quando ele relaciona classe e espaço da cidade; vejamos o seguinte comentário: “onde moram os super-ricos, gente que nem o Dr. Hopke” (WOLFF, 2007, p. 87). Assim, infere-se que o médico era alguém da elite, não um médico “qualquer” de classe média.

Ainda sobre a benevolência de Dr. Hopke descrita pelas irmãs Ofélia e Almira, há alguns ruídos na sua caracterização. O primeiro ruído deles é identificado na cena em que Mabel — filha do médico —, carente de carinho do pai, presencia uma cena misteriosa. Segue o trecho:

Quando não está no consultório, está na biblioteca em intermináveis reuniões com uns alemães carrancudos e misteriosos que bebem e discutem muito. Uma noite, ele se esqueceu de me dar boa noite em meu quarto e eu fui ao seu encontro na biblioteca. Entrei sem bater, pois haviam deixado a porta entreaberta. **Papai e três homens queimavam uns papéis na lareira**. Um deles me olhou como se quisesse me matar com os olhos e perguntou, gritando, o que eu fazia ali. (Wolff, 2007, p. 91, grifo meu)

A cena acima causa um suspense sobre quais atividades Dr. Hopke praticava, além das consultas médica. A partir dos olhos inocentes da menina, a queima de documentos e a presença de “alemães carrancudos e misteriosos”, infere à leitora adulta a suspeita de alguma ilicitude nos negócios do médico e, conseqüentemente, na origem de sua riqueza.

O segundo ruído sobre a índole do médico ocorre com a suposição dele ter “tirado a virgindade” de Almira. No capítulo XV, apresentado como um diário de Almira, ela se apresenta assim: “Sou mulher honesta e virgem” (WOLFF, 2007, p. 71). Porém, na última frase do relato afirma: “Menti. Faz uma semana que não sou mais virgem” (WOLFF, 2007, p. 76). Esse suspense é aguçado quando no capítulo XXIII, Otávio — irmão de Pêrsio — declara: “Da mesma forma que não posso garantir serem verdadeiros os cochichos que chegavam aos meus

ouvidos de que o Dr. Hopke, depois que a mulher dele morreu, tirara os três da Tia Almira” (WOLFF, 2007, p. 115-116). Assim, o possível envolvimento sexual entre Dr. Hopke e Tia Almira conflita com o caráter bom e generoso de Dr. Hopke, inferindo à leitora um comportamento abusivo do personagem, próprio de seu poder de classe e patriarcal. Em meio ao suspense, a “última palavra” sobre o Dr. Hopke fica com o *Narrador*, quando este apresenta a situação em que Theodoro é despejado e precisa mudar para outro bairro, em razão do arbítrio do médico; vejamos:

Não se sabe se por causa do Otávio ou por causa dos jogos íntimos que Ulisses praticara com Mabel no jardim da casa do Dr. Hopke, a verdade é que Theodoro deixou de ser barbeiro durante um tempo. Em janeiro de 1946, o dono da casa da Cristovão Colombo informou que a família von Traurigzeit tinha um mês para se mudar. A desculpa dada foi a de que precisa de dinheiro urgente e teria de colocar o imóvel à venda. **Como a transação imobiliária fora feita na base da palavra, o barbeiro nem tentou reclamar, pois o dono do prédio poderia diminuir o prazo de desocupação.** Esta situação foi motivo de ruidosas discussões entre Theodoro e Yolanda até altas horas da madrugada, **sem que atinassem com as verdadeiras razões do locador. A única verdadeira era esta: o alemão rico, Dr. Hopke, virara-se para outro alemão rico, o dono da casa onde fora instalada a barbearia, e dissera: Despeja aquele alemão pobre do teu prédio. E assim foi feito.** (WOLFF, 2007, p. 99, grifo meu)

Diante da imagem generosa e benevolente de Dr. Hopke emerge outra versão: os favores concedidos pelo médico são ferramentas da dominação sob seus funcionários “leais”, reforçando a representação do comportamento da elite como arbitrária, oportunista e abusiva. Com Mabel — filha de Dr. Hopke — as características são semelhantes e podem ser identificadas na cena presente no capítulo XIX (Mabel: 1945). Lá, a garota descreve quando Pêrsio — com cinco anos e sonâmbulo — entra em seu quarto à noite, e ela o envolve em sua iniciação sexual. O abuso do comportamento de Mabel fica evidente pela idade do menino e pela reação dele às carícias da menina, como: “Pára, Mabel, pára. Está doendo” (WOLFF, 2007, p. 95). De maneira quase típica em casos de abuso, ela pede segredo com ameaças, evidenciando a diferença de poder entre os dois: “Você não pode dizer para ninguém, mas ninguém mesmo, que estive na minha cama e me viu pelada. Se contar, além de ir para o inferno, meu pai manda tuas tias embora” (WOLFF, 2007, p. 94). Ainda, após perceber o fascínio do menino pelos livros presentes no quarto, Mabel o manipula para voltar oferecendo recompensa: “todas as vezes que você vier deitar comigo pode levar um livro” (WOLFF, 2007, p. 96). Após o relato de Mabel, o *Narrador* novamente comenta sobre o evento relatado:

Cinquenta anos antes, Pêrsio continuava suas visitas de madrugada ao quarto de Mabel, onde examinavam os progressos dos respectivos corpos e algumas horas depois a menina mandava o nosso herói, com um livro debaixo do braço, de volta para o quarto da sua tia Almira. (...) Quem foi descoberto por Ofélia,

bolinando as partes íntimas da sua princesinha, foi Ulisses. **Aparentemente ela já não se contentava com um tico de cinco anos e foi atrás de um de doze.** (WOLFF, 2007, p. 96, grifo meu)

Com esse trecho fica evidente para o leitor o jogo de poder de Mabel, que usava de sua posição de “dona da casa e dos livros” para “mandar” em Pérsio, e usá-lo para sua satisfação. Com a Dona Moema, uma personagem de passagem breve, acontece algo parecido. Apresentada por Pérsio como mãe de um colega rico do colégio Batista Americano, é com ela que o jornalista perde sua virgindade e vivencia sua primeira frustração amorosa, com 13 anos. Dona Moema é caracterizada como uma mulher atraente que seduz o menino para satisfação de suas fantasias sexuais, e depois, arbitrariamente, o dispensa; examinemos a descrição:

Entre os garotos havia um particularmente pernóstico, pois morava numa casa bem melhor que as outras da rua. Além disso, o pai era advogado. Me aproximei dele, pois sua mãe, dona Moema, era bonita e vivia dentro de um robe de chambre extremamente generoso. De modo que quando podia estava na casa do Geraldo - este o nome do guri - a espera de uma xepa visual. Uma tarde, me entediava à morte jogando uma partida de damas com o Geraldo, quando sua mãe pede a ele que vá à padaria. (...) **Depois de uma conversa mole sobre os meus estudos a qual deixou o roupão abrir várias vezes, dona Moema tirou a minha virgindade.** Assustei-me porque a mulher gritava muito e dizia, enquanto gozava, me assustando e me dando prazer ao mesmo tempo: “Olha, seu corno, como estou sendo comida por um menino de treze anos” Me ensinou todo um ritual. (...) O problema é que se eu estava apaixonado por dona Moema, que fazia gato e sapato de mim, ela estava apaixonada por um português, nosso vizinho, garçom de um botequim. Flagrei os dois trepando na sala, só que quem comentava os cornos de seu Aristides era o português. (WOLFF, 2007, p. 200, grifo meu)

Aqui mais uma vez a descrição da casa é um fator distintivo de classe na narrativa, e o comportamento dos personagens da elite é arbitrário e violento, sendo o sexo um espaço recorrente de exercício de poder e controle sobre o outro. As relações estabelecidas entre os personagens ricos (visivelmente secundários na história) e os membros da família Traurigzeit são de domínio. Assim, a narrativa representa o outro de classe como objeto de gozo de quem detém o poder — seja em sentido metafórico, seja na literalidade sexual.

Enquanto nos personagens anteriores as características abusivas não são explícitas na narração, com o personagem Waldemar, elas são marcadas de modo quase caricato. O abuso e arbitrariedade são reconhecidos por todos ao seu redor, e adjetivadas pelos narradores. Vejamos: Waldemar é descrito por Nikolay — amigo de Pérsio — como um milionário sem caráter, oportunista e presunçoso. A casa do personagem é definida como um “**palácio oriental**” (WOLFF, 2007, p. 334, grifo meu), que novamente aparece como distinção de classe. Diferente dos outros personagens, aqui a origem imoral da riqueza é exposta sem qualquer suspense: provinha de um empreendimento imobiliário na ilha Lanzarote, realizado com a

exploração dos pescadores locais na compra de terras. Segundo Nikolay, os compradores eram milionários “ladrões” que provavelmente precisavam “lavar dinheiro” comprando casas no condomínio de luxo (WOLFF, 2007, p. 303).

As cenas descritas por Nikolay expressam Waldemar como uma figura presunçosa e controladora, especialmente com as mulheres. Lucille, por exemplo, era tratada como sua propriedade, um instrumento de prazer e do sucesso de seus negócios, mesmo com o fim do casamento (WOLFF, 2007, p. 332). A assimetria de poder entre eles, especialmente econômico, favorece uma relação baseada em acordos de interdependência. Enquanto Waldemar oferecia moradia, as melhores escolas para seus filhos, e uma “mesada”, em troca, exigia sexo e a presença de Lucille em seus negócios. Sobre isso, o narrador comenta:

O problema, que não contei ainda, é que Waldemar amava Lucille ou pelo menos acreditava amá-la, pois de todas as mulheres que teve foi a única que ele não conseguiu dobrar com a força do dinheiro. Ela recusava-se a ficar impressionada. Teria sido mais inteligente, porém, se ficasse ao lado dele e tentasse botar seus direitos no papel. Afinal, era legalmente casada com ele. (WOLFF, 2007, p. 334, grifo meu)

Pelo trecho acima é possível identificar que a relação entre Waldemar e Lucille, apesar de assimétrica, era mediada pelo Estado e pela lei. Diferente, por exemplo, da relação entre Theodoro e Dr. Hopke. Enquanto a primeira tinha repercussão na esfera pública, a segunda era privada. Vale dizer, baseada no favor, na dependência e na piedade entre desiguais. Com um aluguel feito “de boca”, Theodoro era completamente vulnerável ao despejo. Não havia Estado para recorrer. O barbeiro dependia da arbitrariedade de quem detém o poder, nesse caso, o proprietário. Na configuração desse mundo ficcional, há uma clara hipertrofia da dimensão privada sob a pública, em que direitos e de cidadania não tem espaço. Esse elemento é fundamental para avaliar a representação do Brasil na narrativa.

Outro elemento marcante no personagem Waldemar é identificado na relação conflituosa com Pérsio. Observemos: após ter conhecimento da fama de Pérsio de “mulherengo”, o dinamarquês o convida para uma festa em seu “palácio”. Na ocasião em que se conhecem, Waldemar provoca Pérsio em uma espécie jogo de poder, com cenas de exibicionismo sexual e controle sobre as mulheres. Como reação, Nikolay narra que Pérsio “desceu as escadas como um louco, berrando: — só não quebro a cara desse fascista de merda porque estou na casa dele” (WOLFF, 2007, p. 337). O conflito se acentua quando, mais tarde, Lucille e Pérsio se apaixonam e escolhem viver juntos, arriscando o domínio de Waldemar sob a ex-esposa. Ao conhecê-la, as primeiras palavras de Pérsio foram: “seu marido é o pior filhodaputa que já conheci, e olhe que já conheci campeões” (WOLFF, 2007, p. 338). Porém,

Waldemar não desistiu do “jogo”. Em meio a crises no relacionamento de Pêrsio e Lucille, o ex-marido sempre estava disponível para ajudá-la com mais favores. Inclusive, o dinamarquês tira proveito da vulnerabilidade de Pêrsio. Na ocasião que Pêrsio está sem dinheiro, fragilizado por uma traição de Lucille, e ainda procurado pela polícia dinamarquesa por um assassinato que não cometeu, encontra chance de virar o “jogo” e oferece ao brasileiro um acordo. Ofereceu: dinheiro, passagens aéreas e um passaporte falso para Pêrsio voltar ao Brasil. Em troca: a ajuda de Pêrsio em recentes negócios, na compra de pedras semipreciosas em comunidades pobres no interior do Brasil. Diante da vulnerabilidade, Pêrsio acaba cedendo e volta ao Brasil em 1978. Mas o “jogo” não acabou. Em Minas Gerais, Pêrsio cumpriu o combinado e encontrou Waldemar, que se comportava “como o verdadeiro canalha que era” (WOLFF, 2007, p. 415). “Tinha crises histéricas” com os vendedores de topázio, descritos como “gente humilde, casas toscas, pediam pelas pedras um preço que a Pêrsio, que não entendia do ramo, parecia justo”. Ao final, os dois tem um diálogo “de acerto de contas”. Na conversa, o dinamarquês revela que planejou a traição de Lucille com Brian para estragar o relacionamento de Pêrsio com a única mulher que amou, e que, acima de tudo, precisava para seus negócios. Por fim, como “trunfo” Waldemar novamente propõe um acordo. Ofereceu: um salário de três mil dólares. Em troca: Pêrsio trabalharia como seu representante comercial no Rio de Janeiro. Tomado de raiva, Pêrsio “inverte” o jogo. Com uma arma encontrada no portaluvas do carro, ameaça matar Waldemar. Observemos um fragmento da cena:

Waldemar — disse Pêrsio, presta bem atenção no que eu vou dizer. **Eu sei que o dinheiro compra tudo e acaba vencendo, mas o amor é um troço que o dinheiro nem sempre pode comprar.** (...) Naquela época, porém, eu não entendia o *danish way of life* e acho que nunca vou entender. Mas o teu problema não é de cultura local. **Você é um javali internacional e conheci muitos, principalmente aqui no Brasil. Perto deles você não passa de um amador. Vocês pouco se importam com quem a mulher de vocês fode, contanto que continuem sendo proprietários dela. (...) Você passou a vida inteira sacaneando os outros, roubando dos pobres para dar aos ricos, corrompendo, fraudando, explorando e quando, finalmente, consegue tudo o que quer, a mulher de volta e o seu amante como teu empregado o que acontece? (...) Gente como você não serve para nada. eu vi como você trata os pobres desgraçados do meu país. Eu vi os teus berros e tua histeria.** Só que agora você não está na Dinamarca. Você está no meio do sertão mineiro, e ninguém vai sentir a falta de um porco como você. Daqui a alguns anos alguém vai perguntar pelo Waldemar e não haverá nem uma ossada para dizer que é tua. **De modo que te prepara. Pêrsio ia mesmo matar Waldemar e com ele todo o sistema capitalista todos os vendedores de armas, traficantes de drogas, mercadores de escravas brancas, latifundiários, o diabo, não fora ele ter se cagado** (WOLFF, 2007, p. 417-418, grifo meu).

A definição acima de Waldemar como “javali internacional” indica que o comportamento egoísta, arbitrário e violento do personagem não era uma expressão individual, mas uma característica de classe, da elite. Aliás, especialmente da elite brasileira, enfatiza Pérsio. Já que perto dela (da elite brasileira), Waldemar “não passa de um amador” (WOLFF, 2007, p. 417). Assim, a partir da caracterização comum de personagens ricos, a narrativa articula uma representação da elite brasileira. A descrição explícita da desfaçatez e brutalidade do dinamarquês, por meio do distanciamento e espelhamento de comportamento, confere nitidez para o caráter violento e arbitrário dos personagens brasileiros anteriores, cujas relações sociais marcadas pela benevolência paternalista-patriarcal e por códigos sociais de masculinidade e virilidade deixam invisíveis ou tênues. O domínio pessoal aqui é baseado em relações tradicionais onde o direito e a esfera pública não entram.

Como já indicado no início, esse comportamento da elite presente na narrativa dialoga com a noção de patrimonialismo, especialmente na concepção presente em Florestan Fernandes (2006), caracterizada pelas relações de classe marcadas pela dominação pessoal das elites, que usam como ferramenta de domínio a cultura do favor e a violência — o que se estende para a relação com o Estado.

O efeito social dessa estrutura patrimonial para Florestan Fernandes, descrito por Aristeu Portela Junior no trecho a seguir, encaixa-se com a representação de *A mão esquerda*; notemos:

Foi, com efeito, graças a essa composição estrutural (cujas características são acentuadas no período imperial) que a maior parte da população brasileira adulta acabou por não ter participação direta na vida política ou ter acesso a ela apenas para exercer atividades subordinadas aos interesses das camadas dominantes. Formaram-se, assim, duas orientações de comportamento, que eram sancionadas pela tradição e reforçadas por uma longa prática: de um lado, nas camadas populares, a de alheamento e de desinteresse pela vida política; de outro, nas camadas dominantes, a de que o exercício do poder político fazia parte dos privilégios inalienáveis dos setores “esclarecidos” ou “responsáveis” da nação. (PORTELA JÚNIOR, 2012, p. 20)

Assim, na representação da desfaçatez da elite e de suas relações na dimensão privada, está submerso no romance um Brasil patrimonial. Nesse sentido, é importante ressaltar que as relações patrimonialistas, ainda que tipicamente definidas a partir das relações com o Estado, mantém sua expressão na dimensão privada, como enfatiza Aristeu Portela Júnior:

As relações patrimonialistas continuaram a ter plena vigência no nível do domínio senhorial propriamente dito (ou seja, na organização da economia escravista e nas estruturas sociais que lhe serviam de base), bem como nas relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes parentelas; no entanto, a organização do “poder central” foi colocada em um plano independente e superior, no qual a dominação patrimonialista se

fazia sentir apenas de maneira indireta e condicionante. Os estamentos dominantes possuíam, assim, duas esferas dentro das quais se exerciam suas probabilidades de poder: o nível do “domínio” e o nível da “nação”. (PORTELA JÚNIOR, 2012, p. 23)

A extensão desse comportamento abusivo para o mundo da política, ou no nível “da nação”, como enfatiza o autor, aparece no romance, mas nas vozes críticas e analíticas dos narradores-personagens “esclarecidos” ou “letrados”: o *Narrador*, Percival e o Bobo. Por isso, só nos relatos onde o Estado e a política “existam” e importam, o termo “corrupção” que intitula o quadro interpretativo também aparece. Ou seja, é a partir da narração polifônica que se aponta a segunda solução formal para construção do Brasil patrimonial e corrupto no romance.

Ainda que tenham suas particularidades e diferentes funções na narrativa, Percival, *Narrador* e “o Bobo” carregam algumas semelhanças. A primeira característica está na erudição. Todos recheiam seus relatos com referências literárias e filosóficas. Ainda, o registro de linguagem da narração é formal, sem qualquer marca de oralidade além dos diálogos. No sentido estrutural do romance, os capítulos narrados por eles são mais longos que a média dos relatos. Quanto à temporalidade e a temática narrada, também é possível identificar padrões. Enquanto Percival e o *Narrador*, na maioria das vezes estão situados no presente narrativo e falam sobre o Brasil. “O Bobo” está situado no passado, narrando histórias dos antepassados de Pérsio, nos anos 1594, 1689, e, por fim, em 1824 — quando os von Traurigzeit embarcam para o Brasil. E, finalmente, como veremos em cada um deles, os três são críticos ao poder político e suas relações patrimoniais.

Começamos pelo *Narrador*. Podemos notar pelas citações anteriores, a presença dele é ativa, articula os eventos narrativos com eventos históricos do Brasil, bem como do principado que Percival descendia na Europa. Constantemente esse narrador classifica os personagens em grupos sociais de classe e poder, expondo a relação de domínio patrimonial entre eles, o que deságua na política e no Estado, deixando “o povo como mero observador da História” (WOLFF, 2007, p. 65). Mas não só, qualifica também essa situação como imóvel na história do país, perceptível no seguinte trecho:

A situação do país foi sempre a mesma. Começou quando Cabral chegou ao Brasil distribuindo espelinhos, gripe, peste, escravidão. Posteriormente, as elites — nunca mais de 1% da população —, que detém mais de 50% do capital circulante, roubaram para a Inglaterra, para a França, para os Estados Unidos como roubam hoje para o Fundo Monetário Internacional. (WOLFF, 2007, p. 49)

O tom controlador na construção da narrativa, por vezes arrogante, expõe no romance um dilema da representação do Brasil na voz de personagens colonos de maneira provocativa.

A posição privilegiada dos “letrados” para representar e falar do país e de sua política é ironizada; vejamos:

Uma questão de ordem, como se dizia antigamente. A rigor, o presente capítulo não precisaria existir. Ocorre que o autor deixou-se cair numa armadilha literária ao colocar o bolicheiro Herbert Muller de la Cruz contando os acontecimentos daquele dia 4 de novembro de 1924. Ao fazê-lo dialogar com o jovem vendedor Otávio von Traurigzeit, meteu-o numa camisa-de-força, pois não é preciso ser nenhum Edmund Wilson ou Álvaro Lins para entender que nesse teatro forçado ele não poderia parar a fala para comentar sobre a bodega, a situação política, filosófica do país, já que não teria conhecimentos suficientes, tampouco introduzir novos personagens. Caso insistisse nessa loucura, o estilo certamente sairia prejudicado, mais para realismo mágico que para ficção histórica introspectiva. (WOLFF, 2007, p. 64)

(...)

Graças a sua desatenção debatemos longamente, eu e o autor, sobre quem deveria narrar o presente capítulo: o menino Pérsio ou meu. Argumentei que ao ver uma criança faminta ele jamais poderia descrevê-la como uma criança esquelética, pois seu vocabulário é naturalmente muito limitado, ao passo que eu, o narrador, poderia botar milhares de vocábulos numa balança e escolher aquele que tivesse sonoridade, peso e colorido para cada ocasião. (WOLFF, 2007, p. 100)

As narrações feitas por Percival também corroboram a representação da elite apresentada, sendo um dos retratos de um Brasil patrimonial. Porém, o posicionamento político do narrador possui um tom exaltado, romântico e moralista. Menos “analítico” e racional que o *Narrador* — uma espécie de duplo de Pérsio. Ácido, desbocado e engraçado, o timbre do personagem é coerente com um jornalista que trabalhou no *O Pasquim*, e, também, do próprio autor, Fausto Wolff.

Para Pérsio, a elite, que compõe 1% da população, é frívola, exploradora e egoísta. Ainda, são que “mandam no país” e culpados pelas mazelas brasileiras. A classe política pós-redemocratização também entra na sua conta: nomes como Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso (não nomeado no romance) são atacados como corruptos e representantes dos interesses dessa minoria.

Os escândalos de corrupção não aparecem apenas nos comentários ácidos sobre os presidentes do Brasil, mas entram na história com o personagem Ícaro Carvalho — jornalista e amigo de Pérsio — denunciado no escândalo de Anões do Orçamento. O evento é uma clara alusão a Ibsen Pinheiro e o escândalo de corrupção brasileiro ocorrido no fim dos anos de 1980. No romance, a denúncia de corrupção deixa o jornalista preocupado e em crise sobre a possível culpa de seu admirado amigo. Por fim, Pérsio se convence da inocência de Ícaro e expõe sua frustração com a política brasileira:

Acordado eu me respondia: Seria Ícaro tão ingênuo a ponto de não saber que a mulher de César não basta ser virtuoso; precisa parecer virtuoso? Todos os ladrões salafrários, vampiros envolvidos no processo do orçamento voltarão a se eleger porque voltarão a comprar os seus votos do povo indefeso da região mais miserável do país. Meu irmão Ícaro jamais será eleito porque é um homem honrado; porque derreteu suas asas ao sol. (WOLFF, 2007, p. 364)

Outra ocasião que a corrupção aparece na narrativa é no capítulo LI, num relato de 1993, quando Pérsio perde mais uma candidatura a deputado e presencia fraudes eleitorais na apuração, cuja corrupção até gente do seu partido estava envolvida, desabafa, desiludido (WOLFF, 2007, p. 356).

Diversas metáforas de animais são usadas para salientar a figura parasitária da elite na política brasileira: javalis, tubarões brancos, e por fim, nas últimas páginas do romance, de pássaro cuco, *cuculus conarus*, que segundo Pérsio devia ser o símbolo do Brasil, e estar na nossa bandeira. Sobre a última metáfora, ela foi citada num diálogo entre Pérsio e os amigos dinamarqueses Nikolay e Kirsten; vejamos a cena:

— E o que é isso tem a ver com o Brasil? — pergunta Kirsten.
 — Será possível que vocês não tenham entendido? Esse pássaro mau-caráter deveria ser o símbolo do Brasil. Aliás, deveria estar na bandeira brasileira (...) Temos trinta milhões de pessoas que trabalham sem condições de consumir, ou seja, se deixam explorar para ter apenas o mínimo para continuar vivas. Se não trabalham num dia não comem no outro. Temos trinta milhões de pessoas — a classe média — que ainda consomem, mas vão empobrecendo rapidamente. Finalmente, temos menos de um milhão de pessoas que detém 50% do capital circulante no país, fora o que mantém em cofres no Caribe e na Suíça. Este último grupo é que decide sobre o destino dos outros. Da alimentação à cultura, da justiça à saúde, da educação à moradia e ao transporte. Temos terras devolutas, onde poderia caber mais que a metade da Europa, entretanto ainda não temos uma reforma agrária. Um país que desde 1964 vem sendo dominado pelos mais diversos cucos, todos gordos, riquíssimos, alimentados pelos trabalhadores que ganham o menor salário do mundo, mas são milhões. (WOLFF, 2007, p. 468, grifo meu)

Como na citação do *Narrador* na página anterior, Pérsio também denunciava como um problema histórico, não só de concentração de renda, mas de poder político nas mãos de uma elite parasita do povo brasileiro, que “há quinhentos anos esses pobres coitados, principalmente no Nordeste, são corridos por coronéis latifundiários filhospaputa, milionários de merda” (WOLFF, 2007, p. 429). Assim, para ele, a parasitagem da elite no Brasil é marcante, histórica e devia ser o símbolo nacional bandeira.

Enquanto nos capítulos narrados pelo “corcundinha ilustrado”, a descrição dos duques, e das relações entre a Corte e os súditos pode ser espelhada na narrativa com características de Pérsio, e com as relações de poder brasileiras criticadas por Pérsio e pelo *Narrador*. Uma delas é o embaralhamento entre público e privado, característica típica da noção de patrimonialismo.

Ao descrever conflitos religiosos e guerras do período, esse narrador os qualifica como disputas de poder motivadas por interesses privados e econômicos. Assim, o Estado é utilizado como instrumento de necessidades pessoais e privadas. “O Bobo” ressalta que o povo fica ausente dessas decisões políticas e da História, morrendo pelos reis em vão (WOLFF, 2007, p. 347). Nesse sentido, temos alguns comentários do narrador:

Shakespeare sabe bem que o drama do meu príncipe não passa de uma série de fatos alinhavados sobre as lutas de um bando de príncipes rufiões que se põem ora ao lado de Lutero, ora ao lado do eventual imperador do Sacro Império Romano, que afinal, não é sacro, nem império, nem romano. Religião é o que menos importa à maioria deles. Mudam do catolicismo para o protestantismo de acordo com seus interesses (...) O povo, cuja opinião ninguém pede, muda de religião com seus príncipes. Até os judeus de Traurigzeit comparecem aos serviços religiosos protestantes aos domingos, embora secretamente realizem suas próprias cerimônias, enquanto isso não interferir nos negócios do Estado, o príncipe fechava um olho. (WOLFF, 2007, p.186-187, grifo meu)

(...) À custa da morte de centenas de milhares de camponeses, principalmente, se estabeleceu, afinal, a estrutura de uma Europa moderna, formada por uma comunidade de Estados soberanos. (WOLFF, 2007, p. 347)

Para “o Bobo”, a mistura de interesses privados na política estava presente no comportamento dos príncipes da dinastia. Henrique Julius, por exemplo, descreve: “Dentro dele as razões pessoais lutam com as razões de Estado. Quando está bêbado se lixa para as razões de Estado, mas, como é um dos príncipes mais ilustrados do mundo, sabe que no final elas triunfarão” (WOLFF, 2007, p. 276). Para o Augusto, afirma: “Você é um grande homem, Augusto, mas infelizmente não é nem um pequeno rei” (WOLFF, 2007, p. 354). E por fim, sobre Ivã IV, também da dinastia Traurigzeit, que morreu encarcerado em 1764 impedido de assumir o trono por um golpe, comenta: “se aquele pobre louco fosse colocado no trono, seria apenas para servir de joguete aos verdadeiros donos do poder” (WOLFF, 2007, p. 406) — com consciência ou não — o termo remete a obra clássica de Raymundo Faoro, que critica o caráter patrimonial do Estado brasileiro, herdado da Monarquia Portuguesa.

Assim, a última frase enfatiza um elemento importante da interpretação do narrador, de que o Estado era cooptado por interesses privados, não só de seu líder, mas fundamentalmente da classe dominante — detentora do poder. A cena a seguir, com narração apontada no ano 1594, com um diálogo entre o príncipe Henrique Julius e seus súditos, reforça essa interpretação:

Neste momento batem à porta da sala do trono. Um soldado traz dois homens que conheço bem. Um é Bortch, o fornecedor de gansos do palácio, e o outro é meu amigo, o judeu Weinberg:

— Majestade — diz Bortch, se ajoelhando —, eu venho atrás de justiça.

— E justiça terá. O que te traz até o meu trono?

— O judeu Weinberg vive importunando a mim, minha mulher e meus filhos atrás de dinheiro.
 — Que dinheiro?
 O judeu interrompe:
 — Dinheiro que emprestei a ele um ano atrás.
 — A juros abomináveis.
 O príncipe se enfurece.
 (...) — Mas os juros não são escorchantes. São dez por cento ao ano.
 — Bortch, seu filhodaputa, não foi para agradar a vocês que eu proibi os judeus de terem terras em Traurigzeit?
 — Foi, meu senhor.
 — Não foi por causa dos comerciantes que eu os proibi de abrirem qualquer estabelecimento?
 — Foi, meu senhor.
 — Então como é que você que este pobre judeu viva, se não for emprestando dinheiro?
 — Mas os juros?
 — Vamos fazer o seguinte: você tem um mês para pagar o que pediu emprestado. Os juros você paga em gansos.
 — E o que é que vou fazer com os gansos? — lamenta-se Weinberg.
 — Os gansos você come e se não comer fale com o tesoureiro e revenda-os aqui no castelo. Assunto encerrado. Fora da minha vista. (WOLFF, 2007, p. 191, grifo meu)

Como se vê no diálogo acima, o príncipe assume que leis foram motivadas para beneficiar o comércio local e que a estrutura do Estado era usada como solução econômica de negócios privados. Mas, afinal, qual a função desses relatos do passado para a narrativa e para análise da construção do Brasil nesse mundo ficcional?

Como sugerido no início, a partir de um espelhamento narrativo encontramos respostas. Ao longo da leitura, é fácil identificar características idênticas entre os duques e príncipes e Pérsio: mulherengo, bebedor, egocêntrico, sensível, apaixonado pelas artes cênicas, desejo pela intelectualidade, e até completam aniversário na mesma data, em 8 de julho (WOLFF, 2007, p. 110 e p. 385). Essa repetição geracional é confirmada, inclusive, pelo “o Bobo” nesse trecho: “Como todos os von Traurigzeit, dos século X até o fim da humanidade, no ano 2000, ele tinha esta incrível capacidade de ser um touro bravio num instante, para emocionar-se as lágrimas no outro” (WOLFF, 2007, p. 350).

Desse modo, conclui-se que a repetição geracional é um elemento constitutivo dessa narrativa, indicando que as relações de poder desse Brasil em crise na década de 90 — denunciadas por Pérsio — são reflexo de um passado persistente e de uma história estática. Assim, conforme demonstrado, a partir de duas soluções formais, quais sejam, a construção de personagens e com a multiplicidade de narradores, um Brasil patrimonial é configurado na narrativa.

Por fim, num romance composto por diversas vozes, com uma narrativa fragmentada, entende-se que o quadro interpretativo de patrimonialismo e corrupção oferece unidade na representação do Brasil de 1995, interpretado pelo romance. Um Brasil que “sempre os mesmos ganham a briga” (WOLFF, 2007, p.162); que é “uma armadilha para os pobres” (WOLFF, 2007, p. 26 e 334), “que devia ter o pássaro parasita na bandeira”. Assim, em *A Mão esquerda*, a narrativa identifica — como em *Incidente em Antares* — no patrimonialismo um dos fantasmas responsáveis pela compulsão brasileira ao imobilismo histórico e ao “fracasso, fracasso, fracasso”, como bradava — numa paródia shakespeariana — o príncipe Henrique Julius von Traurigzeit (WOLFF, 2007, p. 275).

Autoritarismo e violência

No mundo ficcional do romance de Wolff são recorrentes as expressões de violência e autoritarismo da história brasileira. A maneira como esses eventos são entrelaçados com a vida dos personagens apontam a relevância desses traços para narrativa e consequentemente para a interpretação de país produzida por ela.

De modo mais evidente, a ditadura militar iniciada em 1964 é responsável por mudar o rumo do personagem principal, um jornalista que no auge profissional precisa deixar o Rio de Janeiro, por medo da perseguição política. Como já mencionado anteriormente, em 1968, Pêrsio recebeu uma intimação do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) com a acusação de ser comunista. Diante do rumor de sua prisão, o jornalista decidiu sair do país, voltando apenas 10 anos depois. Mesmo distante, Pêrsio continuou envolvido com a situação brasileira. A menção ao trabalho para *O Pasquim*, e uma viagem clandestina em 1975 para filmar uma sátira da ditadura (WOLFF, 2007, p.133), e a colaboração com o Tribunal Russell com envio de lista de presos políticos que foram torturados (WOLFF, 2007, p. 135) são exemplos de um engajamento crítico do personagem durante o período de exílio. A repressão praticada pelo governo militar novamente atinge a vida de Pêrsio quando descobre que Maria — o seu primeiro amor — morreu “durante uma sessão de tortura, numa masmorra da Polícia Militar de Belo Horizonte” no ano 1974 (WOLFF, 2007, p. 140).

Apesar da ênfase da última ditadura militar na narrativa, outros períodos de autoritarismo aparecem e atingem a vida da família — e do Brasil — bem antes de 1964. Desde os primeiros capítulos, em diversos momentos, os personagens teuto-brasileiro reprisam em suas memórias episódios em que o autoritarismo do governo impactava a família. A proibição de falar alemão pelo governo durante a década de 1940 é ilustrativo disso. O cerceamento provocava medo e vergonha nos familiares, especialmente em Pêrsio que desde criança

manifestava medo de ser preso. Nesse sentido, segue o trecho em que Otávio relembra a proibição na infância: “eu lembro que toda vez que eu ia com a mãe para Santo Ângelo, lá por 1943, 44, a gente ficava de bico calado com medo de ir para a cadeia” (WOLFF, 2007, p. 60). A proibição é uma remissão clara ao governo Estado Novo e sua política nacionalista, que reprimia línguas faladas por imigrantes europeus.

Na geração anterior, ao longo da década de 1920, o autoritarismo de Arthur Bernardes também é mencionado e atinge membros da família, como o tio materno de Pérsio. No capítulo narrado por Otávio, com 12 anos, descreve as semelhanças com o tio “xará”, e o medo de enlouquecer como ele. Porém, em um diálogo familiar, o menino descobre a verdade sobre seu tio. Tio Rogério esclarece ao sobrinho que Otávio não era louco e sim, que tinha sofrido muita violência do governo. Segundo ele, “foi levado pelo pessoal do governo” para lutar contra a Coluna Prestes. E após reagir a violências por não se adequar a tropa sem falar português ideal, foi enviado para um hospício, onde tomou choques e acabou se tornando um homem triste (WOLFF, 2007, p. 19).

Ainda sobre o período da Coluna Prestes e o governo de Arthur Bernardes, o narrador do capítulo XIII, Herbert von Muller de la cruz, “bolicheiro” de um bar na beira da estrada, conta para Otávio um episódio que envolveu o pai Theodoro e o tio Thibaldo em uma briga entre membros da Brigada Militar e revolucionários da Coluna Prestes. Como resultado, conta que foi preso por uma semana. E Flamínia, uma das revolucionárias, se exilou da perseguição policial na Bolívia. Ainda, ao explicar a Otávio sobre a Revolta do Forte de Copacabana, Herbert descreve Arthur Bernardes como “um tiranaço se fazem poucos hoje em dia” (WOLFF, 2007, p. 59). O autoritarismo de Arthur Bernardes é reforçado ao leitor pelo *Narrador* quando comenta a situação política da década de 1920; sobre Arthur Bernardes, vejamos o seguinte trecho:

Arthur Bernardes, considerado na época um dos homens mais elegantes do mundo, não quis saber de conversa: tirou do poder os barões descontentes decretando intervenção federal no Rio de Janeiro e na Bahia. Além de censurar a imprensa incipiente e amadorística, deu início a um sem número de prisões políticas. (WOLFF, 2007, p. 52)

Ainda, em elementos sutis é possível perceber a presença do autoritarismo, como na ambientação do bar de Herbert Muller com a presença de um retrato de Getúlio na parede — em uma remissão ao personalismo político da Era Vargas, uma característica comum em ditaduras (WOLFF, 2007, p. 56).

Além da perspectiva do Estado, a violência é uma importante mediadora das relações sociais na narrativa. Muitos dos conflitos são solucionados com briga, normalmente por

personagens homens associados a códigos de valentia e virilidade. Ainda, os castigos físicos fazem parte do cotidiano da família e são valorados como normais e pedagógicos. Um exemplo disso está nessa fala da mãe de Pêrsio: “Se alguma coisa o feriu, porém, tenho certeza que não foi enquanto viveu conosco. Verdade é que meu velho batia muito nele, de cinturão e tudo, mas apanhar nunca fez mal a criança alguma” (WOLFF, 2007, p. 36). Todos os filhos homens de Theodoro descrevem as “surras” que levaram do pai na infância. Como ilustração dessa recorrência, segue o trecho narrado por Ulisses: “me deu uma surra de sair faísca. Chorou, pediu desculpas, e disse que nunca mais me bateria de novo. Mas sei que ele esquece e faz tudo outra vez” (WOLFF, 2007, p. 85). Os castigos também são mencionados no capítulo narrado pela professora de Pêrsio — Dona Candinha, cujo diálogo segue abaixo:

- Pelo amor de Deus, professora, não faz uma coisa dessas. Juro que faço o que a senhora quiser, mas não me castigue. O pai vai me tirar o couro.
- Ele bate muito em você?
- Bate, mas quase sempre eu mereço. Não enxugo os pratos quando a mãe manda, quebro alguma coisa, fico fora de casa mais tempo do que devo, roubo as balas do bar do pai, grito com a minha irmãzinha. (WOLFF, 2007, p. 12)

Os castigos e as brigas fora de casa não são as únicas expressões de violência presentes na narrativa. A violência sexual, referida anteriormente no quadro de patrimonialismo, também assombra os personagens repetidamente. Em capítulos narrados pelo Otávio e Olavo — irmão e primo de Pêrsio — contam situações em que Pêrsio quase foi abusado por homens mais velhos. Em todas as circunstâncias, os homens da família reagiram com punição, ameaças e violência física aos agressores e a Pêrsio. Essa brutalidade é descrita na narrativa como algo comum à dinâmica social. Nesse sentido, notemos o relato de Otávio:

Este mundo é uma selva mesmo, e a vida de qualquer garoto, pelo menos até o fim da adolescência, se resume em pedra na mão e cu contra a parede. A partir daquele dia, até nos mudarmos do bairro, a vida do Pêrsio foi um constante bater e apanhar para provar que não era puto. (WOLFF, 2007, p. 119)

Como no autoritarismo estatal, a violência presente nas relações sociais privadas é articulada como um comportamento herdado das gerações anteriores. Isso fica evidente com narrações de Theodoro e Thibaldo, ao descreverem a violência que sofreram pelo tio que os criou, como causa de seu comportamento atual:

Pois eu estava dizendo que a culpa de eu ser deste meu jeitão, mulherengo, caneador e com diabo no corpo, talvez se deva ao fato de eu ter sido criado pior que negro escravo. (...) Quando o tio Armindo, que deve estar no inferno, abria lanhaços nas costas dele, ficava frio olhando para a cara do velho, eu não, eu dava cambota, corria, xingava, gritava, escapando das chibatadas. Ele apanhou durante cinco anos, dos sete aos doze, sem abrir a boca. (WOLFF, 2007, p. 21)

Porém, se por um lado os personagens criticavam a violência, também expressam com certo orgulho o comportamento briguento, e narravam com orgulho como sempre venciam as brigas em que participavam. Sobre essa contradição, Thibaldo afirma: “Sou assim, estou falando tem um lado meu que bate, esbofeteia e é capaz de matar, e tem um outro lado que chora só de ver uma criança descalça numa noite barrenta” (WOLFF, 2007, p. 22).

Theodoro — pai de Pérsio — em 1995, também é um narrador já morto, arrependido e melancólico, e reflete sobre as causas de seu comportamento violento e suas consequências; vejamos no seguinte trecho:

Eu bati muito mais nele que no Ulisses e no Otávio. Eu sei que não é desculpa, mas é que às vezes eu trabalhava quinze, dezesseis horas, de pé, em volta da cadeira. (...) Um dia quando estava na primeira série ginásial, apareceu em casa com um caderno de História. Na primeira página o professor mandara os alunos escrever uma frase e os pais tinham que assinar embaixo: “Os pais que batem em seus filhos batem em seus próprios defeitos”. Hoje sei que não batia nele, mas na vida desgraçada que sempre levei, mas agora é tarde. (...) Hoje vejo como éramos parecidos, apesar de tudo, e é isso que não posso me perdoar. O tio Armindo batia em mim e eu queria ser homem depressa para poder escapar logo daquela escravidão. Mas eu não consegui escapar da escravidão, ao contrário, criei uma escravidão só para mim e por isso batia no meu filho mais moço, que também queria escapar da escravidão. (WOLFF, 2007, p. 339-340)

Ainda, o *Narrador* comenta a reação violenta pedagógica de avô do Pérsio, João von Traurigzeit, na volta dos filhos — Theodoro e Thibaldo — da breve e imatura participação na Coluna Prestes; observemos:

Com a tranquilidade de senhor feudal, João von Traurigzeit aproximou-se do filho mais velho e aplicou-lhe dez chicotadas nas costas. (...) Depois de chibatar o filho, o pai virou-se para a multidão que testemunha a cerimônia de crime e castigo e falou:

— Estes são meus filhos dos quais muito me orgulho. São machos para errar e para reconhecer o erro. (WOLFF, 2007, p. 69)

Assim, a violência perpassou gerações: De João e Tio Armindo para Thibaldo e Theodoro, deles para Otávio e Pérsio. O uso repetido da palavra “chibatada” para referir aos castigos físicos, e de metáforas para descrever o sofrimento como “negro escravo”, dito por Thibaldo, ou o desejo de “escapar da escravidão”, por Theodoro, indicam o significado originário da violência recorrente na narrativa e sua historicidade no Brasil. Dessa ordem escravocrata, herdamos a naturalização da violência nas relações sociais e também pelo Estado, como representa o romance com a tortura, os castigos físicos e o racismo. Sob esse ângulo, expõem as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling:

Certa lógica e certa linguagem da violência trazem consigo uma determinação cultural profunda. Como se fosse um verdadeiro nó nacional, a violência está encravada na mais remota história do Brasil, país cuja vida social foi marcada pela escravidão. Fruto da nossa herança escravocrata, a trama dessa violência é comum a toda a sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizada. Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se inscrever no presente. A experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçada em milhares de modalidades de manifestação. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, Versão Kindle)

Chegando ao presente narrativo, em 1995, para Pérsio, a saída dos militares não trouxe democracia. Em conversa com o amigo Nikolay, afirma: “— não seja idiota, Nikolay, uma democracia onde a maioria está morta de fome será sempre uma ditadura, uma vez que a massa é dominada pela minoria que tem armas, o dinheiro e, agora, mais importante de tudo a comunicação” (WOLFF, 2007, p. 473). Assim, em *À mão esquerda*, a violência e o autoritarismo - explícitos em 1964 - são articulados ficcionalmente como heranças de um passado e mescladas ao presente, cuja repetição é causadora da letargia de nosso processo histórico.

Conservadorismo moral e anticomunismo

“Pérsio Traurig: Consta que é comunista. Atua num telejornal onde, através de comentários jocosos, faz críticas à civilização ocidental.” (WOLFF, 2007, p. 370). Esse era o ofício que motivou Pérsio ir embora do país apressado por medo de prisão. A noção de comunismo como “caso de polícia” estava em sincronia com a história do Brasil do período representado pelo romance. O anticomunismo era uma das motivações mais comuns da perseguição política da ditadura militar que assolou o país com o golpe de 1964. Além da paranoia causada pela Guerra Fria, o anticomunismo recorrentemente é associado a uma ameaça aos valores tradicionais defendidos pela sociedade brasileira e justificou golpes de 1937 e 1964 (SÁ MOTTA, 2002). Desse modo, o conservadorismo moral brasileiro e o anticomunismo normalmente são mobilizados pela classe dominante para manter seus privilégios e frear transformações sociais no Brasil. O entrelaçamento desses elementos foi fundamental para a articulação e ampliação do apoio civil ao Golpe de 64 — com a marcha de Deus e Família sendo um expoente ilustrativo (PRESOT e at, 2010). As “brasas do anticomunismo” também foram acionadas mais contemporaneamente processos eleitorais decisivos, como de Fernando Collor contra Lula (STARLING; SCHWACZ, 2015) e ainda hoje vemos suas manifestações. O romance de Wolff enfrenta o conservadorismo moral, marcado pelo machismo e repressão sexual, como algo

muito concreto na sua formação familiar, especialmente representado nos relatos da mãe de Pérsio; vejamos:

Olhem a mocidade de hoje em dia, toda perdida, os meninos quando não são gays, como acham os frescos agora, estão drogados, e as meninas acham que têm a obrigação de ir para cama como primeiro que aparece. Uma vergonha.” (...) “Tirando as mulheres da vida, desgraçadas que só pensam em roubar o marido das outras, as mulheres são as que mais sofrem neste mundo e tem de se fingir de fracassadas para ser fortes. Eu queria uma filha para poder ensinar a ela tudo o que sabia e protegê-las das putas — desculpem a palavra — e dos homens. Deus é testemunha.”. (WOLFF, 2007, p. 37)

A liberdade sexual feminina e a homossexualidade são percebidas como imorais no ponto de vista da personagem. Esse conservadorismo não aparece apenas como uma característica pessoal, mas é evidenciado seu caráter social, comum em cidades interioranas. Essa segunda dimensão é denunciada pelos relatos de Almira e Ulisses.

O primeiro descreve sua cidade, Santo Ângelo, como uma cidade “puritana e patriarcal” (WOLFF, 2007, p. 31). No mesmo sentido, Almira descreve a colônia Esperança como “uma comunidade religiosa, tacanha, preconceituosa onde uns vigiavam os outros, como continuam vigiando até hoje” (WOLFF, 2007, p. 72). A valorização de códigos de virilidade e combate a homossexualidade eram comuns nos relatos dos personagens homens da família Traurigzeit, que tem impacto na formação de Pérsio.

O conservadorismo moral também é apontado como culpado da angústia da família. No último relato de Pérsio no romance, narra que depois de anos, por acaso, descobriu a causa da dor e culpa que invadiu sua família. Após compreender a razão, pela primeira vez sente empatia pela dor da mãe:

Dei de cara com uma velha caixa de sapatos com fotografias antigas e documentos. Um dos documentos era a certidão de casamento do pai e da mãe. Pela data na certidão podia-se deduzir claramente que Otávio, meu irmão mais velho, nascera menos de sete meses depois das núpcias. Passei algumas horas sem dormir pensando: “Então todo esse sofrimento, toda essa atmosfera pesada, esse ciúme, esse puritanismo se devem a uma idiotice destas?” Mais tarde descobrirei que uma noite se empolgaram demais e, quando a mãe descobriu que estava grávida, se casaram imediatamente. Mas como dizia a tia Almira, em Esperança a virgindade era fundamental e controlada pela comunidade. A sociedade punia com uma multa de 30 mil reis a noite que grávida, casasse com véu e grinalda. **Meu deus, como eu e meus irmãos pagamos por culpa dessa ignorância! (...) Depois de tantos anos serei invadido por uma vontade enorme de abraçá-la como se fosse um passarinho machucado. Como é longa a sombra do passado...** (WOLFF, 2007, p. 463-464)

Assim, o romance identificava no conservadorismo moral e anticomunismo uma longa sombra do passado que ainda atormentava a família e o Brasil.

Militarismo: de carta na manga das elites para tutores da República

A participação de Theodoro e Thibaldo von Traurigzeit na Coluna Prestes em 1924 é um dos eventos centrais da narrativa. Nas memórias relatadas, estabelece-se um vínculo entre a história brasileira com a vida dos personagens, bem como a biografia do autor. Na mediação feita pelo *Narrador*, este avalia a participação dos militares no poder político do período, e oferece um elemento importante para interpretação de país produzida pelo romance.

Para começar, a Coluna Prestes saiu de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul, a cidade de Fausto Wolff, e do personagem Pêrsio. As memórias da participação é objeto de interesse dos filhos de Pêrsio, Ulisses e Otávio. Já no primeiro capítulo, Santo Ângelo é apresentada como “cidadezinha de onde em 1924 sairá a coluna Prestes”. E Percival, em seu primeiro capítulo situado no presente em 1995, anuncia que vai apresentar um remendo de conversas que recorda de sua infância. Após resgatar a conversa que fala das origens nobres, descendente de duque Traurigzeit, finaliza o capítulo mencionando a participação do pai na Coluna Prestes; vejamos:

(...) a história deve ter impressionado os dois jovens matutos teuto-brasileiros, pois um dia fugiram de casa para se integrar à Coluna Prestes, cujo líder Luís Carlos Prestes tomara a cidade de Santo Ângelo, em revolta contra o governo de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul e de Arthur Bernardes no Rio de Janeiro. O ano de 1924 estava chegando ao fim, meu pai tinha quatorze anos, meu tio dezesseis e eu ainda levaria outros dezesseis para nascer. (WOLFF, 2007, p. 43)

Mais versões da história alcançam Otávio em 1951. Por acaso, parou em um bar de beira de estrada, em que o dono conhecia seu pai e presenciou o dia em que os meninos Thibaldo e Theodoro foram “recrutados” para participar da Coluna Prestes. Após apresentar a cena e o diálogo entre Otávio e o bolicheiro, o *Narrador* discorre sobre o contexto econômico e institucional que causou o movimento tenentista. Ganha destaque na análise as diferentes patentes do Exército, sua divisão de classe, e especialmente, sua função política. Vejamos o trecho em que o narrador comenta a crise militar ocorrida logo no início do governo do presidente Epitácio Pessoa:

Civilista, um dos primeiros atos do novo chefe do Exército foi nomear dois civis para os ministérios da Guerra e da Marinha. Depois de dizer que civis em pastas militares não satisfaziam as aspirações do Exército, altas patentes fardados levaram ao Congresso um pedido de aumento de soldo, pois afinal de contas, era disso que a coisa toda se tratava. **Iniciou-se uma revolução na Bahia em 1920, tão maluca que teve o apoio de um liberal como Rui Barbosa e dos coronéis do nordeste, que armaram os jagunços para lutar contra o governo.** Graças a um pedido de intervenção federal, seis mil

soldados saíram do rio para esmagar a revolta. **A jovem oficialidade protestou contra o uso do Exército para manter uma oligarquia baiana no poder.** (...) No exército, a situação era a seguinte: os generais e marechais eram filhos dos ricos, os tenentes formados pelas escolas militares, que compunham mais de 65% da oficialidade, vinhas das classes médias. Os sargentos, cabos e soldados eram o povo e não piavam. (WOLFF, 2007, p. 52, grifo nosso)

Assim, o narrador aponta a função política do Exército brasileiro de conservação ou freio de mudanças sociais. Como uma carta na mão das elites, o Exército era comumente acionado por meio de intervenções federais para abafar revoltas populares.

O narrador evidencia o caráter corporativista da instituição e suas diferentes camadas de interesse. Ao rejeitar uma visão homogênea das Forças Armadas, criada a partir a partir do movimento tenentismo, cujos “filhos” deram origem à “Revolução de 30”. Ainda, sobre os militares, brevemente narrado no capítulo de autoria de Breno — filho de sua esposa de Pêrsio. Afirma que seu avô militar apoiou a tentativa de golpe contra JK. Dessa análise, a narrativa encontra no militarismo e suas forças, a partir de 30, como responsáveis não só pelo autoritarismo do Estado Novo, bem como os golpes sucessivos, contra JK, e o golpe de 64. Porém, diferente do *script* histórico, os golpistas de 64 não devolveram o poder aos civis. Ao contrário, “demonstraram que não pretendiam largar o osso”, como alertou a personagem Marjorie em um dos capítulos do romance (WOLFF, 2007, p. 397).

Assim, a interpretação proporcionada pelo romance dialoga com a interpretação nacional feita pelo pensamento social pós-64, cujo militarismo ganhou interesse acadêmico, como um dos elementos importantes para configuração do golpe civil-militar de 1964, representado especialmente pela obra de José Murilo de Carvalho (2009).

Indissociação entre modernidade e arcaísmo

Com o fim da leitura, a sombria capa do livro *À mão esquerda* (WOLFF, 1996) torna-se facilmente decifrável. A imagem referida trata-se de uma releitura da tela “Last Judgment” do pintor Hans Memling, de 1467. Em síntese, a paisagem agonizante é composta por corpos nus, saindo de seus túmulos, enquanto o arcanjo Miguel — vestido com armadura medieval — está posicionado ao centro, pesando os corpos, à espera do juízo final. Na obra original, no plano da esquerda são posicionados os que vão para o Céu. No painel da direita, para o Inferno. Por fim, no plano superior, Jesus está sentado sobre o mundo, administrando o julgamento. Porém, na versão presente na capa do livro, a imagem é um pouco diferente. Primeiro, os planos estão invertidos. E ao redor da paisagem antiga original, ícones modernos são sobrepostos, como: um

computador (ao lado direito); um homem de smoking e uma mulher bronzeada de biquíni (ao lado esquerdo). Assim, o “anjo-juiz” carrega a balança na mão direita; já na esquerda, ao lugar da espada (do original), carrega uma metralhadora. Ainda, na parte superior, as imagens do céu e do inferno são cortadas. Essa cena dialoga com vários elementos do enredo do romance aqui analisado, dentre eles, para esta análise o anacronismo é central.

Como sugerido na imagem da capa, nesse mundo ficcional, temporalidades diversas convivem e se entrelaçam. Essa sobreposição começa na própria distribuição temporal da narração. No intervalo histórico entre 1594 e 1995, 28 narradores, situados em anos diversos conduzem a narrativa. Essa mistura de temporalidades, sobrepostas, compõe uma das interpretações do Brasil oferecida no romance.

Com tantas versões do passado é possível identificar com clareza a repetição de características em diferentes personagens, membros da família Traurigzeit. Uma delas é a repetição das palavras “triste” ou “quase feliz” para descrever a família. A pergunta natural causada com o uso do “quase” é explicada pelo *Narrador*: “O quase fica por conta dos fantasmas que nunca abandonaram nenhum dos quatro filhos de Theodoro von Traurigzeit e Yolanda Malokinsky (WOLFF, 2007, p. 67). Entende-se que a presença de fantasmas na vida dos familiares, somado ao conflito do personagem, oferecem uma chave para alcançar a interpretação trabalhada neste tópico.

O movimento narrativo de busca por sentido anunciado logo no primeiro capítulo, no âmbito individual, retorna ao ano 1594 e investiga as origens de Pérsio em Traurigzeit na Velha Europa. No mesmo sentido, em âmbito nacional, o *Narrador*, situado em 1995, se dedica a explorar mudanças da década de 20 e eventos que antecederam a revolução de 1930. Após criticar a situação atual do Brasil em 1995 como “sempre a mesma”, desigual e endividada, com os pobres como “observadores” da História, a escolha em explorar as mudanças da década de 20 a 30 é significativa.

Sobre o Brasil da década de 20, o *Narrador* comenta impactos da primeira guerra para as velhas oligarquias, apontando que elas “não souberam lidar com as primeiras greves operárias e o descontentamento da classe média urbana. Por isso mesmo aceitaram o paraibano Epitácio Pessoa na presidência” (WOLFF, 2007, p. 49). Ainda avalia diversos movimentos como: a “revolução maluca” na Bahia em 1920; o fracasso da revolta dos 18 do Forte; a fundação e composição do Partido Comunista, em 1992; o caráter elitista da semana de Arte Moderna; e, finalmente, a Coluna Prestes. Por fim, descreve as consequências dessas mudanças no Rio Grande do Sul. Informa que o caudilho Borges de Medeiros — eleito pela quinta vez em

1923 — foi surpreendido com movimentos liberais em sua terra. O *Narrador* faz remissão a Revolução Libertadora em 1923, movimento liberal, organizado por Assis Brasil, que abalou a força oligárquica e gerou um conflito armado. Vejamos como foi narrada a solução desse conflito:

Enquanto os ricos não se entendiam, morriam muitos pobres de ambos os lados. **Mas, como sempre, os ricos acabam se entendendo.** No dia 14 de dezembro de 1923, na fazenda das Pedras Altas, residência do chefe revolucionário Assis Brasil, foi firmado um **tratado de paz**: Borges continuaria no governo, mas a reeleição não seria permitida. As minorias garantiram a eleição de um representante federal e outro estadual em cada distrito, **além da anistia para todos os revolucionários.** O Rio Grande do Sul passou a contar com uma oposição forte em torno da Aliança Libertadora e hoje tanto Borges de Medeiros como Assis Brasil são nomes de ruas de norte a sul do país. (WOLFF, 2007, p. 53, grifo meu)

A solidariedade entre ricos, descrita pelo *Narrador*, não está presente na narrativa apenas em âmbito nacional. Aparece também em diversos conflitos entre a família Traurigzeit com personagens ricos, cuja lição Pêrsio aprende ainda criança; vejamos:

[Pêrsio] Descobrirá que os ricos não precisam de força física para ganhar uma briga. Desanimado, no dia seguinte, tentou as casas humildes, os pequenos apartamentos do bairro e descobriu que há solidariamente entre os pobres da mesma forma que há solidariedade entre os ricos. Com uma diferença: os pobres dividem o que tem entre si e ficam mais pobres. Os ricos fazem o mesmo e ficam mais ricos. (WOLFF, 2007, p. 163)

Ainda, sobre o Tenentismo, o narrador resgata ao leitor a participação dos personagens no movimento e a influência do caudilho Leonel Rocha, descrito por ele como “morto ou vivo, homem ou fantasma não se sabe muito bem, tentou sem sucesso — lhes garanto — incutir algumas ideias políticas nas cabeças dos jovens Theodoro e Thibaldo” (WOLFF, 2007, p. 65). Ressalva, porém, que o “velho caudilho” não mencionou aos jovens as verdadeiras razões do movimento: corporativistas e econômicas.

Um dos fatores determinantes dessa crise que culminaria com a revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio ao poder, onde permaneceria por quinze anos ininterruptos, foi a queda das cotações do café devido à recessão no país que era o nosso maior comprador e explorador: os Estados Unidos. (...) Isso prejudicava os interesses das oligarquias não exportadoras, que em luta com as oligarquias exportadoras desequilibraram as frágeis estruturas políticas do país. Os tenentes se insurgiram contra um governo que colocava a farda nas lutas intraoligárquicas. Com raras exceções, entretanto, a reação tenentista foi corporativa. Tinha mais a ver com aumento de soldo do que com aumento de justiça social da qual o Brasil tanto carece até os dias de hoje. (WOLFF, 2007, p. 65)

Assim, o *Narrador* evidencia o caráter das modernizações brasileiras: conservadoras, reflexo de disputas econômicas interoligárquicas e autoritárias. Apesar de defendidas como

moderna, revolucionária e liberal, foi mediada pelos velhos interesses oligárquicos — que como o caudilho Leonel Rocha, são como fantasmas que freiam as mudanças sociais no país. A partir da conclusão narrativa da indissociação entre novo e velho, e moderno e arcaico nas revoltas brasileiras, o sentido da escolha em explorar os bastidores da revolução de 1930 ganha clareza.

No pensamento social, essa mesma interpretação ganhou forma em diversos conceitos sociológicos: “revolução burguesa”, “revolução passiva”, “modernização conservadora”, “contrarrevolução”, entre outras. E a indissociação entre moderno e o atraso nos processos de mudança histórica no Brasil ganhava força. Porém, antes de 1964, a Revolução de 30 era comumente lida como o início de um ciclo histórico associado à modernização, definido pelo paradigma nacional-desenvolvimentista. Não por acaso, o período anterior começa a ser chamado pela historiografia de República Velha. Nesse sentido, analisa Marcos Nobre:

Ao longo dos anos 30, foi se firmando (por variadas razões) um modelo de desenvolvimento e de construção da nacionalidade que, durante décadas, foi sinônimo de “moderno” e de “modernidade”; um projeto de modernização do país que se convencionou chamar de “nacional-desenvolvimentismo”. Nesse projeto, “modernização” significava, de um lado, o combate às diferentes formas de “arcaísmo” e, de outro, a criação das condições para a emergência da nação em sentido autêntico. Foi longa a hegemonia da oposição entre “arcaico” e “moderno”, e ela moldou como nenhuma outra a autocompreensão do país. (...) Uma tal positividade e progressividade não poderia mais ser sustentada nesses termos depois do golpe militar de 1964, muito menos em pleno “milagre econômico” da década de 70. A partir daí, passou a ser necessário entender como era possível que a acelerada modernização de então fosse realizada por forças políticas autoritárias. (NOBRE, 2013, Versão Kindle)

Assim, a situação do país em 1995 denunciada por Pêrsio, escancarou uma terceira frustração histórica, em que processos de modernização foram associados ao autoritarismo. A primeira se deu na Aliança Liberal de 30, seguido do Estado Novo; a segunda, com o projeto nacional-desenvolvimentista da ISEB de 50, seguido do Golpe de 64; e a terceira o romance de Wolff interpretava: da abertura política de 85, com o domínio da política neoliberal, a qual era vista por Pêrsio também como uma ditadura.

(...) Não seja idiota, Nikolay, Uma democracia onde a maioria está morta de fome será sempre um ditadura, uma vez que a massa é dominada pela minoria que tem as armas, o dinheiro, e agora, mais importante de tudo, a comunicação. (...) A nova geração chama-se legião, e seus gostos podem ser moldados e padronizados de acordo com as ordens do mercado, entendeu? Antes da ditadura semiótica se estabelecer, eu ainda tinha alguma esperança. Agora desisti. (...) O que tem o computador a ver com isso? — Nikolay, em que mundo você vive, porra? O computador transformou a cultura em informação, e o que é pior, informação, além de falsa, manipulada. (WOLFF, 2007, p. 476)

Assim, os fantasmas que acompanham os membros da família Traurigzeit, e que conduzem as revoluções no Brasil, oferecerem uma interpretação nacional em que o velho e o novo estão imbricados. Como já antecipado, a crise do personagem também oferece uma chave para essa interpretação nacional, como o conflito identitário do protagonista expõe um Brasil ambivalente.

Por toda a narrativa, diferentes narradores-personagens demonstram preocupação com Pérsio, desde sua infância até o fim do romance: os irmãos Ulisses e Otávio, Marjorie, professora Dona Cândida, Nikolay e o próprio *Narrador*. Vários nomes são dados para sua angústia: ora revoltado, triste, maluco, complexado, utópico, *outsider*, intruso. Dentre tantas, a explicação dada pelo narrador Glênio Peres, nos importa:

Havia alguma coisa de profundamente errado com aquele menino que não queria ser ele mesmo. Estava atrás de um modelo para usar e o modelo era eu. Ele não queria ser menino, odiava sua infância, não queria ser ele. Queria ser adulto, malandro, Casanova e intelectual. (WOLFF, 2007, p. 288)

Em resumo, o personagem vivia um conflito ambivalente, entre o que era e o que gostaria de ser. Essa ambivalência é simbolizada pelo próprio nome e o uso de pseudônimo: Percival von Traurigzeit e Pérsio Traurig e também pelo conflito narrativo entre o Pérsio e seu duplo: o *Narrador*. A busca por explicação para esse conflito perpassa várias interpretações no romance: a culpa da mãe, o diabo no corpo; autodestruição. Sobre isso o narrador Nikolay, com seu vocabulário psicanalítico, explica em certa ocasião do romance: “há uma zona ainda não descoberta no cérebro humano — alguns a chamam de diabo, outros de compulsão autodestrutiva — que nos impõe desafios idiotas que deveríamos ignorar” (WOLFF, 2007, p. 334).

Em 1980, no auge do conflito existencial de Pérsio, o *Narrador* o compara a condição do personagem com a do Brasil: “Pérsio se masturba e cinco minutos depois diz para a garota que é a própria imagem do Brasil, vulnerável, frágil, precocemente envelhecido e sempre pronto para ser explorado” (WOLFF, 2007, p. 414). Durante o episódio de impotência, Pérsio refletiu: “se um homem não remover a causa dos seus erros, continuará cometendo sempre os mesmos erros. Aliás, o mesmo vale para uma nação e quem sabe para o próprio planeta, que não sendo mais um adolescente, como é o caso da Terra, acabará por se destruir.” (WOLFF, 2007, p. 408).

Assim, ao articular o conflito identitário de Pérsio com o Brasil, o romance sugere que a busca pela identidade nacional como uma compulsão causadora de angústia e frustração. Interpretação semelhante ao pensamento social pós-64, que ao superar o dualismo (entre moderno e arcaico) como modelo de autocompreensão, precisou revisitar o nacional desenvolvimentismo também na esfera da cultura. Assim, se Brasil é como a Casa Traurigzeit,

devemos repetir ainda a pergunta do Bobo: “Pobre Casa Taurigzeit, quantos sonhos, terei de enterrar?”.

Com o quebra cabeça montado, identificamos “história lenta” em *À mão esquerda* também. Assim, ao articular memória, ficção, história e elementos biográficos, a obra fornece uma interpretação extensiva ao país: “Casa Taurigzeit” como metonímia do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bailar, bailar, bailar, bailar

Me guías tú o yo te guio?

Será que me guías tú o que yo te guio?

(Jorge Drexler, Bailar en la cueva)

Os passos planejados nessa dissertação chegaram ao fim. Cabe aqui, revisitar os lugares percorridos, dividir o que foi alcançado, e apontar sentidos de continuidade. Vamos a eles.

No primeiro capítulo, com a proposição da categoria analítica “história lenta”, demonstramos a adequação e pertinência de relacionar o romance brasileiro e ensaios de interpretação nacional no pós-1964. Ensaio de autores como Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletti e o romance *Incidente em Antares*, de Erico Veríssimo, foram tomados como marco inicial de uma sensibilidade interpretativa comum.

Apesar da amplitude do diálogo explorado aqui (entre literatura, história política e pensamento social), a pretensão dessa dissertação foi concentrada: investigar se a noção de “história lenta”, tendo emergido nos anos 1960 na literatura e no pensamento social brasileiro em geral, se repetiria em outros romances produzidos posteriormente. Assim, o romance *À mão esquerda* de Fausto Wolff, serviu como teste da plausibilidade de uma hipótese de longa duração.

Da análise dos romances realizada nos capítulos seguintes, conclui-se que *Incidente em Antares* (1971) e *À mão esquerda* (1996) produziram interpretações semelhantes entre si. Com o desmembramento da noção de “história lenta” - em seus elementos marcantes e de longa duração - foi possível conferir unidade à crítica de romances complexos, multitemáticos, que transitam entre gêneros, e são recheados de referências intertextuais. Como resultado, pode-se dizer que em ambos a noção de “história lenta” apareceu: encontramos manifestações de patrimonialismo e corrupção; de violência e autoritarismo; conservadorismo moral e

anticomunismo; de militarismo; da indissociação entre modernidade e arcaísmo como elementos significativos na composição narrativa, mobilizados na representação de país construída nos romances.

Nas duas obras analisadas a ficcionalização do tempo histórico é marcada pelo peso da tradição, pela resistência à mudança, pela modernização arcaizante, por fantasmas da elite do passado a conduzir o futuro — tomando o rumo da história. Como metonímia do Brasil, as obras remexem a formação da nação para interpelar a sua aparente condenação à *stasis* — em sintonia, portanto, com a guinada dos ensaios de interpretação nacional pós-64. Assim, “Antares” e a “casa Traurigzeit” eram o país.

Com múltiplas vozes, orientadas e articuladas por um narrador controlador, as narrativas analisadas seguem a dinâmica de retorno ao passado em busca de sentido para o hoje. De modo enigmático, anuncia-se logo no primeiro capítulo o que desejam investigar: em *Incidente em Antares*, a incógnita está no macabro incidente ocorrido no dia 13 de dezembro de 1963; e em *À mão esquerda*, no conflito existencial do protagonista Percival von Traurigzeit. Esses eventos constituem elementos-chave para articulação da narrativa com a interpretação do Brasil oferecida nos romances. Ao modo da estrutura narrativa que os compõe, os romances reagem aos eventos perturbadores do seu presente histórico: a ditadura militar em *Incidente em Antares*; e a abertura política frustrante e a crise dos anos 90, em *À mão esquerda*.

Para investigar o presente, a narrativa de Verissimo recorre a uma espécie de arqueologia do golpe. Com diversos registros e vozes (i.e. diários de viagens, cartas e estudos sociológicos), o romance conta a história de Antares e das famílias Vacariano e Campolargo desde seus primeiros registros. Percorre-se as eras geológicas desde 1830 até as vésperas do golpe. Já em Wolff, a memória geracional coletiva da família Von Traurigzeit dá conta de explorar as sombras do longo passado do país — com origem nos reinos nobres europeus até 1995 — em busca de entender “a vida que leva”.

Com sagas familiares que perpassam longos períodos históricos, os romances enfrentam e produzem interpretações sobre as mudanças sociais e suas resistências no Brasil. Apesar da singularidade de elementos e complexidade narrativa de cada um dos romances, a passagem do tempo sob a perspectiva hereditária familiar cumpre a função de representar as repetições do passado no presente. Em termos de representação do país: de modo que as heranças de um país autoritário, violento, conservador operam em novas gerações. Assim, produzem uma espécie de acerto de contas entre o passado e o presente.

Ainda, signos de morte e estagnação são explorados como centro do palco narrativo: em Antares — na origem chamada de Povinho da Caveira — os mortos impedidos de serem

enterrados levantam de seus caixões e denunciam os membros da sociedade em praça pública. Em *À mão esquerda*, um *serial killer* dos donos do poder ocupa o lugar de fazer a justiça que parece nunca chegar no país. Ambos brincam em encenar uma espécie de Juízo Final, porém, ao fim do julgamento, a redenção não chega. Tudo parece ser em vão. A morte não é suficiente para mudança e a sociedade resta incólume. Como resultado interpretativo, temos um Brasil *lampedusiano*, tudo muda para continuar igual.

Assim, a forma literária interpreta um tempo histórico preso à lentidão, sem rupturas drásticas entre o arcaico e moderno, representam um Brasil sem saída à vista. Diante de tempos tristes, de aprofundamento de autoritarismo e desigualdades sociais, da impunidade dos crimes das elites, e da ausência da sociedade civil nos rumos da História, não há esperança de transformação no futuro. Sobra apenas um anseio de mudança na transgressão: seja na pichação da palavra “liberdade” do muro em Antares; ou no revanchismo da Mão Esquerda de Deus. A perda de um futuro utópico - captada em *Incidente em Antares* (1971) - parece ainda mais explícita e fatalista no romance de Wolff (1996), cuja narrativa anuncia o fim dos tempos para os anos 2000.

Portanto, presente a noção de “história lenta” em ambos os romances - com distância temporal de 25 anos entre si - há indicativo da plausibilidade da hipótese da durabilidade desta percepção por longa duração no romance brasileiro, a ser investigada por um corpus extenso. Diversos romances têm indícios desse mesmo padrão interpretativo, como exemplo, indicamos: Belo Horizonte, e um mosaico da história do Brasil (desde 1859) em *A Festa*, de Ivan Ângelo (1976); a história da fundação de Irisópolis (ou Tocaia Grande) e a dominação dos coronéis, de Jorge Amado (1984) e os 400 anos da risível história do Brasil — da Colônia até a ditadura militar (1647 – 1977) —, em *Viva o Povo Brasileiro*; “História lenta” em todos? Apostamos que seria produtivo mobilizar a categoria para analisá-las: assim como *Incidente em Antares* e *À mão esquerda* reagem às angústias do presente denunciando a imobilidade do tempo, essa presença fantasmática do passado seria novamente acusada nas décadas seguintes — como ainda hoje acontece, afinal.

Isso não é dizer que em todas aquelas obras o mesmo Brasil voltava do passado para assombrar o presente: são diferentes autores, diferentes momentos, diferentes visões do país. Em conjunto, porém, eles apresentam um “ar de família”, cuja noção de “história lenta” pode agregar. Assim, a hipótese está lançada, e a pesquisa continua, guiada por mim ou por ti...

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalização: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Crise Econômica & Interesses Organizados**, São Paulo: EDUSP, 1996.

AMADO, Jorge. **Tocaia grande**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ÂNGELO, Ivan. **A festa**. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1976.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; FERNANDES, Florestan. Vocação científica e compromisso de vida. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.310-323.

BORDINI, Maria da Glória. **Criação literária em Erico Verissimo**. Porto Alegre: L&PM/Editora PUC-RS, 1995.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL   Teoria da Dependência. *In*: TOLEDO, Caio Navarro. **50 Anos do ISEB**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

BROOKE, NIGEL; MARY WITOSHYNSKY. **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social**. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. [1.ed, 1970]. Rio de Janeiro: Zahar, 3. ed, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Companhia das letras, Versão Kindle, 2019.

CHAGAS, Pedro Ramos Dolabela. **A interpretação nacional ao redor de 1970: Romance e Ciências Sociais no Brasil**. Versalete, Curitiba: v. 4, ed. 7, p. 281-305, 2016.

CHAGAS, Pedro Ramos Dolabela. **A retórica em Franco Moretti: Seus desdobramentos. Matraga: Estudos Linguísticos e Literários**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, p. 194-211, 2013.

CHAVES, Flavio Loureiro (Org.). **O contador de histórias – 40 anos de vida literária de  rico Verissimo**. Porto alegre: Editora Globo, 1972.

CHAVES, Flavio Loureiro (Org.). **Erico Veríssimo: realismo e sociedade**. 2a ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1982.

COSTA PINTO, Luiz. **Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

DARNTON, Robert. **Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**, Tradução: Denise Bottman, Companhia das Letras, 2010.

DOLEŽEL, L. **Heterocosmica: Fiction and possible worlds**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

DREIFUSS, René Armand. **1964 – a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. Edição revista e ampliada. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **A história concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação Sociológica**. [1ed. 1975]. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (Vol. 3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. Discutindo a história do Brasil. Editora Atual, 2006.

FICO, Carlos. **Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FURLAN, Oswaldo Antônio. **Estética e crítica social em Incidente em Antares**. Florianópolis, UFSC, 1977.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JAGUARIBE, Helio. **Brasil, mundo e homem na atualidade**: estudos diversos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Tradução Vera Pereira – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LEIDENS, Alexandre; GRAZIOLI, Fabiano Tadeu. Marcas da pós-modernidade em ‘À mão esquerda’, de Fausto Wolf. **LETRAS EM REVISTA**, [S.l.], v. 9, n. 2, jul. 2019. Disponível em: <https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/205>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, n. 82, p. 17-60, 2011.

LOPES, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil**: uma interpretação. Editora 34, São Paulo; 4a edição, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: Ensaaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MINCHILLO, Carlos Cortes. **Erico Verissimo, Escritor do Mundo**: Circulação literária, cosmopolitismo e relações interamericanas. São Paulo: Edusp, 2015.

MORETTI, Franco. A alma e a harpia – reflexões sobre as metas e os métodos da historiografia literária. In: **Signos e estilos da modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 11-56.

MOTA, Carlos Guilherme. Como e por quê escrevemos História do Brasil. Uma interpretação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 94, p. 429-439, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. Vol. 180. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: Da redemocratização ao governo Dilma. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Versão Kindle).

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira**: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Estudos CEBRAP, n. 2, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista (1972)/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PERLATTO, F. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. **Revista Estudos Políticos**, v.5, 2014, p. 461-503.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Ideologia e Desenvolvimento Nacional: ISEB, 1960.

PORTELA JÚNIOR, Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **PLURAL, Rev. Do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2012, p. 9-27.

- PRESOT, Aline. “Celebrando a ‘Revolução’: As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 2010.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- REIS, Elisa. Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. In: REIS, Elisa P., MOORE, Mick (Orgs.) **Elite Perceptions of Poverty and Inequality**. Zed Books, 2005, p. 26-56.
- RIBEIRO, Joao Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: nova Fronteira: 1984.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O canto da sereia: notas sobre o discurso neoliberal na publicidade brasileira pós-1990. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 22, n. 64, p.81-90, June 2007.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 390-405.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras: Versão Kindle, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARCZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: Ensaios selecionados**. Penguin Companhia: Versão Kindle, 2014.
- SILVEIRA, Enio. Editando o editor. In: FERREIRA, J. P. (org.). **Depoimento a Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes e Mirian Senra**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SKIDMORE, Thomas E. **The politics of military rule in Brazil, 1964-1985**. Oxford University Press, USA, 1990.
- SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda (Orgs.). **Lições da década de 80**. São Paulo/Genebra, Edusp/Unrisd, 1995.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1982.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **Intelectuais e política no Brasil: A experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- VERÍSSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 15a. reedição, 2016.

VILLAS-BÔAS, Gláucia. “Por que rever mais uma vez o conceito de marginalidade estrutural de L. de A. Costa Pinto?”. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, jul./dez., p. 79-103, 2005.

WEINHARDT, Marilene. A longa duração na ficção histórica contemporânea. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 13 a 17 de julho de 2008, USP – São Paulo. **Anais eletrônicos da USP-SP**. Disponível em: https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/074/MARILENE_WEINHARDT.pdf. Acesso em: 29 de mar. 2021.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: **Weber, Sociologia** (col. Organizada por Gabriel Cohn). São Paulo, Ática, p. 79-127, 2003.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WERNECK VIANNA, Luiz. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004. Acesso em: 2 julho. 2010.

WOLFF, Fausto. **À mão esquerda**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.

WOLFF, Fausto. **À mão esquerda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ACERVO DIGITAL DA HEMEROTECA

A censura no mundo. **Jornal do Brasil**, ed. 263, 13 de fevereiro de 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/2205. Acesso em 20 de julho de 2019.

A leitura barata da biblioteca de aluguel. **Jornal do Brasil**, ed. 324, 15 de março de 1973. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/80140. Acesso em 16 de jul. de 2019.

Anúncio da obra Incidente em Antares. **Jornal do Brasil**, ed. 183, 7 e 8 de novembro de 1971, 1971, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/43734. Acesso em 18 de julho de 2019

ATHAYDE, Tristão de. A censura prévia. **Jornal do Brasil**, ed. 274, 26 de fevereiro de 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/3103. Acesso em 20 de julho de 2019.

ATHAYDE, Tristão de. O Antimachismo. **Jornal do Brasil**, ed. 262, 10 de fevereiro de 1972. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/50308. Acesso em 18 de jul. de 2019.

Balanço do ano que ficou nas perspectivas. **Suplemento Literário de O Estado de São Paulo**, Edição 805, 31-12-72, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098116x/4885>. Acesso em 18 de julho de 2019.

Cresce em São Paulo a procura de livros através de telefonemas. **O Fluminense (RJ)**, ed. 21185, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_11/9923. Acesso em 18 de julho de 2019.

Cultura, meus jovens. **Correio Braziliense (DF)**, ed. 04138, 25 de julho de 1973, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/35572. Acesso em 18 de julho de 2019;

Depoimento de Erico Verissimo. **Politika (RJ)**, ed. 29. 1972, p. 19. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/126535/691>. Acesso em 25 de julho de 2019.

Erico Veríssimo aponta EUA como modelo de liberdade. **Jornal do Brasil**, ed. B00241, 1972, p.61. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/75237. Acesso em: 18 de julho de 2019.

Erico Verissimo. Suplemento Literário. **O Estado de São Paulo**. n. 815, ano XVII, 11 de março de 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098116x/4945>. Acesso em 18 de jul. de 2019.

Erico Veríssimo. —Sou contra a censural — **Entrevista. Jornal Opinião (RJ)**, Ed. 13. 1973. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/123307/308>. Acesso em 18 de jul. de 2019.

Escalada da censura. Editorial. **Jornal do Brasil**, ed. 263, 13 de fevereiro de 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/2204. Acesso em 20 de julho de 2019.

Incidente nos EUA. **Correio Braziliense**. ed. 04379, 18 de dezembro de 1974. – Correio Braziliense, ano 1974, p. 18. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/55867. Acesso em: 18 de julho de 2019.

LACERDA, Carlos. Os fantasmas de Erico Verissimo. **Correio da Manhã (RJ)**. Ano LXXI, n. 24113, 19 de novembro de 1971. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/45132. Acesso em 19 de julho de 2019.

Literatura Brasil – URSS. **Jornal do Brasil**, ed. 226, 20 de novembro de 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/114182. Aceso em 15 de jul. de 2019.

MARTINS, Wilson. O novo realismo. Suplemento Literário de **O Estado de São Paulo**, ed. 807, 14 de janeiro de 1973, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/098116x/4900>. Acesso em 18 de julho de 2019.

MORAES, Santos. Incidente em Antares. **Jornal do Commercio (RJ)**, ed. 84, p. 9, 11 de janeiro de 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/11756. Acesso em 21 de julho de 2019.

MORAES, Santos. Veríssimo e Cascudo. **Jornal do Commercio (RJ)**, ed. 132, 13 de março de 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/19992. Acesso em 15 de jul. de 2019.

PÓLVORA, Hélio. Incidente em Antares. **Jornal do Brasil**, ed. 209, 08 de dezembro de 1971, edição 209, p. 42. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/45982. Acesso em 16 de jul. de 2019.

Recados da Globo. **Tribuna da Imprensa (RJ)**, 28 de maio de 1973. Ed. 7009. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/12418. Acesso em 16 de jul. de 2018.

SOBRAL, João Alberto Martins. TOP SET. **Diário de Pernambuco**, ed. 229, 36 de agosto de 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/46564. Acesso em 15 de jul. de 2019.

Somos todos uns mentirosos. **Correio da Manhã (RJ)**, seção Anexo, ed. 24113, sexta-feira 19 de novembro de 1971, ano 1971, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_08/26244. Acesso em 18 de julho de 2019.

Suplemento Livro, p. 5. **Jornal do Brasil**, ed. 18, 29 de abril de 1972. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/55955. Acesso em 15 de jul. de 2019.

Verissimo acha censura insulto aos escritores. **Jornal do Brasil**, ed. 270, 21 de fevereiro de 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/279. Acesso em 20 de julho de 2019.